

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BRGAAP

Exercício 2020

**CAIXA**

## Índice

## Página

### Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial.....	2
Demonstrações do Resultado.....	3
Demonstrações do Resultado Abrangente.....	4
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	5
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	9
Demonstrações do Valor Adicionado.....	10

### Notas Explicativas

Nota 1 – Contexto operacional.....	11	Nota 18 – Outros passivos financeiros .....	63
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis .....	13	Nota 19 – Provisões .....	64
Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis .....	14	Nota 20 – Tributos.....	69
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa.....	22	Nota 21 – Benefícios a empregados.....	72
Nota 5 – Depósitos no Banco Central .....	22	Nota 22 – Outros passivos .....	89
Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez..	23	Nota 23 – Patrimônio líquido.....	89
Nota 7 – Títulos e valores mobiliários.....	24	Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias .....	91
Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos .....	32	Nota 25 – Despesas com pessoal .....	92
Nota 9 – Carteira de crédito.....	37	Nota 26 – Outras despesas administrativas.....	93
Nota 10 – Outros ativos financeiros.....	44	Nota 27 – Despesas tributárias .....	94
Nota 11 – Investimentos.....	46	Nota 28 – Outras receitas operacionais .....	95
Nota 12 – Imobilizado de uso .....	51	Nota 29 – Outras despesas operacionais .....	96
Nota 13 – Intangível .....	52	Nota 30 – Constituição e reversão de provisões...	97
Nota 14 – Outros ativos.....	52	Nota 31 – Resultado não operacional .....	98
Nota 15 – Recursos de clientes .....	54	Nota 32 – Partes relacionadas .....	98
Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras .....	56	Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital	106
Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários .....	59	Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente	107
		Nota 35 – Outras informações .....	109
		Nota 36 – Eventos subsequentes .....	112

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	115
Relatório do Auditor Independente .....	119
Parecer do Conselho Fiscal .....	128
Parecer do Conselho de Administração .....	129



## Balanco Patrimonial

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>17.031.708</b>	<b>13.058.016</b>	<b>17.031.713</b>	<b>13.058.040</b>
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>		<b>1.385.099.805</b>	<b>1.236.454.745</b>	<b>1.387.177.969</b>	<b>1.237.258.391</b>
Depósitos no Banco Central	5	84.171.716	93.861.093	84.171.716	93.861.093
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	213.983.402	180.434.703	213.983.402	180.434.703
Títulos e valores mobiliários	7	242.145.424	214.430.556	244.141.648	215.169.503
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.785.280	963.313	1.785.280	963.313
Carteira de crédito	9	787.504.513	693.724.208	787.504.513	693.724.208
Outros ativos financeiros	10	58.179.873	55.649.563	58.261.813	55.714.262
(Perdas por redução ao valor recuperável)	7 e 10	(2.670.403)	(2.608.691)	(2.670.403)	(2.608.691)
<b>PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	<b>9</b>	<b>(34.570.638)</b>	<b>(35.032.243)</b>	<b>(34.570.638)</b>	<b>(35.032.243)</b>
<b>ATIVOS FISCAIS</b>		<b>51.181.592</b>	<b>50.327.741</b>	<b>51.265.334</b>	<b>50.409.914</b>
Correntes		2.722.785	3.757.830	2.770.534	3.793.158
Diferidos	20	48.458.807	46.569.911	48.494.800	46.616.756
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11</b>	<b>12.521.625</b>	<b>8.676.758</b>	<b>11.095.529</b>	<b>6.998.108</b>
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto		11.750.639	7.905.164	10.324.577	6.226.548
Outros investimentos		781.334	782.680	781.334	782.680
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(10.348)	(11.086)	(10.382)	(11.120)
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>12</b>	<b>3.692.504</b>	<b>2.981.006</b>	<b>3.692.531</b>	<b>2.981.043</b>
Imobilizações de uso		11.847.290	11.900.781	11.847.342	11.900.831
Depreciação acumulada		(8.058.091)	(8.837.113)	(8.058.116)	(8.837.126)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(96.695)	(82.662)	(96.695)	(82.662)
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>13</b>	<b>2.463.359</b>	<b>2.412.130</b>	<b>2.463.359</b>	<b>2.412.130</b>
Ativos intangíveis		4.457.281	4.181.886	4.457.281	4.181.886
Amortização acumulada		(1.924.154)	(1.768.629)	(1.924.154)	(1.768.629)
(Perdas por redução ao valor recuperável)		(69.768)	(1.127)	(69.768)	(1.127)
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>14</b>	<b>14.654.629</b>	<b>18.451.157</b>	<b>14.552.770</b>	<b>18.897.171</b>
<b>(OUTRAS PERDAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)</b>	<b>14</b>	<b>(1.856.845)</b>	<b>(2.615.825)</b>	<b>(1.941.878)</b>	<b>(2.736.235)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>1.450.217.739</b>	<b>1.294.713.485</b>	<b>1.450.766.689</b>	<b>1.294.246.319</b>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		<b>1.310.887.467</b>	<b>1.166.857.785</b>	<b>1.279.078.990</b>	<b>1.135.661.291</b>
Recursos de clientes	15	619.413.729	535.761.396	619.413.381	534.819.177
Recursos de instituições financeiras e outras	16	536.723.113	475.879.242	536.723.113	475.879.242
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17	114.831.472	124.990.168	83.023.343	94.735.892
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.796.309	1.073.796	1.796.309	1.073.796
Outros passivos financeiros	18	38.122.844	29.153.183	38.122.844	29.153.184
<b>PROVISÕES</b>	<b>19</b>	<b>10.920.976</b>	<b>12.189.528</b>	<b>10.936.766</b>	<b>12.204.399</b>
Fiscais, cíveis e trabalhistas		9.571.976	9.576.825	9.571.979	9.576.825
Outras provisões		1.349.000	2.612.703	1.364.787	2.627.574
<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>4.625.744</b>	<b>4.550.716</b>	<b>4.706.653</b>	<b>4.594.987</b>
Correntes		1.239.139	974.408	1.276.586	979.830
Diferidos	20	3.386.605	3.576.308	3.430.067	3.615.157
<b>PASSIVOS ATUARIAIS</b>	<b>21</b>	<b>28.507.111</b>	<b>29.890.126</b>	<b>28.507.111</b>	<b>29.890.126</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>22</b>	<b>34.263.436</b>	<b>30.825.847</b>	<b>34.716.035</b>	<b>31.241.757</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23</b>	<b>61.013.005</b>	<b>50.399.483</b>	<b>92.821.134</b>	<b>80.653.759</b>
Capital		45.000.000	36.418.525	45.000.000	36.418.525
Instrumento elegível ao capital principal				31.808.129	30.254.276
Reservas de reavaliação		274.150	320.343	274.150	320.343
Reservas de lucros		28.495.635	27.300.856	28.495.635	27.300.856
Outros resultados abrangentes		(12.756.780)	(13.640.241)	(12.756.780)	(13.640.241)
Lucros ou prejuízos acumulados					
<b>TOTAL</b>		<b>1.450.217.739</b>	<b>1.294.713.485</b>	<b>1.450.766.689</b>	<b>1.294.246.319</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstrações do Resultado

DESCRIÇÃO	Nota	Individual				Consolidado			
		2020		2019		2020		2019	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>39.573.685</b>	<b>83.104.988</b>	<b>57.951.662</b>	<b>113.115.331</b>	<b>39.564.509</b>	<b>83.106.104</b>	<b>57.977.364</b>	<b>113.162.883</b>
Carteira de crédito	9 (e)	32.824.207	65.387.032	33.557.753	70.347.385	32.824.207	65.387.032	33.557.753	70.347.385
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6 (b)	2.570.435	6.061.058	5.897.963	12.521.645	2.570.435	6.061.058	5.897.963	12.521.645
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7 (d)	3.402.623	10.776.385	16.446.857	26.843.406	3.417.860	10.801.697	16.472.559	26.890.958
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8 (d)	(1.056.528)	(3.949.722)	(1.309.941)	(3.267.161)	(1.056.528)	(3.949.722)	(1.309.941)	(3.267.161)
Resultado das aplicações compulsórias no Banco Central	5 (b)	852.052	2.217.867	2.073.688	4.434.767	852.052	2.217.867	2.073.688	4.434.767
Resultado de outros ativos financeiros	10 (d)	980.896	2.612.368	1.285.342	2.235.289	956.483	2.588.172	1.285.342	2.235.289
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(19.840.646)</b>	<b>(44.063.857)</b>	<b>(30.131.325)</b>	<b>(61.048.225)</b>	<b>(19.425.983)</b>	<b>(43.370.944)</b>	<b>(28.306.143)</b>	<b>(58.591.321)</b>
Recursos de instituições financeiras e outras	16 (d)	(11.719.536)	(24.670.459)	(13.870.288)	(28.332.626)	(11.679.010)	(24.629.934)	(13.870.288)	(28.325.860)
Recursos de clientes	15 (c)	(6.058.192)	(14.615.954)	(11.262.046)	(23.325.153)	(6.052.834)	(14.592.678)	(11.231.945)	(23.268.583)
Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários	17 (e)	(2.062.918)	(4.777.444)	(4.998.991)	(9.390.446)	(1.694.139)	(4.148.332)	(3.203.910)	(6.996.878)
<b>PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	9 (b)	<b>(6.304.917)</b>	<b>(11.133.029)</b>	<b>(4.530.974)</b>	<b>(10.753.531)</b>	<b>(6.305.910)</b>	<b>(11.135.344)</b>	<b>(4.540.357)</b>	<b>(10.765.101)</b>
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>13.428.122</b>	<b>27.908.102</b>	<b>23.289.363</b>	<b>41.313.575</b>	<b>13.832.616</b>	<b>28.599.816</b>	<b>25.130.864</b>	<b>43.806.461</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(5.554.782)</b>	<b>(13.126.555)</b>	<b>(7.727.528)</b>	<b>(14.959.123)</b>	<b>(9.965.858)</b>	<b>(17.629.942)</b>	<b>(7.908.848)</b>	<b>(15.060.124)</b>
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	24	12.271.316	23.424.021	13.827.028	27.002.790	12.317.599	23.502.446	13.827.027	27.002.788
Despesas de pessoal	25	(12.031.492)	(22.644.542)	(10.738.914)	(21.486.997)	(12.078.922)	(22.730.282)	(10.768.213)	(21.543.201)
Outras despesas administrativas	26	(6.494.538)	(12.011.084)	(5.975.897)	(11.499.167)	(6.513.950)	(12.039.390)	(5.997.973)	(11.527.491)
Despesas tributárias	27	(1.787.602)	(3.664.460)	(2.087.141)	(4.160.477)	(1.851.647)	(3.767.930)	(2.123.750)	(4.238.161)
Resultado de participações em coligadas e controladas	11	5.831.858	6.975.866	1.146.817	2.100.390	1.028.073	1.804.224	749.513	1.485.880
Outras receitas operacionais	28	4.044.460	8.719.268	3.596.295	6.982.015	4.501.275	9.510.323	3.900.312	7.658.294
Outras despesas operacionais	29	(7.388.784)	(13.925.624)	(7.495.716)	(13.897.677)	(7.368.286)	(13.909.333)	(7.495.764)	(13.898.233)
<b>CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE PROVISÕES</b>	30	<b>(1.970.323)</b>	<b>(2.317.579)</b>	<b>(3.907.749)</b>	<b>(6.389.914)</b>	<b>(1.979.019)</b>	<b>(2.266.070)</b>	<b>(3.910.036)</b>	<b>(6.393.656)</b>
Fiscais, cíveis e trabalhistas		(1.548.277)	(2.939.280)	(2.238.439)	(4.531.393)	(1.548.279)	(2.939.282)	(2.238.436)	(4.531.393)
Outras		(422.046)	621.701	(1.669.310)	(1.858.521)	(430.740)	673.212	(1.671.600)	(1.862.263)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>5.903.017</b>	<b>12.463.968</b>	<b>11.654.086</b>	<b>19.964.538</b>	<b>1.887.739</b>	<b>8.703.804</b>	<b>13.311.980</b>	<b>22.352.681</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	31	<b>308.557</b>	<b>305.839</b>	<b>(189.460)</b>	<b>(243.939)</b>	<b>4.876.426</b>	<b>4.926.158</b>	<b>121.472</b>	<b>66.993</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>6.211.574</b>	<b>12.769.807</b>	<b>11.464.626</b>	<b>19.720.599</b>	<b>6.764.165</b>	<b>13.629.962</b>	<b>13.433.452</b>	<b>22.419.674</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	20 (a)	<b>2.017.185</b>	<b>1.550.468</b>	<b>1.060.164</b>	<b>1.242.176</b>	<b>1.740.559</b>	<b>1.227.352</b>	<b>888.033</b>	<b>938.283</b>
<b>PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO</b>		<b>(942.071)</b>	<b>(1.686.190)</b>	<b>(1.395.181)</b>	<b>(2.299.663)</b>	<b>(943.091)</b>	<b>(1.687.950)</b>	<b>(1.396.794)</b>	<b>(2.301.276)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>7.286.688</b>	<b>12.634.085</b>	<b>11.129.609</b>	<b>18.663.112</b>	<b>7.561.633</b>	<b>13.169.364</b>	<b>12.924.691</b>	<b>21.056.681</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstrações do Resultado Abrangente

DESCRIÇÃO	Individual				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	7.286.688	12.634.085	11.129.609	18.663.112	7.561.633	13.169.364	12.924.691	21.056.681
<b>ITENS QUE SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO</b>	(350.447)	(380.331)	(4.413.816)	132.077	(350.447)	(380.331)	(4.413.816)	132.077
Ativos financeiros disponíveis para venda	(270.911)	(334.278)	(4.664.016)	(203.473)	(270.911)	(334.278)	(4.664.016)	(203.473)
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda - próprios	(516.587)	(637.419)	(8.120.437)	(387.992)	(516.587)	(637.419)	(8.120.437)	(387.992)
Efeito fiscal	245.676	303.141	3.456.421	184.519	245.676	303.141	3.456.421	184.519
Participação no resultado abrangente de investimentos	(48.825)	(15.342)	45.456	135.518	(48.825)	(15.342)	45.456	135.518
Outros resultados abrangentes em investimentos	(30.711)	(30.711)	204.744	200.032	(30.711)	(30.711)	204.744	200.032
<b>ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO</b>	986.992	1.263.792	(123.174)	(4.608.104)	986.992	1.263.792	(123.174)	(4.608.104)
Remensurações de obrigações de benefícios pós emprego	440.826	990.525	123.188	(5.962.122)	440.826	990.525	123.188	(5.962.122)
Efeito fiscal	546.166	273.267	(246.362)	1.354.018	546.166	273.267	(246.362)	1.354.018
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>7.923.233</b>	<b>13.517.546</b>	<b>6.592.619</b>	<b>14.187.085</b>	<b>8.198.178</b>	<b>14.052.825</b>	<b>8.387.701</b>	<b>16.580.654</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

INDIVIDUAL							
EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>30.193.024</b>	<b>336.365</b>	<b>2.462.385</b>	<b>17.171.517</b>	<b>(9.164.214)</b>	<b>(699.189)</b>	<b>40.299.888</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					(4.476.027)		(4.476.027)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(67.955)		(67.956)
Avaliação atuarial líquida de impostos					(4.608.104)		(4.608.105)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					200.032		200.034
AUMENTO DE CAPITAL	6.225.501					(6.225.501)	
OUTROS		(16.022)				15.332	(690)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))						(55.740)	(55.740)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						18.663.112	18.663.112
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			1.052.834			(1.052.834)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				189.140		(189.140)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				6.424.980		(6.424.980)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(3.321.101)	(3.321.101)
Dividendos propostos						(709.959)	(709.959)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>36.418.525</b>	<b>320.343</b>	<b>3.515.219</b>	<b>23.785.637</b>	<b>(13.640.241)</b>		<b>50.399.483</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					883.461		883.461
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(349.620)		(349.620)
Avaliação atuarial líquida de impostos					1.263.792		1.263.792
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(30.711)		(30.711)
AUMENTO DE CAPITAL	8.581.475			(8.581.475)			
OUTROS		(46.193)				46.780	587
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						(111.195)	(111.195)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						12.634.085	12.634.085
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			658.468			(658.468)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				737.539		(737.539)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.380.247		(8.380.247)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.793.416)	(2.793.416)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>45.000.000</b>	<b>274.150</b>	<b>4.173.687</b>	<b>24.321.948</b>	<b>(12.756.780)</b>	<b>-</b>	<b>61.013.005</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

INDIVIDUAL							
EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019</b>	<b>36.418.525</b>	<b>326.465</b>	<b>2.868.984</b>	<b>11.314.165</b>	<b>(9.103.251)</b>	<b>6.015.819</b>	<b>47.840.707</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					(4.536.990)		(4.536.990)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(4.618.560)		(4.618.560)
Avaliação atuarial líquida de impostos					(123.174)		(123.174)
Outros ajustes de avaliação patrimonial					204.744		204.744
OUTROS		(6.122)				6.092	(30)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						(2.753)	(2.753)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						11.129.609	11.129.609
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			646.235			(646.235)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				378.292		(378.292)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				12.093.180		(12.093.180)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(3.321.101)	(3.321.101)
Dividendos propostos						(709.959)	(709.959)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>36.418.525</b>	<b>320.343</b>	<b>3.515.219</b>	<b>23.785.637</b>	<b>(13.640.241)</b>		<b>50.399.483</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020</b>	<b>45.000.000</b>	<b>292.907</b>	<b>3.515.219</b>	<b>15.204.162</b>	<b>(13.393.325)</b>	<b>5.261.798</b>	<b>55.880.761</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO					636.545		636.545
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos					(319.736)		(319.736)
Avaliação atuarial líquida de impostos					986.992		986.992
Outros ajustes de avaliação patrimonial					(30.711)		(30.711)
AUMENTO DE CAPITAL	-						
OUTROS		(18.757)				38.300	19.543
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						(17.116)	(17.116)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						7.286.688	7.286.688
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			658.468			(658.468)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)				737.539		(737.539)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.380.247		(8.380.247)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.793.416)	(2.793.416)
Dividendos propostos						-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>45.000.000</b>	<b>274.150</b>	<b>4.173.687</b>	<b>24.321.948</b>	<b>(12.756.780)</b>	<b>-</b>	<b>61.013.005</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

CONSOLIDADO								
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>30.193.024</b>	<b>40.242.618</b>	<b>336.365</b>	<b>2.462.385</b>	<b>17.171.517</b>	<b>(9.164.214)</b>	<b>(699.189)</b>	<b>80.542.506</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						(4.476.027)	-	(4.476.027)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(67.955)		(67.955)
Avaliação atuarial líquida de impostos						(4.608.104)		(4.608.104)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						200.032		200.032
AUMENTO DE CAPITAL	6.225.501						(6.225.501)	
OUTROS			(16.022)				15.331	(691)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (NE 3(n))							(55.740)	(55.740)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.363.602						1.363.602
AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPIT		(11.351.944)						(11.351.944)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							21.056.681	21.056.681
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				1.052.834			(1.052.834)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					189.140		(189.140)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					6.424.980		(6.424.980)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(3.321.101)	(3.321.101)
Dividendos propostos							(709.959)	(709.959)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(2.393.568)	(2.393.568)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>36.418.525</b>	<b>30.254.276</b>	<b>320.343</b>	<b>3.515.219</b>	<b>23.785.637</b>	<b>(13.640.241)</b>		<b>80.653.759</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						883.461		883.461
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(349.620)		(349.620)
Avaliação atuarial líquida de impostos						1.263.792		1.263.792
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(30.711)		(30.711)
AUMENTO DE CAPITAL	8.581.475				(8.581.475)			
OUTROS			(46.193)				46.779	586
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							(111.195)	(111.195)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.553.853						1,553.853
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							13,169.364	13,169.364
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				658.468			(658.468)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					737.539		(737.539)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8,380.247		(8,380.247)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(2,793.416)	(2,793.416)
Dividendos propostos							-	-
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(535,278)	(535,278)
<b>SALDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>45.000.000</b>	<b>31.808.129</b>	<b>274.150</b>	<b>4.173.687</b>	<b>24.321.948</b>	<b>(12.756.780)</b>	<b>-</b>	<b>92.821.134</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

CONSOLIDADO								
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019</b>	<b>36.418.525</b>	<b>38.606.220</b>	<b>326.465</b>	<b>2.868.984</b>	<b>11.314.165</b>	<b>(9.103.251)</b>	<b>6.015.819</b>	<b>86.446.927</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						(4.536.990)		(4.536.990)
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(4.618.560)		(4.618.560)
Avaliação atuarial líquida de impostos						(123.174)		(123.174)
Outros ajustes de avaliação patrimonial						204.744		204.744
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							(2.754)	(2.754)
OUTROS			(6.122)				6.092	(30)
AMORTIZAÇÃO PARCIAL DE INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPIT		(8.351.944)						(8.351.944)
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							12.924.691	12.924.691
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				646.235			(646.235)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					378.292		(378.292)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					12.093.180		(12.093.180)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(3.321.101)	(3.321.101)
Dividendos propostos							(709.959)	(709.959)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(1.795.081)	(1.795.081)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>36.418.525</b>	<b>30.254.276</b>	<b>320.343</b>	<b>3.515.219</b>	<b>23.785.637</b>	<b>(13.640.241)</b>		<b>80.653.759</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020</b>	<b>45.000.000</b>	<b>30.254.276</b>	<b>292.907</b>	<b>3.515.219</b>	<b>15.204.162</b>	<b>(13.393.325)</b>	<b>5.261.797</b>	<b>86.135.036</b>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO						636.545		636.545
Títulos disponíveis p/ venda líquidos de impostos						(319.736)		(319.736)
Avaliação atuarial líquida de impostos						986.992		986.992
Outros ajustes de avaliação patrimonial						(30.711)		(30.711)
AUMENTO DE CAPITAL							-	
OUTROS			(18.757)				38.301	19.544
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							(17.116)	(17.116)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		1.553.853						1.553.853
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							7.561.633	7.561.633
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				658.468			(658.468)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					737.539		(737.539)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.380.247		(8.380.247)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.793.416)	(2.793.416)
Dividendos propostos							-	-
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(274.945)	(274.945)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>45.000.000</b>	<b>31.808.129</b>	<b>274.150</b>	<b>4.173.687</b>	<b>24.321.948</b>	<b>(12.756.780)</b>	<b>-</b>	<b>92.821.134</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2020		2019		2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>								
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>14.828.083</b>	<b>25.350.562</b>	<b>23.968.133</b>	<b>40.676.992</b>	<b>14.292.089</b>	<b>25.084.885</b>	<b>23.852.451</b>	<b>40.744.884</b>
Lucro Líquido	7.286.688	12.634.085	11.129.609	18.663.112	7.561.633	13.169.364	12.924.691	21.056.681
Ajustes ao Lucro Líquido:	<u>7.541.395</u>	<u>12.716.477</u>	<u>12.838.524</u>	<u>22.013.880</u>	<u>6.730.456</u>	<u>11.915.521</u>	<u>10.927.760</u>	<u>19.688.203</u>
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	1.404.492	(2.157.344)	77.298	(822.058)	1.389.254	(2.182.656)	614.203	(822.058)
(Ganho)/Perda em Investimentos	2.804.406	3.130.999	1.175.030	1.131.311	(2.589.860)	(2.293.197)	111.893	567.565
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(242.913)	(246.141)	(5.749)	(20.615)	(242.913)	(246.141)	(5.749)	(20.615)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	301.980	548.951	247.660	381.502	301.980	548.951	247.660	381.502
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.304.917	11.133.029	4.530.974	10.753.531	6.305.910	11.135.344	4.540.357	10.765.101
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	1.003.238	2.007.595	1.023.907	2.061.728	1.003.238	2.007.595	1.023.907	2.061.728
Depreciações e Amortizações	890.685	1.590.923	740.432	1.551.338	890.691	1.590.934	740.436	1.551.347
Impostos Diferidos	(2.021.047)	(1.550.468)	(916.881)	(2.621.673)	(1.952.324)	(1.540.608)	(913.022)	(2.616.123)
Despesas com provisões para causas judiciais	1.548.277	2.939.280	3.634.321	6.023.683	1.548.279	2.939.282	3.634.321	6.023.683
Resultado de Participação em Coligadas	(5.831.858)	(6.975.866)	(1.146.817)	(2.100.390)	(1.028.073)	(1.804.224)	(749.513)	(1.485.881)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	1.379.218	2.295.519	3.478.349	5.675.523	1.104.274	1.760.241	1.683.267	3.281.954
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>(30.715.621)</b>	<b>22.595.368</b>	<b>(52.782.780)</b>	<b>(842.363)</b>	<b>(28.717.382)</b>	<b>24.323.268</b>	<b>(51.874.627)</b>	<b>(656.816)</b>
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(269.824)	(5.933.445)	6.842.725	18.764.883	(269.824)	(5.933.445)	6.842.725	18.764.883
(Aumento) Redução em TVM para negociação	28.141.340	(12.097.110)	(8.294.457)	(12.276.057)	26.748.450	(13.329.075)	(8.240.748)	(12.285.344)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7.473.865	9.689.377	2.710.600	6.312.872	7.473.865	9.689.377	2.710.600	6.312.872
(Aumento) Redução na Carteira de crédito	(73.006.436)	(105.374.939)	(16.876.869)	(11.916.386)	(72.845.675)	(105.377.254)	(15.361.435)	(11.927.955)
(Aumento) Redução em Outros Ativos financeiros	(1.750.475)	(2.530.310)	(115.685)	341.569	(1.910.092)	(2.547.551)	(895.691)	325.575
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	1.130.658	696.617	(4.925.870)	(6.225.737)	1.158.845	685.189	(5.402.589)	(6.746.086)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(198.163)	1.026.355	351.317	(667.776)	1.535.015	3.001.093	898.307	(52.312)
(Redução) Aumento em Recursos com instituições financeiras e outras	22.404.098	60.843.871	(16.165.297)	16.710.844	22.404.098	60.843.871	(16.165.298)	16.710.844
(Redução) Aumento em Recursos de clientes	6.738.921	83.652.333	10.117.011	14.082.895	8.069.863	84.594.204	10.804.476	13.930.366
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(10.563.078)	(11.423.983)	(19.517.284)	(29.175.035)	(10.302.745)	(11.423.983)	(19.517.285)	(29.175.033)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	345.105	722.513	(130.566)	(37.450)	345.105	722.513	(130.565)	(37.450)
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros	(10.428.392)	8.969.661	(1.007.514)	(981.175)	(10.428.393)	8.969.660	(1.875.233)	(981.175)
(Redução) Aumento em Provisões	(1.391.928)	(4.207.832)	(2.932.101)	(4.574.170)	(1.388.109)	(4.206.915)	(2.929.815)	(4.559.299)
(Redução) Aumento em Passivos Fiscais	(607.691)	(150.079)	(5.017.867)	(1.516.641)	(599.727)	(113.441)	(5.034.920)	(1.614.000)
(Redução) Aumento em Passivos Atuariais	(227.997)	(2.126.818)	(816.591)	4.562.932	(227.997)	(2.126.818)	(816.591)	4.562.932
(Redução) Aumento em Outros Passivos	1.494.376	614.050	(181.087)	1.763.210	1.519.939	650.736	62.680	2.125.507
Imposto de renda e contribuição social pagos		225.107	3.176.755	3.988.859		225.107	3.176.755	3.988.859
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(15.887.538)</b>	<b>47.945.930</b>	<b>(28.814.647)</b>	<b>39.834.629</b>	<b>(14.425.293)</b>	<b>49.408.153</b>	<b>(28.022.176)</b>	<b>40.088.068</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(13.261.735)	(14.330.558)	3.787.827	(32.902.634)	(13.261.735)	(14.330.558)	3.250.922	(32.900.513)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(39.351)	(239.732)	(287.028)	24.336.607	(39.351)	(239.732)	(287.028)	24.336.607
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	1.462.242	1.462.242	255.565	255.565				
Alienação de Imobilizado de Uso	388.223	562.084	95.056	116.742	388.223	562.084	95.056	116.742
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.357.209)	(1.764.200)	(651.605)	(936.121)	(1.357.209)	(1.764.200)	(651.605)	(936.121)
Baixa de Intangível	7.885	9.084		352.778	7.885	9.084	-	352.778
Aquisição de Intangível	(387.339)	(914.477)	(489.854)	(1.100.512)	(387.339)	(914.477)	(489.854)	(1.100.512)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(13.187.284)</b>	<b>(15.215.557)</b>	<b>2.709.961</b>	<b>(9.877.575)</b>	<b>(14.649.526)</b>	<b>(16.677.799)</b>	<b>1.917.491</b>	<b>(10.131.019)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>								
Remuneração IHCD pago		(1.141.427)		(1.631.678)		(1,141.427)		(1,631.678)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>(1.141.427)</b>	<b>-</b>	<b>(1.631.678)</b>	<b>-</b>	<b>(1,141.427)</b>	<b>-</b>	<b>(1,631.678)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(29.074.822)</b>	<b>31.588.946</b>	<b>(26.104.686)</b>	<b>28.325.376</b>	<b>(29.074.819)</b>	<b>31.588.927</b>	<b>(26.104.685)</b>	<b>28.325.371</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA</b>								
Caixa e Equivalentes no início do período	250.646.766	189.982.998	216.087.684	161.657.622	250.646.768	189.983.022	216.087.707	161.657.651
Caixa e Equivalentes no fim do período	221.571.944	221.571.944	189.982.998	189.982.998	221.571.949	221.571.949	189.983.022	189.983.022
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(29.074.822)</b>	<b>31.588.946</b>	<b>(26.104.686)</b>	<b>28.325.376</b>	<b>(29.074.819)</b>	<b>31.588.927</b>	<b>(26.104.685)</b>	<b>28.325.371</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Demonstrações do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	Individual				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
1. RECEITAS	50.052.613	106.108.862	72.599.592	138.982.958	55.113.681	111.660.117	73.230.859	140.006.150
Intermediação financeira	39.573.685	83.104.988	57.951.662	113.115.331	39.564.509	83.106.104	57.977.364	113.162.882
Prestação de serviços com tarifas	12.271.316	23.424.021	13.827.028	27.002.790	12.317.599	23.502.446	13.827.027	27.002.788
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(6.304.917)	(11.133.029)	(4.530.974)	(10.753.531)	(6.305.910)	(11.135.344)	(4.540.357)	(10.765.101)
Outras	4.512.529	10.712.882	5.351.876	9.618.368	9.537.483	16.186.911	5.966.825	10.605.581
2. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.840.646	44.063.857	30.131.325	61.048.225	19.425.983	43.370.944	28.306.143	58.591.321
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	14.378.359	26.860.985	17.832.522	31.606.618	14.385.811	26.883.280	17.856.832	31.639.073
Materiais, energia e outros	1.873.098	3.535.121	1.919.714	3.496.847	1.887.222	3.551.935	1.938.772	3.517.157
Processamento de dados e comunicações	1.330.065	2.460.796	1.027.136	2.167.125	1.330.285	2.461.324	1.027.582	2.167.571
Propaganda, publicidade e promoções	221.502	278.501	196.052	213.319	221.502	278.501	196.052	213.319
Serviços de terceiros e especializados	854.196	1.619.761	872.136	1.640.294	858.774	1.629.726	874.511	1.647.531
Serviços de vigilância e segurança	580.879	1.035.828	468.978	921.150	580.941	1.035.961	469.074	921.314
Outras	9.518.619	17.930.978	13.348.506	23.167.883	9.507.087	17.925.833	13.350.841	23.172.181
Serviços delegados pelo Governo Federal	741.378	1.416.579	792.070	1.557.879	741.378	1.416.579	792.070	1.557.879
Despesa com lotérico e parceiros comerciais	2.038.809	3.896.804	1.978.843	3.737.719	2.038.809	3.896.804	1.978.843	3.737.719
Descontos de operações de crédito	241.821	383.611	457.581	711.315	241.821	383.611	457.581	711.315
Despesas com cartão de crédito/débito	612.895	1.155.697	625.411	1.156.737	614.631	1.159.235	625.411	1.156.737
Benefício pós-emprego	1.003.238	2.007.595	1.023.907	2.061.728	1.003.238	2.007.595	1.023.907	2.061.728
Provisões operacionais diversas	2.225.657	4.188.115	5.944.864	9.448.995	2.234.623	4.199.261	5.947.151	9.452.737
Demais	2.654.821	4.882.577	2.525.830	4.493.510	2.632.587	4.862.748	2.525.878	4.494.066
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	15.833.608	35.184.020	24.635.745	46.328.115	21.301.887	41.405.893	27.067.884	49.775.756
5. RETENÇÕES	890.686	1.590.923	740.433	1.551.338	890.691	1.590.934	740.437	1.551.347
Depreciação, amortização e exaustão	890.686	1.590.923	740.433	1.551.338	890.691	1.590.934	740.437	1.551.347
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	14.942.922	33.593.097	23.895.312	44.776.777	20.411.196	39.814.959	26.327.447	48.224.409
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.831.858	6.975.866	1.146.817	2.100.390	1.028.073	1.804.224	749.513	1.485.880
Resultado de equivalência patrimonial	5.831.858	6.975.866	1.146.817	2.100.390	1.028.073	1.804.224	749.513	1.485.880
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	20.774.780	40.568.963	25.042.129	46.877.167	21.439.269	41.619.183	27.076.960	49.710.289
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	20.774.780	40.568.963	25.042.129	46.877.167	21.439.269	41.619.183	27.076.960	49.710.289
Pessoal	11.338.832	54,58	21.149.984	52,13	10.602.150	42,34	20.806.036	44,38
Remuneração direta	8.631.069	15.843.670	7.833.425	15.550.481	8.662.707	15.900.094	7.852.911	15.587.386
Benefícios	2.176.891	4.274.413	2.271.054	4.284.059	2.184.807	4.289.267	2.276.685	4.293.965
FGTS	530.872	1.031.901	497.671	971.496	533.090	1.035.984	499.110	974.194
Impostos, taxas e contribuições	1.405.148	6,76	5.294.740	13,05	2.558.922	10,22	5.898.925	12,58
Federais	992.416	4.415.072	2.135.550	4.992.242	1.337.451	4.849.875	2.348.646	5.382.128
Estaduais	469	859	330	1.260	469	859	330	1.260
Municipais	412.263	878.809	423.042	905.423	414.577	882.731	423.042	905.423
Remuneração de capitais de terceiros	744.112	3,58	1.490.154	3,67	751.448	3,00	1.509.094	3,22
Aluguéis	744.112	1.490.154	751.448	1.509.094	744.535	1.491.009	751.545	1.509.252
Remuneração de capitais próprios					274.945	1,28	535.279	1,29
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital					274.945	535.279	1.795.081	2.393.568
Lucros retidos	7.286.688	35,07	12.634.085	31,14	11.129.609	44,44	18.663.112	39,81

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (“CAIXA” ou “Instituição”) é uma instituição financeira com 160 anos de atuação, constituída em seu modelo por meio do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, e vinculada ao Governo Federal por intermédio do Ministério da Economia. Possui sede e domicílio no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3 e 4, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Em conformidade com o art. 173 da Constituição Federal e com o art. 2º, §1º da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, sua constituição como empresa pública é justificada pelo relevante interesse coletivo marcado pela promoção da cidadania e do desenvolvimento do país, tanto como instituição financeira e agente de políticas públicas, quanto como principal parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Instituição oferece aos seus clientes uma ampla rede de atendimento em todo o território nacional, que compreende postos de atendimentos, agências, terminais de autoatendimento, correspondentes CAIXA Aqui, unidades lotéricas, unidades-caminhão e agência-barco. Ademais, mantém canais eletrônicos e digitais para ampliar o atendimento e comodidade de seus clientes.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação, em especial da poupança, e aplicação de recursos em diversas operações: carteiras comerciais; operações de câmbio; crédito ao consumidor; imobiliário e rural; prestação de serviços bancários; negócios com cartões de débito e crédito; administração de fundos e carteiras de investimento e, atividades relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários. Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios, por intermédio de sua subsidiária CAIXA Seguridade S.A.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

Por determinação do Governo Federal, a CAIXA administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. As Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do país, tendo reflexo nos programas sociais do Governo Federal, sobretudo nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

A CAIXA possui tradição e liderança no mercado de poupança, importante fonte de recursos para o crédito imobiliário e para formação de patrimônio da população brasileira. Lidera o mercado de crédito habitacional, atuando como principal agente financeiro do programa Casa Verde e Amarela. A Instituição ainda proporciona importantes avanços no desenvolvimento econômico do país nos segmentos de crédito destinados ao saneamento e infraestrutura, assim como incentiva o desenvolvimento sustentável local e a melhoria de vida dos produtores rurais através do crédito rural.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. A Instituição atua no pagamento do Programa Bolsa Família, que é fundamental para a redução da mortalidade infantil e da evasão escolar, além do Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial e aposentadoria e pensões-INSS.

Com a Pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID 19), a CAIXA adotou diversas medidas para mitigar os seus impactos na vida dos brasileiros. A Instituição iniciou o maior pagamento de programas sociais e de transferência de renda, além de promover a maior inclusão bancária da história do país, atingindo a marca de 105 milhões de poupanças sociais digitais abertas. Como parceira estratégica do Governo Federal, a Instituição, dentre outros projetos, realizou em caráter exclusivo o pagamento do Auxílio Emergencial – programa de transferência de renda instituído pela Lei nº 13.982/20, em apoio à crise econômica causada aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados; além de operacionalizar o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEm) – benefício concedido para proteção dos trabalhadores formais que sofreram redução de jornada e de salário ou suspensão do contrato de trabalho em função da pandemia, com base na Lei nº 14.020/20.

A CAIXA investe em projetos que visam estimular a prática desportiva e inclusão social de crianças e adolescentes através do esporte e das atividades artístico-culturais e patrocina várias modalidades, tais como o atletismo,



ginástica, basquete, futebol, esportes olímpicos e paralímpicos. Reforçando o seu compromisso em ser um banco para todos os brasileiros, promove a acessibilidade em LIBRAS em seus canais digitais e físicos, possuindo profissionais treinados para prestar atendimento inclusivo.

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo o seu principal agente financeiro, do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), entre outros. Os fundos são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação e estrutura de governança específica e contabilidade própria, cujo patrimônio é segregado da CAIXA. Por conseguinte, a informação apresentada referente a esses fundos não é auditada no trabalho de auditoria independente das demonstrações contábeis da CAIXA.

Principais Fundos e Programas Sociais		
Descrição	31/12/2020 (1)	31/12/2019
FGTS	550.146.046	528.599.166
PIS (2)	-	18.093.232
FAR	31.434.361	35.496.833
FCVS	16.989.650	16.859.028
FDS	3.456.742	3.240.269
FGCN	53.949	54.155
FGHAB	2.803.076	2.592.016
FGS	1.421.500	3.449.927
FAS	24.288	15.919
<b>Total</b>	<b>606.329.612</b>	<b>608.400.545</b>

(1) Posição dos ativos em 30/11/2020, de acordo com o Balanço dos Fundos.

(2) Extinto pela MP 946/20, de 7 de abril de 2020.



## Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

### (a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração.

As demonstrações contábeis de 31/12/2020 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 08/03/2021 e pelo Conselho de Administração em 15/03/2021.

### (b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

As alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 foram incluídas nas Demonstrações Contábeis da CAIXA. As principais alterações implementadas foram: os contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com os do final do exercício anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior para os quais foram apresentadas, inclusão do resultado recorrente e não recorrente e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, houve a reclassificação dos adiantamentos de contratos de câmbio, anteriormente retificadoras de passivo, para o ativo, por comporem a carteira de crédito do banco. Esse procedimento foi adotado com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência das demonstrações contábeis.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor de mercado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisões para perdas associadas ao risco de crédito; ativos fiscais diferidos; valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros; planos de previdência complementar; ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego; e determinação da vida útil de alguns ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas e serão conhecidos por ocasião da sua liquidação ou em virtude da revisão das metodologias adotadas. A sensibilidade dos valores contábeis às estimativas não apresenta relevante disparidade e as estimativas são avaliadas periodicamente. A natureza e o valor contábil dos ativos e passivos são apresentados nas respectivas notas explicativas.

### (c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Loterias, CAIXA Cartões e CAIXA Seguridade e foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos intercompanhia das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Loterias, da CAIXA Cartões, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando práticas contábeis consistentes, quando há diferença são feitos ajustes de modo a convergir às práticas contábeis da CAIXA. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (MEP).





O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA possui participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas nas Notas Explicativas 11 e 32.

### **Nota 3 – Principais práticas, julgamentos e estimativas contábeis**

#### **(a) Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do balanço patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

#### **(b) Apuração do resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

#### **(c) Caixa e equivalentes de caixa**

O montante da disponibilidade em moeda nacional é apresentado pelo seu valor de face, enquanto os valores em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis.

Os equivalentes de caixa (aplicações interfinanceiras de liquidez) caracterizam-se por sua alta liquidez. Possuem prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota Explicativa 4.

#### **(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.





- **Venda com compromisso de recompra:** Os títulos de renda fixa de terceiros são utilizados para lastrear as operações compromissadas são registrados no ativo, na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Tais captações são registradas como posição financiada.
- **Compra com compromisso de revenda:** Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros são registrados pelo valor de liquidação na posição bancada. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez é obtido da despesa constituída nas operações compromissadas (diferença entre os valores de recompra e de venda) e da receita constituída nas operações de financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (diferença entre os valores de revenda e de compra).

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota Explicativa 6.

#### (e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para composição de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, e são classificados em três categorias específicas, de acordo com a intenção da Administração:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado. São ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, excluídos os efeitos tributários. As valorizações ou desvalorizações a valor de mercado são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com intenção e capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, sendo registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificados de outra categoria. São acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, que não sejam consideradas temporárias, são reconhecidas no resultado do período como perdas realizadas.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota Explicativa 7.

#### (f) Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de *hedge* (contábil ou financeiro), direcional, arbitragem ou obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os ajustes são contabilizados pelo valor de mercado e mantidos como ativos, quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor de mercado com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.



Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes de variações cambiais e variações nas taxas de juros e impostos de passivos financeiros qualificados para *hedge* contábil são classificados como *Hedge* de Risco de Mercado. Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota Explicativa 8.

#### (g) Determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros

O valor de mercado é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor de mercado é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor de mercado de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

A marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários são registradas conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. Seguindo as melhores práticas contábeis, o valor dos instrumentos financeiros deve ser com base no valor justo, que consiste no preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo estabeleceu-se uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo.

A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis:

- **Nível 1** - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- **Nível 2** - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- **Nível 3** - são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Os dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo à medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo. Portanto, dados não observáveis refletem as premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo ou o passivo, incluindo premissas sobre risco.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo variam de acordo com a natureza dos ativos.

O valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial como disponibilidades, depósitos em bancos centrais, aplicações no mercado aberto e outros ativos financeiros se aproxima de seu valor justo.

Os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros são estimados, efetuando-se o desconto dos fluxos de caixa estimados com a adoção das taxas de juros do mercado.

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos para ativos financeiros mantidos para negociação (inclusive derivativos - ativos e passivos), ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas indicativas fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.



Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Os valores justos dos instrumentos derivativos do tipo swaps são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior, e podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco como *commodities* e índices de bolsas.

#### **(h) Carteira de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no momento da renegociação. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas para prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, haverá a reclassificação da operação para categoria de menor risco. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/2008, as cessões de operações de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios permanecem registradas no ativo como "Operações de crédito". Os recursos recebidos por meio de contratos de cessão são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apresentados na Nota Explicativa 9.

#### **(i) Tributos (ativo e passivo)**

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O reconhecimento, registro contábil e avaliação de créditos tributários e obrigações fiscais diferidas ocorrem de acordo com a Circular Bacen nº 3.171/2002. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância com os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006, nº 3.655/2008, nº 4.192/2013 e nº 4.441/2015.



Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do patrimônio líquido.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota Explicativa 20.

#### **(j) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas ou empresas sobre as quais a CAIXA detenha influência significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos permanentes em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.

Investimentos em coligada ou em controlada em conjunto que sejam participações remanescentes de eventos de perda de controle societário são mensurados, no momento da perda de controle, a valor justo e, subsequentemente, por meio da aplicação do método de equivalência patrimonial.

A composição dos valores em investimentos assim como do resultado da equivalência patrimonial é apresentada na Nota Explicativa 11.

#### **(k) Imobilizado de uso**

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual (Resolução CMN nº 4.535/2016).

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados, assim como não tem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A composição dos valores registrados em imobilizado de uso são apresentados na Nota Explicativa 12.

#### **(l) Intangível**

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais (Resolução CMN nº 4.534/2016).

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de aquisição de folhas de pagamento e de projetos logiciais – *softwares*.

As aquisições de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização mensal é calculada pelo resultado da divisão do valor do ativo pelo prazo de vida útil excluído o prazo de carência.



Projetos logiciais – *softwares* referem-se a aquisições de *software* e desenvolvimento interno, sendo que os desenvolvidos são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança. Seu prazo de vida útil é de 5 anos e sua amortização é calculada mensalmente com base em 1/60 (um sessenta avos) do valor de custo do ativo. A composição dos valores registrados em intangível são apresentados na Nota Explicativa 13.

**(m) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observando o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado. A composição dos valores registrados como despesas antecipadas são apresentados na Nota Explicativa 14.

**(n) Bens não de uso e materiais de estoque**

Compostos basicamente por imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis CAIXA que eram de uso e foram desativados. São geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados. A composição dos valores registrados como outros valores e bens não de uso são apresentados na Nota Explicativa 14 (b).

**(o) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)**

A CAIXA promove a avaliação dos ativos financeiros e não financeiros ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso (Resolução CMN nº 3.566/2008).

**(p) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas Explicativas 15, 16 e 17 respectivamente.

Por tratarem-se de operações com taxas prefixadas, as captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários têm suas despesas apropriadas no resultado de acordo com os prazos das operações e são apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

**(q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.



- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, sendo as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes. Aquelas classificadas como perdas remotas não requerem provisão e tampouco divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião da Diretoria Jurídica e da Administração.
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião da Diretoria Jurídica e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
- **Provisão para garantias financeiras prestadas:** a provisão para garantias financeiras prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

O detalhamento dos passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota Explicativa 19.

#### (r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução CMN nº 4.424/2015.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nesta hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

As avaliações atuariais são semestrais. Sendo assim, as notas de Benefícios a Empregados são elaboradas nos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro.

#### (s) Outros ativos e passivos financeiros e não financeiros

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.



(t) **Receitas antecipadas**

Receitas recebidas antecipadamente a serem apropriadas em resultado em períodos seguintes e para as quais não há previsão, no curso normal de execução do contrato, de restituição às outras partes envolvidas no contrato. São registradas inicialmente como passivo de antecipação de receita e reconhecidas em resultado conforme a fruição do seu prazo contratual. O detalhamento das receitas antecipadas é apresentado na Nota Explicativa 18.

(u) **Resultado recorrente e não recorrente**

A Resolução BCB nº 2/2020 determinou a divulgação em notas explicativas, do resultado recorrente e não recorrentes de forma segregada. De acordo com o § 4º para fins do disposto na Resolução, considera-se resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O detalhamento do resultado recorrente e não recorrente é apresentado na Nota Explicativa 34.

(v) **Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 36 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

(w) **Normas CMN e BACEN editadas em razão da pandemia COVID – 19**

Resolução CMN nº 4.782/20, e alterações realizadas pelas resoluções CMN nº 4.791 e nº 4.856, que estabelecem critérios temporários para a caracterização das reestruturações de operações de crédito, para fins de gerenciamento de risco de crédito;

Resolução CMN nº 4.783/20, reduziu os requerimentos mínimos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito nos bancos;

Resolução CMN nº 4.785/20, autoriza a captação de Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) sem cessão fiduciária em favor do Fundo Garantidor de Créditos (FGC);

Resolução CMN nº 4.786/20, autoriza o Banco Central do Brasil a conceder operações de empréstimo, sob condições específicas, por meio de Linha Temporária Especial de Liquidez, em moeda nacional;

Resolução CMN nº 4.788/20, dispõe sobre as condições de emissão de Letra Financeira por parte das instituições financeiras;

Resolução CMN nº 4.803/20 e Resolução CMN nº 4.855/20 que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito das operações renegociadas e operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia;

Resolução CMN nº 4.846/20, dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial ou do pagamento de verbas trabalhistas no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), instituído pela Lei nº 14.043/20;

Resolução CMN nº 4.820/20, alterada pela resolução CMN nº 4.885/20, que estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19);

Resolução CMN nº 4.838/20 que regulamenta o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas (CGPE).



## Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez adquiridas com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>17.031.708</b>	<b>13.058.016</b>	
Disponibilidade em moeda nacional (1)	16.753.275	12.717.634	
Disponibilidade em moeda estrangeira	278.433	340.382	
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (2)</b>	<b>204.540.236</b>	<b>176.924.982</b>	
<b>Total</b>	<b>221.571.944</b>	<b>189.982.998</b>	

(1) Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 31/12/2020 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 16.753.280 (31/12/2019 - R\$ 12.717.658).

(2) Inclui os depósitos interfinanceiros que em sua origem possuem prazo de vencimento de até 90 dias.

## Nota 5 – Depósitos no Banco Central

### (a) Créditos vinculados - depósitos no BACEN

Compostos por recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA e por depósito em conta de pagamentos instantâneos.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	13.657.677	5.945.570
Compulsório sobre depósito de poupança	Índice da poupança	54.897.453	63.918.059
Compulsório sobre depósitos à prazo (1)	Taxa SELIC	11.295.119	23.997.464
Conta de pagamentos instantâneos	Não remunerado	4.321.467	-
<b>Total</b>		<b>84.171.716</b>	<b>93.861.093</b>
Ativo circulante		84.171.716	93.861.093
Ativo não circulante		-	-

(1) A redução sobre depósitos à prazo decorre da redução da alíquota de recolhimento do compulsório à prazo por meio da Resolução BACEN nº 21/2020, que reduziu temporariamente a alíquota sobre os recursos a prazo, de 25% para 17%, permitindo maior liquidez na economia.

### (b) Resultado das aplicações compulsórias no Banco Central

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	728.876	1.760.929	1.325.430	2.723.712
Exigibilidade sobre recursos a prazo	123.176	456.938	748.258	1.711.055
<b>Total</b>	<b>852.052</b>	<b>2.217.867</b>	<b>2.073.688</b>	<b>4.434.767</b>

## Nota 6 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

### (a) Composição e classificação da carteira por prazo

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				31/12/2020	31/12/2019
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
<b>Aplicações no mercado aberto - posição bancada</b>	<b>132.161.105</b>	-	-	-	<b>132.161.105</b>	<b>107.698.110</b>
Letras financeiras do tesouro	28.832.122	-	-	-	28.832.122	51.880.466
Letras do tesouro nacional	37.400.944	-	-	-	37.400.944	3.000.002
Notas do tesouro nacional	65.928.039	-	-	-	65.928.039	52.817.642
<b>Aplicações no mercado aberto - posição financiada</b>	<b>69.740.927</b>	-	-	-	<b>69.740.927</b>	<b>62.352.869</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	33.318.116
Letras do tesouro nacional	69.740.927	-	-	-	69.740.927	29.034.753
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>8.608.309</b>	<b>468.213</b>	<b>2.826.565</b>	<b>178.283</b>	<b>12.081.370</b>	<b>10.383.724</b>
Depósitos interfinanceiros	8.608.717	-	-	-	8.608.717	8.273.628
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	-	468.349	2.827.208	179.016	3.474.573	2.111.115
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(408)	(136)	(643)	(733)	(1.920)	(1.019)
<b>Total</b>	<b>210.510.341</b>	<b>468.213</b>	<b>2.826.565</b>	<b>178.283</b>	<b>213.983.402</b>	<b>180.434.703</b>
Ativo circulante					213.805.119	180.434.703
Ativo não circulante					178.283	-

#### (a.1) Acordos de compensação e liquidação de obrigações

Os saldos das aplicações em letras financeiras do tesouro não incluem acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados entre a CAIXA e o Bancoob, em 31/12/2020 não havia operação com o Bancoob (31/12/2019 – R\$ 1.261.239) conforme Resolução CMN nº 3.263/2005.

### (b) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Rendas de aplicações no mercado aberto</b>	<b>2.455.913</b>	<b>5.760.105</b>	<b>5.695.636</b>	<b>12.050.684</b>
Posição bancada	1.053.479	2.658.783	3.004.497	6.082.951
Posição financiada	1.402.434	3.101.322	2.691.139	5.967.733
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>114.522</b>	<b>300.953</b>	<b>202.327</b>	<b>470.961</b>
<b>Total</b>	<b>2.570.435</b>	<b>6.061.058</b>	<b>5.897.963</b>	<b>12.521.645</b>



## Nota 7 – Títulos e valores mobiliários

### (a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL						Perdas por redução ao valor recuperável	31/12/2020	31/12/2019
	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Valor Contábil				
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central					
Títulos públicos	93.062.744	120.989.181	13.824.701	3.057.261	230.933.887	-	230.933.887	205.513.479	
Letras financeiras do tesouro	69.118.945	28.233.450	9.859.086	3.057.261	110.268.742	-	110.268.742	117.670.684	
Letras do tesouro nacional	16.979.255	91.716.051	3.961.235	-	112.656.541	-	112.656.541	80.053.674	
Notas do tesouro nacional	6.677.326	1.039.680	4.380	-	7.721.386	-	7.721.386	7.461.491	
Tesouro nacional/securitização	287.218	-	-	-	287.218	-	287.218	327.630	
Títulos – empresas	6.647.921	4.563.616	-	-	11.211.537	(2.199.981)	9.011.556	6.778.807	
Debêntures	3.368.858	1.254.186	-	-	4.623.044	(2.010.912)	2.612.132	2.758.240	
Cotas de fundos	2.623.907	-	-	-	2.623.907	-	2.623.907	62.624	
Certificado de recebíveis imobiliários	395.832	3.309.430	-	-	3.705.262	-	3.705.262	3.749.783	
Ações	259.324	-	-	-	259.324	(189.069)	70.255	208.160	
Total	99.710.665	125.552.797	13.824.701	3.057.261	242.145.424	(2.199.981)	239.945.443	212.292.286	
Ativo circulante							126.397.695	105.470.486	
Ativo não circulante							113.547.748	106.821.800	



Descrição	CONSOLIDADO						31/12/2020	31/12/2019
	Carteira Própria – Livre	Compromisso de Recompra	Vinculados Prestação de Garantias	Banco Central	Valor Contábil	Perdas por redução ao valor recuperável		
<b>Títulos públicos</b>	<b>93.062.744</b>	<b>120.989.181</b>	<b>13.824.701</b>	<b>3.057.261</b>	<b>230.933.887</b>	-	<b>230.933.887</b>	<b>205.513.479</b>
Letras financeiras do tesouro	69.118.945	28.233.450	9.859.086	3.057.261	110.268.742	-	110.268.742	117.670.684
Letras do tesouro nacional	16.979.255	91.716.051	3.961.235	-	112.656.541	-	112.656.541	80.053.674
Notas do tesouro nacional	6.677.326	1.039.680	4.380	-	7.721.386	-	7.721.386	7.461.491
Tesouro nacional/securitização	287.218	-	-	-	287.218	-	287.218	327.630
<b>Títulos – empresas</b>	<b>8.644.145</b>	<b>4.563.616</b>	-	-	<b>13.207.761</b>	<b>(2.199.981)</b>	<b>11.007.780</b>	<b>7.517.754</b>
Debêntures	3.368.858	1.254.186	-	-	4.623.044	(2.010.912)	2.612.132	2.758.240
Cotas de fundos	4.620.131	-	-	-	4.620.131	-	4.620.131	801.571
Certificado de recebíveis imobiliários	395.832	3.309.430	-	-	3.705.262	-	3.705.262	3.749.783
Ações	259.324	-	-	-	259.324	(189.069)	70.255	208.160
<b>Total</b>	<b>101.706.889</b>	<b>125.552.797</b>	<b>13.824.701</b>	<b>3.057.261</b>	<b>244.141.648</b>	<b>(2.199.981)</b>	<b>241.941.667</b>	<b>213.031.233</b>
Ativo circulante							128.393.919	106.209.433
Ativo não circulante							113.547.748	106.821.800



## (b) Classificação da carteira por prazo

Descrição	INDIVIDUAL									
	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Títulos públicos</b>	<b>229.969.397</b>	<b>1.458.852</b>	<b>(494.362)</b>	<b>230.933.887</b>	<b>231.920.336</b>	-	<b>629.244</b>	<b>17.632.184</b>	<b>24.691.208</b>	<b>187.981.251</b>
Letras financeiras do tesouro	110.825.377	(35.129)	(521.506)	110.268.742	110.261.983	-	-	-	258.293	110.010.449
Letras do tesouro nacional	111.150.473	1.488.663	17.405	112.656.541	112.656.541	-	-	17.632.184	24.432.915	70.591.442
Notas do tesouro nacional	7.710.143	5.318	5.925	7.721.386	8.714.594	-	629.244	-	-	7.092.142
Tesouro nacional/securitização	283.404	-	3.814	287.218	287.218	-	-	-	-	287.218
<b>Títulos – empresas</b>	<b>8.832.246</b>	<b>(61.764)</b>	<b>241.074</b>	<b>9.011.556</b>	<b>8.745.252</b>	<b>2.694.162</b>	-	-	-	<b>6.317.394</b>
Debêntures	2.632.093	808	(20.769)	2.612.132	1.692.648	-	-	-	-	2.612.132
Cotas de fundos	2.627.984	-	(4.077)	2.623.907	2.623.907	2.623.907	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.393.468	-	311.794	3.705.262	4.358.442	-	-	-	-	3.705.262
Ações	178.701	(62.572)	(45.874)	70.255	70.255	70.255	-	-	-	-
<b>Total – TVM</b>	<b>238.801.643</b>	<b>1.397.088</b>	<b>(253.288)</b>	<b>239.945.443</b>	<b>240.665.588</b>	<b>2.694.162</b>	<b>629.244</b>	<b>17.632.184</b>	<b>24.691.208</b>	<b>194.298.645</b>
Para negociação	117.406.980	1.397.088	-	118.804.068	118.804.068	430.318	629.230	16.040.417	20.953.206	80.750.897
Disponíveis para venda	104.195.287	-	(253.288)	103.941.999	103.941.999	2.263.844	-	1.591.767	3.738.002	96.348.386
Mantidos até o vencimento	17.199.376	-	-	17.199.376	17.919.521	-	14	-	-	17.199.362
<b>Total</b>	<b>238.801.643</b>	<b>1.397.088</b>	<b>(253.288)</b>	<b>239.945.443</b>	<b>240.665.588</b>	<b>2.694.162</b>	<b>629.244</b>	<b>17.632.184</b>	<b>24.691.208</b>	<b>194.298.645</b>



CONSOLIDADO										
Descrição	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor contábil	Valor de mercado	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
<b>Títulos públicos</b>	<b>229.969.397</b>	<b>1.458.852</b>	<b>(494.362)</b>	<b>230.933.887</b>	<b>231.920.336</b>	-	<b>629.244</b>	<b>17.632.184</b>	<b>24.691.208</b>	<b>187.981.251</b>
Letras financeiras do tesouro	110.825.377	(35.129)	(521.506)	110.268.742	110.261.983	-	-	-	258.293	110.010.449
Letras do tesouro nacional	111.150.473	1.488.663	17.405	112.656.541	112.656.541	-	-	17.632.184	24.432.915	70.591.442
Notas do tesouro nacional	7.710.143	5.318	5.925	7.721.386	8.714.594	-	629.244	-	-	7.092.142
Tesouro nacional/securitização	283.404	-	3.814	287.218	287.218	-	-	-	-	287.218
<b>Títulos – empresas</b>	<b>10.803.158</b>	<b>(36.452)</b>	<b>241.074</b>	<b>11.007.780</b>	<b>10.741.476</b>	<b>4.690.386</b>	-	-	-	<b>6.317.394</b>
Debêntures	2.632.093	808	(20.769)	2.612.132	1.692.648	-	-	-	-	2.612.132
Cotas de fundos	4.598.896	25.312	(4.077)	4.620.131	4.620.131	4.620.131	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.393.468	-	311.794	3.705.262	4.358.442	-	-	-	-	3.705.262
Ações	178.701	(62.572)	(45.874)	70.255	70.255	70.255	-	-	-	-
<b>Total – TVM</b>	<b>240.772.555</b>	<b>1.422.400</b>	<b>(253.288)</b>	<b>241.941.667</b>	<b>242.661.812</b>	<b>4.690.386</b>	<b>629.244</b>	<b>17.632.184</b>	<b>24.691.208</b>	<b>194.298.645</b>
Para negociação	119.377.892	1.422.400	-	120.800.292	120.800.292	2.426.542	629.230	16.040.417	20.953.206	80.750.897
Disponíveis para venda	104.195.287	-	(253.288)	103.941.999	103.941.999	2.263.844	-	1.591.767	3.738.002	96.348.386
Mantidos até o vencimento	17.199.376	-	-	17.199.376	17.919.521	-	14	-	-	17.199.362
<b>Total – TVM</b>	<b>240.772.555</b>	<b>1.422.400</b>	<b>(253.288)</b>	<b>241.941.667</b>	<b>242.661.812</b>	<b>4.690.386</b>	<b>629.244</b>	<b>17.632.184</b>	<b>24.691.208</b>	<b>194.298.645</b>

### (c) Classificação da carteira por categoria e por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo, onde está classificada a maior parte dos títulos do governo brasileiro, as ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Os ativos com baixa ou nenhuma liquidez são classificados como nível 3 da hierarquia de valor justo visto que o cálculo do preço de mercado é feito com base na metodologia de fluxo de caixa descontado por uma taxa livre de risco observada no mercado.

Para cotas de fundos de investimento são utilizados os valores da cota calculados pelo administrador do fundo como sendo o valor justo.

**(c.1) Categoria I - Títulos para negociação**

Os papéis que compõem a carteira de TVM – Títulos para negociação não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado corresponde ao custo de aquisição do título nas respectivas datas.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o resultado da instituição.

Os títulos da categoria “I – Títulos para negociação” são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

Descrição	INDIVIDUAL										
	31/12/2020						31/12/2019				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	629.230	16.040.417	20.953.206	80.619.570	116.783.571	1.458.852	118.242.423	103.483.019	1.497.138	104.980.157
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	150.761	13.087.530	13.273.420	(35.129)	13.238.291	24.461.974	19.486	24.481.460
Letras do tesouro nacional	-	-	16.040.417	20.802.445	67.261.551	102.615.750	1.488.663	104.104.413	78.163.048	1.482.962	79.646.010
Notas do tesouro nacional	-	629.230	-	-	270.489	894.401	5.318	899.719	857.997	(5.310)	852.687
<b>Títulos - empresas</b>	<b>430.318</b>	-	-	-	<b>131.327</b>	<b>623.409</b>	<b>(61.764)</b>	<b>561.645</b>	<b>317.925</b>	<b>11.788</b>	<b>329.713</b>
Debêntures	-	-	-	-	131.327	130.519	808	131.327	217.477	2.054	219.531
Cotas de fundos	392.442	-	-	-	-	392.442	-	392.442	-	-	-
Ações	37.876	-	-	-	-	100.448	(62.572)	37.876	100.448	9.734	110.182
<b>Total</b>	<b>430.318</b>	<b>629.230</b>	<b>16.040.417</b>	<b>20.953.206</b>	<b>80.750.897</b>	<b>117.406.980</b>	<b>1.397.088</b>	<b>118.804.068</b>	<b>103.800.944</b>	<b>1.508.926</b>	<b>105.309.870</b>





Descrição	CONSOLIDADO										
	31/12/2020						31/12/2019				
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado resultado	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	629.230	16.040.417	20.953.206	80.619.570	116.783.571	1.458.852	118.242.423	103.483.019	1.497.138	104.980.157
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	150.761	13.087.530	13.273.420	(35.129)	13.238.291	24.461.974	19.486	24.481.460
Letras do tesouro nacional	-	-	16.040.417	20.802.445	67.261.551	102.615.750	1.488.663	104.104.413	78.163.048	1.482.962	79.646.010
Notas do tesouro nacional	-	629.230	-	-	270.489	894.401	5.318	899.719	857.997	(5.310)	852.687
<b>Títulos - empresas</b>	<b>2.426.542</b>	-	-	-	<b>131.327</b>	<b>2.594.321</b>	<b>(36.452)</b>	<b>2.557.869</b>	<b>1.056.872</b>	<b>11.788</b>	<b>1.068.660</b>
Debêntures	-	-	-	-	131.327	130.519	808	131.327	217.477	2.054	219.531
Cotas de fundos	2.388.666	-	-	-	-	2.363.354	25.312	2.388.666	738.947	-	738.947
Ações	37.876	-	-	-	-	100.448	(62.572)	37.876	100.448	9.734	110.182
<b>Total</b>	<b>2.426.542</b>	<b>629.230</b>	<b>16.040.417</b>	<b>20.953.206</b>	<b>80.750.897</b>	<b>119.377.892</b>	<b>1.422.400</b>	<b>120.800.292</b>	<b>104.539.891</b>	<b>1.508.926</b>	<b>106.048.817</b>

### (c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

As ações e debêntures classificadas na Categoria II são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2020 inclui uma perda acumulada no valor recuperável destes títulos de R\$ 788.540 (31/12/2019 – R\$ 726.829).

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM Disponíveis para venda não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado corresponde ao custo de aquisição do título nas respectivas datas.

Os ajustes de mercado nesta categoria impactam diretamente o patrimônio líquido da instituição.



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
	31/12/2020						31/12/2019			
	Sem vencimento	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Ajuste a mercado patrimônio líquido	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	1.591.767	3.738.002	93.252.054	99.076.185	(494.362)	98.581.823	86.651.200	64.610	86.715.810
Letras financeiras do tesouro	-	-	107.532	89.501.181	90.130.219	(521.506)	89.608.713	85.936.240	33.287	85.969.527
Letras do tesouro nacional	-	1.591.767	3.630.470	3.329.891	8.534.723	17.405	8.552.128	378.116	29.548	407.664
Notas do tesouro nacional	-	-	-	133.764	127.839	5.925	133.764	6.525	4.464	10.989
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	287.218	283.404	3.814	287.218	330.319	(2.689)	327.630
<b>Títulos – empresas</b>	2.263.844	-	-	3.096.332	5.119.102	241.074	5.360.176	2.987.442	319.520	3.306.962
Debêntures	-	-	-	1.504.527	1.525.296	(20.769)	1.504.527	1.522.536	(10.067)	1.512.469
Cotas de fundos	2.231.465	-	-	-	2.235.542	(4.077)	2.231.465	68.221	(5.597)	62.624
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	1.591.805	1.280.011	311.794	1.591.805	1.252.880	381.011	1.633.891
Ações	32.379	-	-	-	78.253	(45.874)	32.379	143.805	(45.827)	97.978
<b>Total</b>	<b>2.263.844</b>	<b>1.591.767</b>	<b>3.738.002</b>	<b>96.348.386</b>	<b>104.195.287</b>	<b>(253.288)</b>	<b>103.941.999</b>	<b>89.638.642</b>	<b>384.130</b>	<b>90.022.772</b>

### (c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

As debêntures classificadas na Categoria III são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001. O custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2020 inclui uma perda acumulada no valor recuperável destes títulos de R\$ 1.411.441 (31/12/2019 – R\$ 1.411.441).

Os demais papéis que compõem a carteira de TVM mantidos até o vencimento não sofreram ajustes por perda no valor recuperável (*Impairment*), desta forma o custo ajustado ao valor recuperável apresentado em 31/12/2020 corresponde ao custo de aquisição do título.

Os títulos desta categoria foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no Resultado ou no Patrimônio Líquido. Os ativos que estiverem nesta categoria sensibilizam o balanço da CAIXA apenas com o seu valor contábil atualizado.



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2020			31/12/2019		
	01 a 90 dias	Acima de 360 dias	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado	Custo ajustado ao valor recuperável	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	<b>14</b>	<b>14.109.627</b>	<b>14.109.641</b>	<b>15.096.090</b>	<b>13.817.512</b>	<b>14.929.651</b>
Letras financeiras do tesouro	-	7.421.738	7.421.738	7.414.979	7.219.697	7.223.074
Notas do tesouro nacional	14	6.687.889	6.687.903	7.681.111	6.597.815	7.706.577
<b>Títulos – empresas</b>	<b>-</b>	<b>3.089.735</b>	<b>3.089.735</b>	<b>2.823.431</b>	<b>3.142.132</b>	<b>2.998.884</b>
Debêntures	-	976.278	976.278	56.794	1.026.240	62.408
Certificado de recebíveis imobiliários	-	2.113.457	2.113.457	2.766.637	2.115.892	2.936.476
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>17.199.362</b>	<b>17.199.376</b>	<b>17.919.521</b>	<b>16.959.644</b>	<b>17.928.535</b>

## (d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2020		2019		2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.812.854	6.933.421	4.260.408	8.919.840	1.828.091	6.958.733	4.286.110	8.967.392
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.109.306	2.720.822	11.413.836	15.229.776	1.109.306	2.720.822	11.413.836	15.229.777
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	481.075	1.123.308	773.073	2.695.953	481.075	1.123.308	773.073	2.695.952
Outros	(612)	(1.166)	(460)	(2.163)	(612)	(1.166)	(460)	(2.163)
<b>Total</b>	<b>3.402.623</b>	<b>10.776.385</b>	<b>16.446.857</b>	<b>26.843.406</b>	<b>3.417.860</b>	<b>10.801.697</b>	<b>16.472.559</b>	<b>26.890.958</b>

(e) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Títulos públicos</b>	<b>16.881.962</b>	<b>16.332.043</b>
Letra financeira do tesouro	12.916.347	12.227.176
Letras do tesouro nacional	3.961.235	4.101.030
Notas do tesouro nacional	4.380	3.837

## Nota 8 - Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (*hedge*). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de *hedge*, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

A CAIXA utiliza duas estratégias de atuação no mercado de instrumentos derivativos:

1. *Hedge* de outros instrumentos financeiros tanto da carteira de negociação quanto da carteira bancária;
2. Rentabilização da carteira de negociação.

O principal risco de mercado associado à primeira estratégia, ligado ao *hedge* de valor justo das operações de crédito, é a exposição à variação da taxa de juros para a parcela inefetiva do *hedge*.

Em relação à segunda estratégia, o principal risco de mercado é associado a variação no preço dos instrumentos derivativos. Essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A CAIXA atualmente não opera com derivativos sujeitos a variações de preços não lineares, o que torna essas variações menos amplas.

A Instituição gerencia o risco de mercado no contexto da carteira de negociação, objetivando controlar a exposição a esse risco, a perda esperada e o consumo de capital para cobrir esse risco.

Diariamente são apuradas a exposição líquida a risco de mercado, o VaR – *Value at Risk*, a concentração em fatores de risco, a estrutura a termo, a *duration* e a alocação de capital da carteira de negociação. Além disso, semanalmente são realizados testes de estresse.

A CAIXA possui uma estrutura de limites para esses indicadores, que são acompanhados diariamente e reportados à governança de riscos quando ocorre alguma extrapolação.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou para comprar/vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.



No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos; os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrada pelas partes. Neste caso, há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

A CAIXA não possui instrumento derivativo que tenha ganhos ou perdas registradas em conta destacada do patrimônio líquido, fato que ocorre somente em estruturas de *hedge account* de fluxo de caixa.

#### (a) *Hedge Contábil*

A CAIXA estabeleceu estruturas de *hedge* de valor justo para proteger-se da exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e para proteção da variação da taxa de juros para as operações de crédito.

O *hedge* contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do *hedge*.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do *hedge*, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O *hedge* contábil estruturado para as operações de crédito ativas, denominado *Macro Hedge* da carteira bancária, tem como objetivo a proteção do valor de mercado de contratos de crédito, e a proteção ocorre por meio de contratos de futuros DI, conforme descrito:

- Ponta Ativa Futuro de DI: % da variação do DI;
- Ponta Passiva Futuro de DI: Taxa pré-fixada.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do *hedge*, no caso das emissões externas e das letras financeiras, e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

O mesmo patamar de efetividade é observado no *hedge* das operações de crédito.

O item Ajuste a Valor de Mercado dos instrumentos de *hedge* consiste no ajuste acumulado dos contratos de *swap* e futuros DI.



INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
HEDGE CONTÁBIL								
Estratégia	31/12/2020				31/12/2019			
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Contábil
Risco cambial								
Hedge de emissões externas	1.914.521	726.822	1.227.621	2.597.947	1.545.985	509.681	548.345	2.014.072
Risco de taxa de juros								
Hedge de letras financeiras	797.650	984.733	557.659	1.786.899	814.010	821.257	414.968	1.640.294
<b>Total</b>	<b>2.712.171</b>	<b>1.711.555</b>	<b>1.785.280</b>	<b>4.384.846</b>	<b>2.359.995</b>	<b>1.330.938</b>	<b>963.313</b>	<b>3.654.366</b>

## (a.1) Estrutura temporal do Hedge Contábil

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
	Hedge de Emissões Externas	Hedge de Letras Financeiras	Hedge de Emissões Externas	Hedge de Letras Financeiras
2020	-	-	61.031	16.360
2021	75.908	25.000	58.876	25.000
2022	1.838.613	-	1.426.078	-
2023	-	562.000	-	562.000
2024	-	203.450	-	203.450
2025	-	7.200	-	7.200
<b>Total</b>	<b>1.914.521</b>	<b>797.650</b>	<b>1.545.985</b>	<b>814.010</b>



## (a.2) Macro Hedge da carteira bancária

Estratégia	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge		Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado	Valor Nominal	Variação de valor de mercado	Valor de mercado	Ajuste de marcação a mercado
Hedge de operações de crédito	13.337.990	(123.264)	13.078.240	82.714	7.495.060	(39.616)	7.381.794	33.750

A estrutura temporal do hedge das operações de crédito apresenta vencimentos nos valores de R\$ 7.218 milhões, R\$ 4.192 milhões, R\$ 1.624 milhões e R\$ 304 milhões para os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024, respectivamente.

## (b) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, tipo de instrumento e prazo, demonstrada pelo seu valor referencial em contas de compensação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	Valor Referencial						
	31/12/2020				31/12/2019		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	
Contratos de futuros							
Compromissos de compra	-	-	5.324.070	9.494.675	14.818.745	3.503.396	
Mercado interfinanceiro	-	-	5.324.070	9.494.675	14.818.745	3.503.396	
Compromissos de venda	2.577.886	4.034.375	16.946.146	73.944.745	97.503.152	77.932.375	
Mercado interfinanceiro	1.694.747	4.034.375	16.946.146	73.944.745	96.620.013	77.667.899	
Moeda estrangeira	883.139	-	-	-	883.139	264.476	
Contratos de Swaps							
Swaps	25.000	14.992	14.725	1.492.447	1.547.164	1.594.329	
Índices	25.000	-	-	772.650	797.650	814.010	
Moeda estrangeira	-	14.992	14.725	719.797	749.514	780.319	
Outros derivativos							
Derivativo FGTS	-	-	-	4.021.291	4.021.291	4.001.457	





## (c) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2020						31/12/2019	
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição Ativa								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.392.208	393.072	8.930	22.629	22.937	1.730.784	1.785.280	963.313
Índices/B3	274.610	283.049	8.930	-	-	548.729	557.659	414.968
Moeda estrangeira/Inst. financeiras	1.117.598	110.023	-	22.629	22.937	1.182.055	1.227.621	548.345
Ativo circulante							54.496	24.928
Ativo não circulante							1.730.784	938.385
Posição Passiva								
Outros Derivativos – Ajuste a Pagar	1.451.204	345.105	-	-	-	1.796.309	1.796.309	1.073.796
Derivativo FGTS	1.451.204	345.105	-	-	-	1.796.309	1.796.309	1.073.796
Passivo circulante							-	-
Passivo não circulante							1.796.309	1.073.796

## (d) Resultado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	(32.555)	880.388	100.552	314.376
Futuro	(678.868)	(4.107.597)	(1.390.955)	(3.237.705)
FGTS	(345.105)	(722.513)	(19.538)	(343.832)
Total realizado	(1.056.528)	(3.949.722)	(1.309.941)	(3.267.161)



## Nota 9 – Carteira de crédito

### (a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Carteira de crédito	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									31/12/2020	31/12/2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
<b>Operações de crédito</b>	<b>410.982.469</b>	<b>120.144.568</b>	<b>100.575.872</b>	<b>84.900.501</b>	<b>27.628.572</b>	<b>5.617.513</b>	<b>8.746.739</b>	<b>5.894.550</b>	<b>12.993.304</b>	<b>777.484.088</b>	<b>683.623.593</b>
Empréstimos e títulos descontados	27.688.572	38.398.709	49.688.118	23.180.941	6.391.334	2.612.470	1.756.100	990.514	7.306.257	158.013.015	116.879.571
Financiamentos	577.413	978.330	856.502	865.424	173.387	94.256	45.759	19.274	241.631	3.851.976	4.222.947
Financiamentos rurais e agroindustriais	786.616	3.163.453	2.502.854	929.157	121.033	79.797	20.440	17.574	98.412	7.719.336	5.398.925
Financiamentos imobiliários	350.684.605	31.437.074	42.046.092	56.374.705	17.817.025	2.453.539	4.175.915	1.116.849	4.012.835	510.118.639	464.388.842
Financiamentos de infraestrutura	24.646.821	46.083.275	5.327.832	3.400.765	3.049.111	313.657	2.714.499	3.724.138	1.250.151	90.510.249	84.084.074
Cessão de créditos	6.598.442	83.727	154.474	149.509	76.682	63.794	34.026	26.201	84.018	7.270.873	8.649.234
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	<b>1.221.453</b>	<b>5.650.306</b>	<b>981.316</b>	<b>882.549</b>	<b>345.438</b>	<b>251.304</b>	<b>96.591</b>	<b>27.229</b>	<b>481.525</b>	<b>9.937.711</b>	<b>10.066.865</b>
Cartão de crédito	952.286	5.149.676	531.364	734.890	256.693	215.128	89.219	25.729	180.823	8.135.808	8.547.281
Adiantamento de contratos de câmbio	233.520	174.640	429.199	117.788	83.301	31.837	2.720	-	265.409	1.338.414	1.265.097
Créditos adquiridos (1)	-	319.448	-	-	-	-	-	-	-	319.448	111.087
Diversos	35.647	6.542	20.753	29.871	5.444	4.339	4.652	1.500	35.293	144.041	143.400
<b>Subtotal</b>	<b>412.203.922</b>	<b>125.794.874</b>	<b>101.557.188</b>	<b>85.783.050</b>	<b>27.974.010</b>	<b>5.868.817</b>	<b>8.843.330</b>	<b>5.921.779</b>	<b>13.474.829</b>	<b>787.421.799</b>	<b>693.690.458</b>
Hedge da carteira de crédito										82.714	33.750
<b>Total</b>	<b>412.203.922</b>	<b>125.794.874</b>	<b>101.557.188</b>	<b>85.783.050</b>	<b>27.974.010</b>	<b>5.868.817</b>	<b>8.843.330</b>	<b>5.921.779</b>	<b>13.474.829</b>	<b>787.504.513</b>	<b>693.724.208</b>
<b>Provisão p/ perdas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(500.463)</b>	<b>(744.814)</b>	<b>(1.788.790)</b>	<b>(4.088.123)</b>	<b>(3.353.057)</b>	<b>(1.961.984)</b>	<b>(4.501.933)</b>	<b>(4.156.645)</b>	<b>(13.474.829)</b>	<b>(34.570.638)</b>	<b>(35.032.243)</b>
<b>Total líq. de provisões</b>	<b>411.703.459</b>	<b>125.050.060</b>	<b>99.768.398</b>	<b>81.694.927</b>	<b>24.620.953</b>	<b>3.906.833</b>	<b>4.341.397</b>	<b>1.765.134</b>	<b>-</b>	<b>752.933.875</b>	<b>658.691.965</b>
Ativo circulante										147.327.109	113.401.570
Ativo não circulante										640.177.404	580.322.638

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e Daycoval.

A CAIXA disponibilizou linhas de crédito de empréstimos às empresas de pequeno e médio porte com taxas e condições especiais com o intuito de manter o enfrentamento aos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19. Até 31/12/2020, no PRONAMPE – Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foram efetivados contratos no montante total de R\$ 15,6 bilhões. A CAIXA foi a primeira instituição a operar esta linha de crédito. Pela linha de crédito FAMPE – Fundo de aval para as Micro e Pequenas Empresas foram efetivados contratos no montante de R\$ 2,5 bilhões, essa modalidade conta com o Crédito Assistido do SEBRAE. A CAIXA ainda passou a disponibilizar a partir de agosto 2020, para as empresas de pequeno e médio porte a nova linha de crédito para capital de giro com garantia do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), sendo contratado o montante total de R\$ 10 bilhões até 31/12/2020.



(b) Composição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Carteira de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Provisão regulamentar	-	(628.974)	(1.015.573)	(2.573.492)	(2.797.400)	(1.760.645)	(4.421.663)	(4.145.247)	(13.474.829)	(30.817.823)	(31.615.931)
Operações de crédito	-	(600.723)	(1.005.759)	(2.547.015)	(2.762.857)	(1.685.254)	(4.373.369)	(4.126.186)	(12.993.301)	(30.094.464)	(31.029.312)
Empréstimos e títulos descontados	-	(191.994)	(496.881)	(695.428)	(639.133)	(783.741)	(878.050)	(693.360)	(7.306.254)	(11.684.841)	(12.129.706)
Financiamentos	-	(4.892)	(8.565)	(25.963)	(17.339)	(28.277)	(22.880)	(13.492)	(241.631)	(363.039)	(537.581)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(15.817)	(25.029)	(27.875)	(12.103)	(23.939)	(10.220)	(12.302)	(98.412)	(225.697)	(298.408)
Financiamentos imobiliários	-	(157.185)	(420.461)	(1.691.241)	(1.781.703)	(736.062)	(2.087.957)	(781.794)	(4.012.835)	(11.669.238)	(10.364.449)
Financiamentos de infraestrutura	-	(230.416)	(53.278)	(102.023)	(304.911)	(94.097)	(1.357.249)	(2.606.897)	(1.250.151)	(5.999.022)	(7.537.709)
Cessão de créditos	-	(419)	(1.545)	(4.485)	(7.668)	(19.138)	(17.013)	(18.341)	(84.018)	(152.627)	(161.459)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(28.251)	(9.814)	(26.477)	(34.543)	(75.391)	(48.294)	(19.061)	(481.528)	(723.359)	(586.619)
Cartão de crédito	-	(25.748)	(5.314)	(22.047)	(25.669)	(64.538)	(44.608)	(18.010)	(180.823)	(386.757)	(331.214)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(873)	(4.292)	(3.534)	(8.330)	(9.551)	(1.360)	-	(265.409)	(293.349)	(119.445)
Créditos adquiridos	-	(1.597)	-	-	-	-	-	-	-	(1.597)	(66.414)
Diversos	-	(33)	(208)	(896)	(544)	(1.302)	(2.326)	(1.051)	(35.296)	(41.656)	(69.546)
Provisão complementar (1)	(500.463)	(115.840)	(773.217)	(1.514.631)	(555.657)	(201.339)	(80.270)	(11.398)	-	(3.752.815)	(3.416.312)
Operações de crédito	(497.724)	(114.085)	(766.029)	(1.489.403)	(539.385)	(181.705)	(73.619)	(10.171)	-	(3.672.121)	(3.344.466)
Empréstimos e títulos descontados	(99.789)	(51.695)	(492.692)	(559.604)	(339.066)	(154.821)	(63.372)	(8.835)	-	(1.769.874)	(1.279.457)
Financiamentos	(1.413)	(405)	(4.948)	(18.423)	(25.627)	(22.659)	(8.526)	(900)	-	(82.901)	(138.484)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(818)	(1.329)	(5.601)	(5.782)	(1.368)	(1.832)	(761)	(184)	-	(17.675)	(14.937)
Financiamentos imobiliários	(382.066)	(58.551)	(246.256)	(865.640)	(156.819)	(2.393)	(960)	(252)	-	(1.712.937)	(1.865.474)
Financiamentos de infraestrutura	(10.709)	(2.044)	(16.305)	(39.907)	(16.505)	-	-	-	-	(85.470)	(41.981)
Cessão de créditos	(2.929)	(61)	(227)	(47)	-	-	-	-	-	(3.264)	(4.133)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(2.739)	(1.755)	(7.188)	(25.228)	(16.272)	(19.634)	(6.651)	(1.227)	-	(80.694)	(71.846)
Cartão de crédito	(26)	(123)	(907)	(4.600)	(4.667)	(2.124)	(578)	(24)	-	(13.049)	(11.102)
Adiantamento de contratos de câmbio	(296)	(262)	(2.760)	(2.003)	(66)	-	-	-	-	(5.387)	(4.304)
Créditos adquiridos	-	(769)	-	-	-	-	-	-	-	(769)	(486)
Diversos	(2.417)	(601)	(3.521)	(18.625)	(11.539)	(17.510)	(6.073)	(1.203)	-	(61.489)	(55.954)
Total Provisão	(500.463)	(744.814)	(1.788.790)	(4.088.123)	(3.353.057)	(1.961.984)	(4.501.933)	(4.156.645)	(13.474.829)	(34.570.638)	(35.032.243)
Ativo circulante										(15.132.916)	(16.682.286)
Ativo não circulante										(19.437.722)	(18.439.957)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.



(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Carteira de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
<b>Parcelas vincendas</b>	<b>412.108.794</b>	<b>125.617.080</b>	<b>92.322.556</b>	<b>70.745.383</b>	<b>19.994.483</b>	<b>3.844.181</b>	<b>4.578.532</b>	<b>4.544.281</b>	<b>5.784.029</b>	<b>739.539.319</b>	<b>628.797.603</b>
01 a 30 dias	4.607.022	5.482.889	1.908.542	1.377.679	479.654	254.547	216.519	2.192.898	338.065	16.857.815	18.155.950
31 a 60 dias	4.459.632	3.523.589	1.933.029	1.205.493	373.583	166.926	175.605	54.131	225.188	12.117.176	11.259.368
61 a 90 dias	4.246.951	2.547.271	2.050.045	1.089.846	332.756	136.410	160.325	47.971	168.241	10.779.816	12.190.636
91 a 180 dias	12.945.618	7.999.011	5.816.591	3.449.430	975.867	365.306	453.141	138.546	624.216	32.767.726	29.130.935
181 a 360 dias	26.178.880	11.672.802	10.368.685	6.462.023	1.666.463	537.148	780.692	227.777	607.702	58.502.172	49.656.396
Acima de 360 dias	359.670.691	94.391.518	70.245.664	57.160.912	16.166.160	2.383.844	2.792.250	1.882.958	3.820.617	608.514.614	508.404.318
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>51.215</b>	<b>151.958</b>	<b>50.953</b>	<b>56.182</b>	<b>22.077</b>	<b>9.446</b>	<b>4.084</b>	<b>1.744</b>	<b>7.123</b>	<b>354.782</b>	<b>510.558</b>
01 a 14 dias	51.215	151.958	50.953	56.182	22.077	9.446	4.084	1.744	7.123	354.782	510.558
<b>Total</b>	<b>412.160.009</b>	<b>125.769.038</b>	<b>92.373.509</b>	<b>70.801.565</b>	<b>20.016.560</b>	<b>3.853.627</b>	<b>4.582.616</b>	<b>4.546.025</b>	<b>5.791.152</b>	<b>739.894.101</b>	<b>629.308.161</b>

A seguir, apresentamos a classificação dos clientes por níveis de risco em função dos períodos de atraso em relação aos vencimentos das operações contratadas. Esta classificação está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 2.682/1999.

Período de atraso	Prazo em dobro	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H



(c.2) Carteira de crédito em curso anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Parcelas vincendas	-	-	8.777.576	13.981.933	7.047.642	1.316.056	3.379.875	720.765	2.911.466	38.135.313	53.258.371
01 a 30 dias	-	-	107.974	149.194	71.857	22.998	167.820	9.815	69.138	598.796	776.523
31 a 60 dias	-	-	114.533	153.738	71.615	22.938	166.864	9.501	65.962	605.151	698.651
61 a 90 dias	-	-	97.870	143.939	69.483	21.953	165.372	9.122	62.194	569.933	688.518
91 a 180 dias	-	-	305.412	423.606	202.735	63.402	488.697	26.570	163.642	1.674.064	1.974.477
181 a 360 dias	-	-	570.006	795.177	380.933	111.960	939.210	50.123	259.881	3.107.290	3.527.320
Acima de 360 dias	-	-	7.581.781	12.316.279	6.251.019	1.072.805	1.451.912	615.634	2.290.649	31.580.079	45.592.882
Parcelas vencidas	-	-	475.852	999.552	909.808	699.134	880.839	654.989	4.772.211	9.392.385	11.123.926
01 a 30 dias	-	-	392.070	188.487	87.104	38.636	25.335	16.712	496.785	1.245.129	1.428.463
31 a 60 dias	-	-	83.705	317.667	103.539	46.791	179.721	13.672	97.130	842.225	974.059
61 a 90 dias	-	-	15	277.486	389.443	94.320	65.584	29.668	181.595	1.038.111	1.656.900
91 a 180 dias	-	-	59	215.844	329.588	285.829	350.846	319.540	609.310	2.111.016	2.509.936
181 a 360 dias	-	-	3	68	134	233.558	259.353	275.397	2.536.142	3.304.655	3.488.268
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	851.249	851.249	1.066.300
Total	-	-	9.253.428	14.981.485	7.957.450	2.015.190	4.260.714	1.375.754	7.683.677	47.527.698	64.382.297



(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2020	%	31/12/2019	%
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>62.119.118</b>	<b>7,9</b>	<b>54.606.909</b>	<b>7,9</b>
Administração direta	51.487.147	6,5	42.954.044	6,2
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	5.091.462	0,6	5.097.424	0,7
Administração indireta – outros	5.540.509	0,7	6.555.441	0,9
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>725.385.395</b>	<b>92,1</b>	<b>639.117.299</b>	<b>92,1</b>
<b>PESSOA JURÍDICA</b>	<b>114.811.842</b>	<b>14,6</b>	<b>83.561.560</b>	<b>12,0</b>
Energia elétrica	15.597.248	2,0	15.740.922	2,3
Construção civil	14.864.360	1,9	12.610.448	1,8
Comércio varejista	21.213.321	2,7	10.341.438	1,5
Siderurgia e metalurgia	6.190.191	0,8	5.603.398	0,8
Transporte	9.648.248	1,2	8.393.932	1,2
Saneamento e infraestrutura	7.550.368	1,0	7.088.670	1,0
Comércio atacadista	8.552.495	1,1	5.085.818	0,7
Outras indústrias	4.797.798	0,6	3.473.201	0,5
Saúde	4.858.372	0,6	3.688.335	0,5
Agronegócio e extrativismo	1.858.407	0,2	1.173.726	0,2
Alimentação	2.554.890	0,3	1.399.077	0,2
Têxtil	2.044.004	0,3	974.748	0,1
Serviços financeiros	656.151	0,1	1.089.110	0,2
Comunicação	1.217.854	0,2	596.692	0,1
Petroquímico	1.177.854	0,1	608.025	0,1
Serviços pessoais	355.195	0,0	158.246	0,0
Outros serviços	11.675.086	1,5	5.535.774	0,8
<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>610.573.553</b>	<b>77,5</b>	<b>555.555.739</b>	<b>80,1</b>
<b>Total</b>	<b>787.504.513</b>	<b>100,0</b>	<b>693.724.208</b>	<b>100,0</b>

(e) Receita da carteira de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	12.439.809	25.445.220	14.428.965	32.287.908
Financiamentos rurais e agroindustriais	179.511	361.089	165.088	369.106
Financiamentos imobiliários	17.540.594	34.270.776	16.208.082	32.307.347
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	2.906.827	5.884.858	3.119.463	6.124.246
Créditos por avais e fiança	4.026	7.743	4.290	8.689
Resultado da venda ou transferência de ativos financeiros	(246.560)	(582.654)	(368.135)	(749.911)
<b>Total</b>	<b>32.824.207</b>	<b>65.387.032</b>	<b>33.557.753</b>	<b>70.347.385</b>

(f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

(f.1) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteiras adquiridas com coobrigação				
Banco Cruzeiro do Sul	-	(101)	(3.084)	10.006
BMG	12.835	13.370	944	2.308
Bonsucesso	-	-	-	20
Daycoval	1.132	3.026	3.048	7.768
<b>Total</b>	<b>13.967</b>	<b>16.295</b>	<b>908</b>	<b>20.102</b>

(f.2) Rendas vinculadas a aquisição de carteiras de crédito sem coobrigação

As rendas vinculadas à aquisição de carteiras de crédito do Banco PAN, na modalidade sem coobrigação, apresentaram um saldo de R\$ 2.210.639 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 3.186.843).

(f.3) Despesas vinculadas a cessão de carteiras de crédito

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesas vinculadas à cessão				
Carteiras cedidas com coobrigação	(260.527)	(598.934)	(368.300)	(767.737)
Carteiras cedidas sem coobrigação	-	(15)	(743)	(2.276)
<b>Total</b>	<b>(260.527)</b>	<b>(598.949)</b>	<b>(369.043)</b>	<b>(770.013)</b>

(g) Créditos recuperados

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações comerciais	1.397.641	1.886.297	1.507.013	2.666.673
Operações habitacionais	121.441	382.274	70.489	330.095
<b>Total</b>	<b>1.519.082</b>	<b>2.268.571</b>	<b>1.577.502</b>	<b>2.996.768</b>





(h) **Créditos renegociados**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações comerciais	478.157	800.999	781.632	1.564.967
Operações habitacionais (1)	105.336.759	304.699.115	13.195.662	28.146.448
<b>Total</b>	<b>105.814.916</b>	<b>305.500.114</b>	<b>13.977.294</b>	<b>29.711.415</b>

(1) Variação decorre das renegociações em condições especiais, devido à pandemia de COVID – 19, que incluem também as pausas de até 6 meses nas prestações em contratos habitacionais.

(i) **Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito**

A despesa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou variação entre o Individual e o Consolidado de R\$ 993 no 2º semestre e de R\$ 2.315 no exercício de 2020. Em 2019, apresentou R\$ 9.383 no 2º semestre e R\$ 11.570 no exercício.

Descrição	INDIVIDUAL			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Saldo inicial</b>	<b>(33.938.851)</b>	<b>(35.032.243)</b>	<b>(36.098.687)</b>	<b>(36.990.157)</b>
Constituição de provisão no período	(9.518.656)	(17.500.241)	(11.862.758)	(21.966.680)
Reversão de provisão no período	3.213.739	6.367.212	7.331.784	11.213.149
Transferência para prejuízo	5.673.130	11.594.634	5.597.418	12.711.445
<b>Saldo final</b>	<b>(34.570.638)</b>	<b>(34.570.638)</b>	<b>(35.032.243)</b>	<b>(35.032.243)</b>

(i) **Concentração dos principais devedores**

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Principal devedor	9.251.980	1,17	9.013.246	1,30
10 maiores devedores	38.741.352	4,92	36.426.739	5,25
20 maiores devedores	54.234.410	6,89	51.589.435	7,44
50 maiores devedores	73.165.942	9,29	70.889.024	10,22
100 maiores devedores	85.849.885	10,9	82.475.404	11,89

## Nota 10 – Outros ativos financeiros

### (a) Composição

Os itens de Outros ativos financeiros são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item “Rendas a receber do setor privado” que no consolidado apresentou o montante de R\$ 695.102 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 794.776).

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	
Créditos vinculados ao SFH (b)	31.534.613	29.960.476	
Devedores por depósitos em garantia	18.052.690	17.919.725	
Prêmio em aquisição de carteiras	2.536.046	2.226.478	
Rendas a receber do setor público	1.534.783	1.617.792	
Rendas a receber do setor privado	613.162	730.077	
Carteira de câmbio (c)	1.523.745	1.296.866	
Direitos sobre royalties	716.989	647.511	
Cartão de crédito	1.401.613	1.057.109	
Demais	266.232	193.529	
<b>Total</b>	<b>58.179.873</b>	<b>55.649.563</b>	
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (1)	(470.422)	(470.422)	
<b>Total líquido de provisão</b>	<b>57.709.451</b>	<b>55.179.141</b>	
Ativo circulante	4.788.792	4.335.068	
Ativo não circulante	52.920.659	50.844.073	

(1) Aplicabilidade contratual, ainda em tratativa entre as partes, referente a tarifas de prestação de serviços do FIES e INSS.

### (b) Créditos Vinculados - Sistema Financeiro da Habitação (SFH)

Inclui os valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, que estão em processo de novação com aquele fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	
<b>FCVS a receber - líquido de provisão</b>	<b>31.490.246</b>	<b>29.873.856</b>	
FCVS a receber - não homologados	13.451.315	13.951.989	
FCVS a receber - habilitados e homologados	23.104.572	20.760.573	
Provisão FCVS a receber	(5.065.641)	(4.838.706)	
<b>FGTS a ressarcir</b>	<b>44.367</b>	<b>86.620</b>	
<b>Total (líquido de provisão)</b>	<b>31.534.613</b>	<b>29.960.476</b>	

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

No saldo do item FCVS a receber – não homologados estão inclusos os contratos em processo de habilitação na CAIXA, ainda não submetidos à avaliação pelo FCVS, no montante de R\$ 1.130.389, e por contratos já habilitados pela CAIXA e em fase de análise por parte do FCVS para homologação, no montante R\$ 854.150.



A metodologia para o cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS, de acordo com as melhores práticas, visa captar o risco vinculado ao recebimento dos ativos. A metodologia, além de ter incorporado a possibilidade de sinistro para os contratos com negativa de cobertura, inseriu mais uma funcionalidade para o cálculo de provisão para os demais contratos com cobertura do FCVS, ou seja, o cálculo da provisão dos contratos classificados como: Não Habilitados, Habilitados Não Homologados, Homologados, Novado Não Baixado. A incorporação da nova funcionalidade permitiu a definição dos níveis de provisão de todas as operações cobertas pelo FCVS, independentemente da situação do crédito. Para dezembro de 2020 não houve alteração na metodologia aplicada.

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	
<b>Ativo – outros ativos financeiros</b>			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	1.492.298	1.269.962	
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	33.646	27.554	
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE (Nota 9 (a))	50.494	33.357	
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(2.199)	(650)	
<b>Ativo circulante</b>	<b>1.574.239</b>	<b>1.330.223</b>	
<b>Passivo – outros passivos financeiros</b>			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	33.653	27.428	
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	1.410.932	1.250.001	
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE (Nota 9 (a))	(1.287.920)	(1.231.740)	
<b>Passivo circulante</b>	<b>156.665</b>	<b>45.689</b>	
<b>Carteira líquida de câmbio</b>	<b>1.417.574</b>	<b>1.284.534</b>	

(d) Resultado de outros ativos financeiros

O quadro de resultado de outros ativos financeiros é coincidente na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Resultado de câmbio" que apresenta saldo de R\$ (59.842) no 2º semestre de 2020 e R\$ 564.935 no acumulado do exercício de 2020.

INDIVIDUAL				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de câmbio	(35.429)	589.131	110.456	151.759
Créditos Vinculados ao SFH	1.016.325	2.023.237	1.174.886	2.083.530
<b>Total</b>	<b>980.896</b>	<b>2.612.368</b>	<b>1.285.342</b>	<b>2.235.289</b>



## Nota 11 – Investimentos

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas controladas, coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXA, CAIXAPAR, CAIXA Cartões, CAIXA Loterias e a CAIXA Seguridade exercem controle, influência significativa ou possuam controle compartilhado.

As participações na qual a CAIXA Seguridade detenha o controle, são consolidadas e portanto eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

A tabela a seguir apresenta as participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas do conglomerado CAIXA.

Investimento (1)	Natureza do Relacionamento	Atividade	Método de avaliação
<b>CAIXAPAR</b>	<b>Subsidiária integral</b>	<b>Holding</b>	<b>Consolidação</b>
Banco PAN	Controle conjunto	Banco	MEP
TecBan	Controle conjunto	Tecnologia bancária	MEP
Quod	Controle conjunto	Birô de crédito	MEP
Caixa Crescer	Controle conjunto	Assessoria financeira	MEP
Caixa Imóveis	Controle conjunto	Outras atividades	MEP
<b>CAIXA Seguridade</b>	<b>Subsidiária integral</b>	<b>Holding</b>	<b>Consolidação</b>
Caixa Holding Securitária S.A.	Controlada	Holding	Consolidação
CAIXA Corretagem S.A.	Controlada	Corretora de seguros	Consolidação
XS3 Seguros S.A.	Controle conjunto	Seguros	MEP
XS4 Capitalização S.A.	Controle conjunto	Capitalização	MEP
XS6 Participações S.A.	Controle conjunto	Serviços assistenciais	MEP
Too Seguros	Controle conjunto	Seguradora	MEP
PAN Corretora	Controle conjunto	Corretora	MEP
Caixa Seguros Holding S.A.	Coligada	Holding	MEP
Holding XS1 S.A.	Coligada	Holding	MEP
<b>CAIXA Cartões</b>	<b>Subsidiária integral</b>	<b>Holding</b>	<b>Consolidação</b>
Elo Serviços S.A.	Controle conjunto	Instituição de pagamento	MEP
<b>CAIXA Loterias</b>	<b>Subsidiária integral</b>	<b>Holding</b>	<b>Consolidação</b>

(1) Não contempla os investimentos em fase pré-operacional.

### (a) Composição do investimento e do resultado de equivalência patrimonial na demonstração contábil individual

Descrição	INDIVIDUAL					
	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2020	31/12/2019	2020		2019	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXAPAR	2.129.643	2.763.269	501.657	826.208	391.132	566.569
CAIXA Seguridade	9.085.407	5.140.791	5.160.868	5.968.735	756.971	1.536.058
CAIXA Cartões	534.425	-	169.382	181.188	-	-
CAIXA Loterias	-	-	(119)	(327)	(1.276)	(2.194)
Galgo Sistemas de Informações	1.164	1.104	70	62	(10)	(43)
Fundo Garantia de Operações – FGO (1)	495.848	495.848	-	-	-	-
Fundo Garantidor Habitação Popular – FGHAB (1)	265.210	265.210	-	-	-	-
Outros Investimentos (1) (2)	9.928	10.536	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.521.625</b>	<b>8.676.758</b>	<b>5.831.858</b>	<b>6.975.866</b>	<b>1.146.817</b>	<b>2.100.390</b>

(1) Investimentos apresentados pelo seu valor de custo.

(2) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável no valor de (R\$ 10.348) (31/12/2019 – (R\$ 11.086)).



Conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária, a CAIXAPAR efetuou, no segundo trimestre, o pagamento de dividendos à sua controladora (CAIXA) referentes ao exercício de 2019, no valor de R\$ 368.042. No exercício de 2020, a Caixa Seguridade efetuou a antecipação de dividendos e JCP à CAIXA no montante de R\$ 1.094.200.

#### (a.1) Reestruturações societárias na CAIXAPAR

Durante o ano de 2020, a CAIXAPAR realizou movimentos de reestruturação de seus negócios conforme descrito a seguir:

##### Cisão da Elo Serviços S.A.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária da CAIXAPAR ocorrida em 01/12/2020, foi aprovada a Cisão parcial da CAIXAPAR mediante a incorporação das parcelas patrimoniais referente as ações da ELO Serviços S.A para a Caixa Cartões Holding S.A, no montante de R\$ 284.371, que correspondem a 926.341 ações. A operação além de garantir a sustentabilidade e assegurar a complementariedade dos negócios, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, financeira e econômica ao Conglomerado.

##### Venda das ações da Branes e liquidação do FIP Veneza

Em 04 de dezembro de 2020, foi finalizada a operação de venda da totalidade de ações emitidas pela Branes Negócios e Serviços S.A (Branes) de titularidade da CAIXAPAR para o acionista IBM Brasil – Indústria, Máquinas e Serviços Ltda (IBM). O FIP Veneza recebeu 47% e a CAIXAPAR 2% do patrimônio líquido da Branes projetado para o momento da sua liquidação ocorrida em dezembro de 2020. Cabe ressaltar que em 25 de junho de 2020 a Diretoria Colegiada da CAIXAPAR, já havia aprovado a venda das ações da Branes e a liquidação do FIP Veneza.

##### Venda de ações do Banco Pan

Em agosto de 2020 foi realizada oferta pública para distribuição secundária de ações preferenciais do Banco PAN S.A. A oferta consistiu na distribuição de 89.599.665 ações preferenciais de emissão do Banco PAN S.A. de titularidade da CAIXAPAR. O preço por ação foi de R\$ 8,30, perfazendo um montante de R\$ 743.677 mil. Com a alienação, a participação acionária detida pela CAIXAPAR na Companhia passou de 34,3% para 26,8% do total de ações de emissão do Banco PAN S.A.

##### Venda das ações da Capgemini

A operação de alienação das ações da Capgemini, de titularidade da CAIXAPAR, foi concluída no 2º trimestre de 2020 mediante a efetivação da ordem de transferência das ações, ensejando o ajuste no investimento e a descontinuidade do método de equivalência. Em razão dessa alienação, foi efetivada a receita de R\$ 176.804, sendo R\$ 104.427 de lucro na venda e R\$ 72.377 referente ao impacto tributário.

#### (a.1.1) Participações societárias da CAIXAPAR

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido 2020 01.01 a 31.12	Quantidade de ações		Participação %	
				O.N.	P.N.	Cap. Votante	Cap. Social
Banco PAN	4.175.222	5.317.468	655.569	323.429.990	-	49,19	26,84
TecBan	544.074	685.401	181.039	436.134.248	120.974.875	11,61	13,01
Quod	351.028	134.103	(104.557)	3.559.600	3.559.600	20	20
Caixa Crescer	140.540	(42.141)	(17.177)	64.331.501	9.250.937	49	52,36
Caixa Imóveis (1)	28.188	173	(1.908)	1.887.839.025	-	49,98	49,98
Negócios Digitais (2)	100	100	Não operacional	49	-	49	49

(1) As informações da Caixa Imóveis estão posicionadas em abr/20, sem previsão de alteração até o presente momento.

(2) A investida Negócios Digitais encontra-se em fase pré operacional.



## **(a.2) Reestruturações societárias na Caixa Seguridade**

Em decorrência de acordos operacionais previamente firmados, em 2020 foram constituídas novas entidades vinculadas a CAIXA Seguridade conforme descrito a seguir:

### **Holding XS1 S.A. (XS1)**

O acordo com a CNP Assunção (CNP) firmado em 29/08/2018 e aditado em 19/09/2019 deu origem à Holding XS1 S.A. para a exploração dos ramos de seguros de vida, prestamista e produtos de previdência até 2045. Em 30/12/2020 a Caixa Seguridade concluiu a operação e implementação deste acordo, para tanto, todas as condições precedentes ao fechamento da operação foram cumpridas. A CNP subscreveu um aumento de capital na XS1 no valor total de R\$ 7.000.000 mil, valor este que foi pago à CAIXA, em cumprimento ao contrato de distribuição. O acordo também contempla mecanismo de incentivo atrelado ao desempenho, limitado ao valor de R\$ 800.000 mil, corrigido pela taxa Selic a partir de 31 de dezembro de 2020, a ser pago em duas parcelas (2024 e 2026). Ressalta-se que em dezembro a Caixa Seguridade auferiu ganho por alteração no percentual de participação relativa sobre o investimento na Holding XS1 equivalente a R\$ 4.199.322 mil.

### **Seguros S.A. (XS3)**

O Acordo Tokio Marine firmado em 06/01/2020, deu origem a XS3 Seguros S.A. para a exploração pelo prazo de 20 anos dos ramos de seguros habitacional e residencial em balcão CAIXA, na qual a Caixa Seguridade terá 75% de participação no capital total da nova sociedade, sendo titular de 49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da XS3.

### **Capitalização S.A. (XS4)**

O Acordo Icatu firmado em 20/01/2020 deu origem a XS4 Capitalização S.A. para exploração pelo prazo de 20 anos do ramo de capitalização em balcão CAIXA, na qual a Caixa Seguridade terá 75% de participação no capital total da nova sociedade, sendo titular de 49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da XS4. O fechamento da operação e a implementação da parceria estão sujeitos ao cumprimento de diversas condições suspensivas. Em 30/12/2020 a CAIXA informou ao público que a parceria com a Icatu Seguros teve seu prazo de fechamento prorrogado para até 30 de março de 2021.

### **Outros acordos**

Em 13 de agosto de 2020, a Caixa Seguridade Participações S.A. fechou dois acordos em caráter individual, com a CNP Assurances (Acordo CNP), e com a Tempo Assist (Acordo Tempo) para a constituição de novas sociedades que explorarão, pelo prazo de 20 anos, o ramo de Consórcio e o ramo de Serviços Assistenciais, respectivamente, na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal. Em cada acordo, a Caixa Seguridade será detentora de 75% do capital da Nova Companhia, sendo titular de 49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais. O fechamento da operação e a implementação da parceria estão sujeitos ao cumprimento de diversas condições suspensivas. Em 30/12/2020 a CAIXA informou ao público que a parceria com a CNP para o ramo de Consórcios teve seu prazo para fechamento prorrogado para até 30 de março de 2021.



### (a.2.1) Participações societárias da CAIXA Seguridade

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido 2020-01.01 a 31.12	Quantidade de ações		Participação %	
				O.N.	P.N.	Cap. Votante	Cap. Social
Caixa Holding Securitária S.A.	363.740	475.611	60.159	100.000	-	100	100
Too Seguros	110.000	562.305	86.700	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	1.065	42.309	41.030	149.940	-	49	49
XS3 Seguros S.A.	50.000	50.010	200	5.000	5.000	100	100
XS4 Capitalização S.A.	56.000	56.011	226	100.000	-	100	100
Caixa Seguros Holding S.A. (2)	2.675.000	4.776.610	2.504.807	2.278.713	-	48,25	48,25
Holding XS1 S.A.	9.090.000	9.674.336	57	1.277.384	1.097.601	49	60
Caixa Corretagem S.A.	30.000	30.002	40	100.000	-	100	100
XS5 Consórcios S.A. (1)	1.400	1.400	Não operacional	100.000	-	100	100
XS6 Assistência S.A.	35.000	35.002	37	50.000	50.000	100	100

(1) A investida XS5 Consórcios S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

(2) As Demonstrações Financeiras da Caixa Seguros Holding S.A. foram auditadas por auditores independentes que emitiram parecer com data de 23/02/2021, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre a operação "Canal Seguro" conforme mencionado na Nota Explicativa 35 (e).

### (a.3) Caixa Cartões

Foi realizada alteração da vinculação societária da empresa Caixa Cartões Holding S.A (CAIXA Cartões) da CAIXAPAR para a CAIXA. O evento foi materializado no 2º trimestre de 2020 resultando na incorporação de 100% da CAIXA Cartões como subsidiária da CAIXA.

#### Parcerias estratégicas

Conforme divulgação ao mercado em 21 de setembro de 2020, a CAIXA Cartões está promovendo processo competitivo para realização de parcerias estratégicas para atuação em segmentos específicos de negócios relacionados à emissão e gestão de instrumentos e contas de pagamento na modalidade pré-paga ("Pré-Pagos") pelos canais de distribuição da CAIXA.

### (a.3.1) Participações societárias da CAIXA Cartões

Carteira de participações societárias da CAIXA Cartões (1)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido 2020-01.01 a 31.12	Quantidade de ações		Participação %	
				O.N.	P.N.	Cap. Votante	Cap. Social
Elo Serviços S.A.	295.870	1.347.170	427.741	62.779	926.278.144	0,005	36,89
Caixa Cartões Adquirência S.A.	200	20	Não operacional	200.000	-	100	100
Caixa Cartões Pré-Pagos S.A.	200	20	Não operacional	200.000	-	100	100
Caixa Cartões PAT S.A.	200	20	Não operacional	200.000	-	100	100
Caixa Cartões Fidelidade S.A.	200	20	Não operacional	200.000	-	100	100
Caixa Cartões Contas de Pagamento S.A.	200	20	Não operacional	200.000	-	100	100

(1) Com exceção da Elo Serviços, as demais empresas se encontram em fase pré-operacional em 31/12/2020, sendo que suas constituições ocorreram em outubro/2020.





(b) Composição dos investimentos e do resultado de equivalência patrimonial na demonstração contábil consolidada

Descrição	CONSOLIDADO					
	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2020	31/12/2019	2020		2019	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Banco PAN	1.090.848	1.278.237	173.367	290.890	98.820	250.342
Tecban	148.956	117.392	15.406	19.121	(799)	(1.448)
Quod	26.821	47.819	(12.171)	(20.911)	(6.849)	(14.654)
Fundo de Investimento em Participações – Veneza – FIP Veneza	-	29.808	(1.146)	(7.900)	(184)	(388)
Branes	-	1.681	(22)	(417)	2	4
Elo Serviços	511.006	218.287	243.156	309.240	101.680	154.663
Too Seguros	273.042	279.893	12.040	29.813	14.793	35.983
PAN Corretora (1)	20.731	27.162	12.520	20.105	18.008	60.341
CAIXA Seguros Holding	2.304.713	4.221.484	590.592	1.183.056	539.648	1.070.474
Holding XS1 S.A.	5.804.602	-	34	34	-	-
XS3 Seguros	50.010	-	200	200	-	-
XS4 Capitalizacao	56.011	-	226	226	-	-
XS5 Consorcios	1.400	-	-	-	-	-
XS6 Participacoes	35.002	-	37	37	-	-
Galgo Sistemas de Informações	1.165	1.104	70	62	(11)	(44)
Caixa Imóveis	87	951	-	(954)	(1.997)	(5.512)
Fundo Garantia de Operações – FGO	495.848	495.848	-	-	-	-
Fundo Garantidor Habitação Popular – FG HAB	265.210	265.210	-	-	-	-
Outros investimentos (2) (3)	10.077	13.232	(6.236)	(18.378)	(13.598)	(63.881)
<b>Total</b>	<b>11.095.529</b>	<b>6.998.108</b>	<b>1.028.073</b>	<b>1.804.224</b>	<b>749.513</b>	<b>1.485.880</b>

(1) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável no valor de (R\$ 34) (31/12/2019 – (R\$ 34))

(2) Inclui o investimento na Crescer, nos investimentos pré operacionais: Negócios Digitais, Caixa Cartões Adquirência S.A., Caixa Cartões Pre Pagos S.A., Caixa Cartões PAT S.A., Caixa Cartões Fidelidade S.A., Caixa Cartões Contas de Pagamento S.A., e outros investimentos avaliados pelo custo.

(3) Inclui uma perda por redução ao valor recuperável no valor de (R\$ 10.348) (31/12/2019 – (R\$ 11.086)).



## Nota 12 – Imobilizado de uso

O índice de imobilização apurado foi de 12,06% (31/12/2019 – 10,53%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

### (a) Composição

Os itens do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção dos itens “Sistemas de comunicação” que apresentou custo de R\$ 77.554 e depreciação de R\$ 57.828, “processamento de dados” que apresentou custo de R\$ 6.551.087 e depreciação de R\$ 4.793.282 e “Móveis em estoque e outros equipamentos” que apresentou custo de R\$ 1.032.822 e depreciação de R\$ 764.901.

INDIVIDUAL						
Descrição	Vida útil (em anos)	31/12/2020			31/12/2019	
		Custo	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	-	1.773.595	(774.606)	(96.552)	902.437	1.076.495
Edificações	25	1.540.391	(774.606)	(81.990)	683.795	824.733
Terrenos	-	233.204	-	(14.562)	218.642	251.762
<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	5	1.902.647	(1.389.860)	(143)	512.644	476.121
<b>Imobilizações em curso</b>	-	128.741	-	-	128.741	23.905
<b>Móveis e equipamentos de uso</b>	-	7.009.487	(5.128.727)	-	1.880.760	1.137.775
Sistema de comunicação	10	77.534	(57.820)	-	19.714	22.659
Sistema de processamento de dados	5	6.551.057	(4.793.269)	-	1.757.788	997.370
Sistema de segurança	5	380.896	(277.638)	-	103.258	117.746
<b>Móveis em estoque e outros equipamentos</b>	-	1.032.820	(764.898)	-	267.922	266.710
<b>Total</b>	-	11.847.290	(8.058.091)	(96.695)	3.692.504	2.981.006

### (b) Movimentação

Os itens da movimentação do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item “Sistema de comunicação” que apresentou valor líquido de R\$ 19.726 e o item “Sistema de processamento de dados” com valor líquido de R\$ 1.757.805, ambos em 31/12/2020.

INDIVIDUAL							
Descrição	31/12/2019	Movimentação – Exercício/2020					31/12/2020
	Líquido	Transf.	Adições	Baixas	Depreciação	Redução ao valor recuperável	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	1.076.495	(102.019)	62.098	(14.118)	(57.762)	(62.257)	902.437
Edificações	824.733	(77.442)	60.124	(6.949)	(57.762)	(58.909)	683.795
Terrenos	251.762	(24.577)	1.974	(7.169)	-	(3.348)	218.642
<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	476.121	168.466	-	(8.137)	(123.663)	(143)	512.644
<b>Imobilizações em curso</b>	23.905	(216.746)	321.582	-	-	-	128.741
<b>Móveis e equipamentos de uso</b>	1.137.775	(2.281)	1.170.904	(3.013)	(422.625)	-	1.880.760
Sistema de comunicação	22.659	-	6.430	-	(9.375)	-	19.714
Sistema de processamento de dados	997.370	(2.479)	1.131.233	(2.130)	(366.206)	-	1.757.788
Sistema de segurança	117.746	198	33.241	(883)	(47.044)	-	103.258
<b>Móveis em estoque e outros equipamentos</b>	266.710	(137.686)	209.616	(409)	(70.309)	-	267.922
<b>Total</b>	2.981.006	(290.266)	1.764.200	(25.677)	(674.359)	(62.400)	3.692.504

## Nota 13 – Intangível

### (a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	31/12/2020			31/12/2019	
	Custo	Amortização Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.126.019	(1.126.903)	(2.082)	997.034	1.078.058
Projetos logiciais – software	1.998.065	(757.546)	(67.686)	1.172.833	1.334.072
Outros intangíveis	333.197	(39.705)	-	293.492	-
<b>Total</b>	<b>4.457.281</b>	<b>(1.924.154)</b>	<b>(69.768)</b>	<b>2.463.359</b>	<b>2.412.130</b>

A CAIXA possui um contrato de aquisição de folha de pagamento relevante no valor de R\$ 503.576 e prazo remanescente de 39 meses.

### (b) Movimentação

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
	31/12/2019	Movimentação – Exercício/2020					31/12/2020
	Líquido	Transf.(1)	Adições	Baixas	Amortizações	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.078.058	-	402.921	(6.165)	(476.826)	(954)	997.034
Projetos logiciais – software	1.334.072	(721)	179.924	(2.919)	(269.837)	(67.686)	1.172.833
Outros intangíveis	-	721	331.632	-	(38.861)	-	293.492
<b>Total</b>	<b>2.412.130</b>	<b>-</b>	<b>914.477</b>	<b>(9.084)</b>	<b>(785.524)</b>	<b>(68.640)</b>	<b>2.463.359</b>

(1) Transferência ocorrida em virtude dos impactos advindos da Carta Circular Bacen nº 3.940/2019.

## Nota 14 – Outros ativos

### (a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso e materiais de estoque (b)	6.374.203	9.737.298	6.374.203	9.737.298
Créditos específicos (1)	1.150.179	1.125.839	1.150.179	1.125.839
Valores a apropriar (2)	1.955.662	2.055.706	1.955.662	2.055.706
Relações interfinanceiras e interdependências	1.544.743	1.755.342	1.544.743	1.755.342
Despesas antecipadas	334.615	570.592	334.653	570.631
Antecipações salariais e outros adiantamentos	835.303	525.792	835.303	525.792
Valores a receber – FND (1)	581.671	558.388	581.671	558.388
Dividendos e JCP a receber	633.821	253.793	426.376	536.256
Devedores diversos (1)	1.244.432	1.868.407	1.349.980	2.031.919
<b>Total</b>	<b>14.654.629</b>	<b>18.451.157</b>	<b>14.552.770</b>	<b>18.897.171</b>
Provisões para perdas ao valor recuperável de ativos	(1.856.845)	(2.615.825)	(1.941.878)	(2.736.235)
<b>Total líquido de provisão</b>	<b>12.797.784</b>	<b>15.835.332</b>	<b>12.610.892</b>	<b>16.160.936</b>
Ativo circulante	12.631.052	14.737.145	12.444.160	15.062.749
Ativo não circulante	166.732	1.098.187	166.732	1.098.187

(1) Inclui créditos da CAIXA junto à União (Nota 14 (d)) no valor de R\$ 1.789.895 em 31/12/2020 (31/12/2019 - R\$ 1.735.789).

(2) Representam os ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário.

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados, cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. Em sua composição destaca-se o prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN, em 31/12/2020, no valor de R\$ 192.470 (31/12/2019 – R\$ 349.465).

(b) Bens não de uso e materiais de estoque

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis patrimoniais não de uso	2.356.270	2.868.449
Imóveis adjudicados/arrematados	3.936.453	6.808.715
Bens móveis retomados	279	2.779
Material de consumo	81.201	57.355
<b>Total</b>	<b>6.374.203</b>	<b>9.737.298</b>
Perdas por redução ao valor recuperável de imóveis (c)	(1.811.842)	(2.570.238)
<b>Total líquido de provisão</b>	<b>4.562.361</b>	<b>7.167.060</b>

(c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Saldo inicial</b>	<b>(2.284.301)</b>	<b>(2.570.238)</b>	<b>(2.875.490)</b>	<b>(3.113.143)</b>
Constituição	(414.905)	(815.803)	(511.340)	(1.250.072)
Baixas	887.364	1.574.199	816.592	1.792.977
<b>Saldo final</b>	<b>(1.811.842)</b>	<b>(1.811.842)</b>	<b>(2.570.238)</b>	<b>(2.570.238)</b>

(d) Créditos da CAIXA junto à União

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos concedidos (Voto CMN 162/1995)	900.673	876.416
PRODUBAN – transferência de depósitos	6.311	6.311
BNH – incentivo aos beneficiários do SFH (DL 2.164/1984)	295.650	278.699
Fundo Nacional de Desenvolvimento – Cotas e Dividendos	581.671	558.388
Outros haveres	4.890	15.975
<b>Total (1)</b>	<b>1.789.195</b>	<b>1.735.789</b>

(1) Saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos (Nota 32).



## Nota 15 – Recursos de clientes

### (a) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Depósitos à Vista</b>	<b>57.314.400</b>	-	-	-	<b>57.314.400</b>	<b>35.776.022</b>	<b>57.314.052</b>	<b>35.775.808</b>
Pessoas físicas	24.618.371	-	-	-	24.618.371	16.578.935	24.618.371	16.578.935
Pessoas jurídicas	28.007.030	-	-	-	28.007.030	14.142.031	28.006.682	14.141.817
Vinculados	2.071.939	-	-	-	2.071.939	2.616.049	2.071.939	2.616.049
Governo	1.555.129	-	-	-	1.555.129	1.210.945	1.555.129	1.210.945
Moedas estrangeiras	1.563	-	-	-	1.563	20	1.563	20
Instituições do sist. financeiro	14.161	-	-	-	14.161	37.801	14.161	37.801
Entidades públicas	716.669	-	-	-	716.669	864.954	716.669	864.954
Contas encerradas	47.835	-	-	-	47.835	41.703	47.835	41.703
Outros	281.703	-	-	-	281.703	283.584	281.703	283.584
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>389.770.834</b>	-	-	-	<b>389.770.834</b>	<b>321.189.306</b>	<b>389.770.834</b>	<b>321.189.306</b>
Pessoas físicas	384.928.138	-	-	-	384.928.138	316.551.780	384.928.138	316.551.780
Pessoas jurídicas	1.745.529	-	-	-	1.745.529	2.165.204	1.745.529	2.165.204
Vinculados	-	-	-	-	-	2.111	-	2.111
Contas encerradas	3.094.983	-	-	-	3.094.983	2.470.211	3.094.983	2.470.211
Outros	2.184	-	-	-	2.184	-	2.184	-
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>97.124.884</b>	<b>3.815.972</b>	<b>20.411.704</b>	<b>38.889.886</b>	<b>160.242.446</b>	<b>167.706.642</b>	<b>160.242.446</b>	<b>166.764.637</b>
CDB	3.333	3.815.972	20.411.704	38.889.886	63.120.895	77.592.579	63.120.895	76.650.574
Depósitos Judiciais	97.121.551	-	-	-	97.121.551	90.114.063	97.121.551	90.114.063
<b>Depósitos Especiais e de Fundos e Programas (b)</b>	<b>12.086.049</b>	-	-	-	<b>12.086.049</b>	<b>11.089.426</b>	<b>12.086.049</b>	<b>11.089.426</b>
<b>Total</b>	<b>556.296.167</b>	<b>3.815.972</b>	<b>20.411.704</b>	<b>38.889.886</b>	<b>619.413.729</b>	<b>535.761.396</b>	<b>619.413.381</b>	<b>534.819.177</b>
Passivo circulante					580.523.843	478.389.327	580.523.495	477.819.748
Passivo não circulante					38.889.886	57.372.069	38.889.886	56.999.429



(b) Depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	3.531.938	4.119.776	
Depósitos - Especiais com remuneração	3.549.872	2.396.110	
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	673.656	642.565	
Depósitos – PREVHAB	985.546	965.550	
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	820.544	719.799	
Fundo Garantidor do FIES	492.827	370.348	
Programa de Integração Social – PIS	-	31.045	
Fundo Garantia Safrá – FGS	1.268.093	976.114	
Depósitos – PRODEC	72.850	70.165	
Saúde CAIXA	428.535	403.669	
Outros	262.188	394.285	
<b>Total</b>	<b>12.086.049</b>	<b>11.089.426</b>	

(c) Despesas com recursos de clientes

INDIVIDUAL				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(4.013.743)	(9.325.735)	(6.600.503)	(13.343.059)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(711.401)	(2.107.064)	(2.367.562)	(5.275.025)
Depósitos judiciais	(828.277)	(2.141.852)	(1.635.483)	(3.373.660)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d)	(170.857)	(413.307)	(373.901)	(761.510)
Despesa de contribuições ao FGC	(333.914)	(627.996)	(284.597)	(571.899)
<b>Total</b>	<b>(6.058.192)</b>	<b>(14.615.954)</b>	<b>(11.262.046)</b>	<b>(23.325.153)</b>

CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(4.013.743)	(9.325.735)	(6.600.503)	(13.343.059)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(706.043)	(2.083.788)	(2.337.461)	(5.218.455)
Depósitos judiciais	(828.277)	(2.141.852)	(1.635.483)	(3.373.660)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d)	(170.857)	(413.307)	(373.901)	(761.510)
Despesa de contribuições ao FGC	(333.914)	(627.996)	(284.597)	(571.899)
<b>Total</b>	<b>(6.052.834)</b>	<b>(14.592.678)</b>	<b>(11.231.945)</b>	<b>(23.268.583)</b>



(d) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2020		2019	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(88.443)	(197.702)	(179.315)	(377.831)
Depósitos – PIS	Extra mercado	-	(5.163)	(38.407)	(45.385)
Depósitos – FAR	Selic	(5.928)	(31.250)	(16.824)	(52.411)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(9.640)	(26.554)	(26.345)	(54.488)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(9.320)	(23.212)	(19.986)	(42.323)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(5.547)	(15.246)	(15.022)	(30.647)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(8.616)	(24.044)	(18.117)	(28.225)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(4.307)	(16.978)	(16.942)	(44.052)
Depósitos – FCA	Extra - mercado	-	-	(1.512)	(8.031)
Depósitos – Caução	TR	(1.642)	(4.110)	(3.135)	(6.119)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(3.485)	(4.170)	(2.026)	(4.017)
Outros depósitos especiais - juros		(14.373)	(26.056)	-	-
Outros		(19.556)	(38.822)	(36.270)	(67.981)
<b>Total</b>		<b>(170.857)</b>	<b>(413.307)</b>	<b>(373.901)</b>	<b>(761.510)</b>

Nota 16 – Recursos de instituições financeiras e outras

(a) Composição

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por empréstimos e repasses (b)	342.073.151	320.716.524
Captações no mercado aberto (c)	194.482.127	155.032.146
Depósitos interfinanceiros	167.835	130.572
<b>Total</b>	<b>536.723.113</b>	<b>475.879.242</b>
Passivo circulante	181.211.617	157.568.332
Passivo não circulante	355.511.496	318.310.910

(b) Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Repasses no país</b>	<b>341.039.107</b>	<b>319.340.267</b>
FGTS	313.387.927	289.753.382
BNDES	24.642.970	26.101.862
Tesouro Nacional	14.787	467.991
Fundo Marinha Mercante	2.453.547	2.489.089
Outras instituições	539.876	527.943
<b>Repasses no exterior</b>	<b>415.425</b>	<b>357.963</b>
<b>Empréstimos no exterior</b>	<b>618.619</b>	<b>1.018.294</b>
<b>Total</b>	<b>342.073.151</b>	<b>320.716.524</b>
Passivo circulante	954.943	13.025.693
Passivo não circulante	341.118.208	307.690.831





### Repasse no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,09% a.a. (habitação 5,02% a.a., saneamento 5,56% a.a., infraestrutura 5,79% a.a. e saúde 6,5% a.a.) e prazo médio de retorno de 254 meses (habitação – 265 meses, saneamento – 147 meses, infraestrutura – 180 meses e saúde – 101 meses).

### Repasse no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

### Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas à taxa de juros externa de até 2,64% a.a., substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos em até 2021.

### (c) Captações no mercado aberto

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Carteira própria</b>		<b>124.741.200</b>	<b>92.682.576</b>
	Letras financeiras do tesouro	28.232.440	27.302.346
	Letras do tesouro nacional	90.977.269	61.012.515
	Notas do tesouro nacional	1.165.426	-
	Debêntures	1.272.620	1.518.306
	Certificados de recebíveis imobiliários	3.093.445	2.849.409
<b>Carteira de terceiros</b>		<b>69.740.927</b>	<b>62.349.570</b>
	Letras financeiras do tesouro	-	33.313.451
	Letras do tesouro nacional	69.740.927	29.036.119
<b>Total</b>		<b>194.482.127</b>	<b>155.032.146</b>
Passivo circulante		180.114.338	144.531.519
Passivo não circulante		14.367.789	10.500.627



(d) Despesas com recursos de instituições financeiras e outras

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente aos itens “Repasses no exterior” e “Empréstimos no exterior” refletem a reclassificação para “Outras receitas operacionais – Nota 28”, da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

Descrição	INDIVIDUAL			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>(1.915.334)</b>	<b>(4.720.462)</b>	<b>(4.677.503)</b>	<b>(10.171.088)</b>
Carteira própria	(720.921)	(1.859.374)	(2.049.930)	(4.315.171)
Carteira de terceiros	(1.194.413)	(2.861.088)	(2.627.573)	(5.855.917)
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>(1.937)</b>	<b>(4.155)</b>	<b>(3.120)</b>	<b>(12.708)</b>
<b>Repasse no país</b>	<b>(9.802.265)</b>	<b>(19.457.138)</b>	<b>(9.110.645)</b>	<b>(18.052.720)</b>
FGTS	(9.088.598)	(17.552.727)	(8.147.122)	(16.045.284)
BNDES	(680.604)	(1.589.181)	(836.257)	(1.779.652)
Tesouro Nacional - PIS	-	(11.084)	(13.404)	(26.137)
Fundo Marinha Mercante	(14.818)	(262.716)	(85.556)	(142.742)
Outras instituições	(18.245)	(41.430)	(28.306)	(58.905)
<b>Repasse no exterior</b>	<b>-</b>	<b>(128.393)</b>	<b>(22.801)</b>	<b>(26.904)</b>
<b>Empréstimos no exterior</b>	<b>-</b>	<b>(360.311)</b>	<b>(56.219)</b>	<b>(69.206)</b>
<b>Total</b>	<b>(11.719.536)</b>	<b>(24.670.459)</b>	<b>(13.870.288)</b>	<b>(28.332.626)</b>

Descrição	CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Captações no mercado aberto</b>	<b>(1.915.334)</b>	<b>(4.720.462)</b>	<b>(4.677.503)</b>	<b>(10.164.322)</b>
Carteira própria	(720.921)	(1.859.374)	(2.049.930)	(4.308.405)
Carteira de terceiros	(1.194.413)	(2.861.088)	(2.627.573)	(5.855.917)
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>(1.937)</b>	<b>(4.155)</b>	<b>(3.120)</b>	<b>(12.708)</b>
<b>Repasse no país</b>	<b>(9.802.265)</b>	<b>(19.457.138)</b>	<b>(9.110.645)</b>	<b>(18.052.720)</b>
FGTS	(9.088.598)	(17.552.727)	(8.147.122)	(16.045.284)
BNDES	(680.604)	(1.589.181)	(836.257)	(1.779.652)
Tesouro Nacional - PIS	-	(11.084)	(13.404)	(26.137)
Fundo Marinha Mercante	(14.818)	(262.716)	(85.556)	(142.742)
Outras instituições	(18.245)	(41.430)	(28.306)	(58.905)
<b>Repasse no exterior</b>	<b>13.384</b>	<b>(115.009)</b>	<b>(22.801)</b>	<b>(26.904)</b>
<b>Empréstimos no exterior</b>	<b>27.142</b>	<b>(333.170)</b>	<b>(56.219)</b>	<b>(69.206)</b>
<b>Total</b>	<b>(11.679.010)</b>	<b>(24.629.934)</b>	<b>(13.870.288)</b>	<b>(28.325.860)</b>

## Nota 17 – Recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

### (a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Recursos aceites e emissão de títulos (b)	42.076.461	52.734.210	42.076.461	52.734.210
Instrumentos financeiros subordinados (c)	36.335.470	36.359.700	36.335.470	36.359.700
IHCD – Principal autorizado (d)(1)	31.808.129	30.254.276	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida	4.611.412	5.641.982	4.611.412	5.641.982
<b>Total</b>	<b>114.831.472</b>	<b>124.990.168</b>	<b>83.023.343</b>	<b>94.735.892</b>
Passivo circulante	20.322.871	13.125.600	20.322.871	13.125.600
Passivo não circulante	94.508.601	111.864.568	62.700.472	81.610.292

(1) Composto por instrumentos híbridos de capital e dívida autorizado a compor o capital. No consolidado o saldo é reclassificado para o Patrimônio Líquido conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

A CAIXA possui 15 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 8 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS com o FGTS e 7 Letras Financeiras Subordinadas – LFS, conforme detalhamento no item (c) subsequente.

O valor total captado por meio dos Instrumentos Financeiros Subordinados compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

#### Instrumento de Dívida Subordinada – FGTS

A CAIXA possui 8 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/2013, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

#### Letras Financeiras Subordinadas – Nível I (Complementar)

A CAIXA captou no mercado local Letras Financeiras Subordinadas, no valor de face total de R\$ 1.718.700, desse total R\$ 1.713.241 estão autorizadas para compor o Capital Complementar do Nível I (PR).

#### Letras Financeiras Subordinadas – Nível II

A CAIXA possui 7 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 207.500, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.



(b) Recursos de aceites e emissão de títulos

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Captações	Valor emitido	Rem. a.a. /Indexador	Vencimento				31/12/2020	31/12/2019
			01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letras								
Letra de crédito imobiliário	-	CDI	3.294.980	3.949.559	8.874.406	20.307.084	36.426.029	48.188.471
Letra de crédito imobiliário	-	TR	-	-	-	37.823	37.823	44.127
Letra hipotecária	-	IGP-M	531.429	510.311	-	-	1.041.740	845.522
Letra hipotecária	-	INPC	18.574	-	-	-	18.574	17.614
Letra financeira	-	IPCA	51.425	-	-	1.289.762	1.341.187	1.240.531
Letra financeira	-	CDI	835	4.229	7.061	292.090	304.215	301.136
Letra de crédito do agronegócio	-	CDI	143.833	36.294	4.325	-	184.452	38.907
Títulos e Valores Mobiliários no exterior								
Tranche sênior (2º série) (1)	US\$ 500.000	3,50%	16.049	-	-	2.706.392	2.722.441	2.057.902
Total							42.076.461	52.734.210

(1) Captação em nov/12 com vencimento em nov/22.

(c) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível I e II

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amortização	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2020	Saldo devedor 31/12/2019
<b>Nível I - Complementar</b>								
Letras financeiras elegíveis								
Perpétuo	114 % Selic	set/19	1.113.000	2.487	-	-	1.115.487	1.132.050
Perpétuo	114 % Selic	out/19	4.200	8	-	-	4.208	4.246
Perpétuo	114 % Selic	nov/19	601.500	1.127	-	-	602.627	606.572
<b>Nível II</b>								
Instrumento de dívida subordinada - FGTS								
fev-20	6,30%	out/05	3.439.717	2.656.007	(6.095.724)	-	-	148.532
abr-26	6,00%	ago/11	3.000.000	2.036.076	(1.151.996)	-	3.884.080	4.612.358
jul-32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.737.677	(196.026)	-	4.541.651	4.619.818
dez-33	5,15%	out/14	3.000.000	1.186.147	(179.827)	-	4.006.320	4.098.292
fev-38	4,80%	dez/14	4.000.000	1.571.400	-	-	5.571.400	5.312.110
dez-40	4,75%	set/15	3.000.000	973.213	-	-	3.973.213	3.792.939
mai-44	4,75%	set/16	4.000.000	956.428	-	-	4.956.428	4.731.390
ago-44	4,86%	mai/17	4.000.000	779.019	-	-	4.779.019	4.553.728
mai-44	5,23%	set/17	2.000.000	366.922	-	-	2.366.922	2.247.281
Letras financeiras elegíveis								
jun-20	110%CDI	jun/14	10.000	-	-	-	-	17.950
dez-21	110%CDI	dez/14	1.500	1.116	-	-	2.616	2.538
jun-24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	234.040	-	83.296	517.336	467.155
fev-25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	1.155	-	519	2.874	2.586
fev-25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	1.135	-	506	2.841	2.557
fev-25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	2.279	-	986	5.665	5.095
mar-25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	1.105	-	478	2.783	2.503
<b>Total</b>			<b>31.375.917</b>	<b>12.507.341</b>	<b>(7.623.573)</b>	<b>85.785</b>	<b>36.335.470</b>	<b>36.359.700</b>

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de capital principal.

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, perfazendo um montante de R\$ 4.615.036 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 5.641.982).

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.



(d) Instrumentos de dívida elegíveis ao capital

Discriminação	31/12/2020	31/12/2019
Contrato 348/2007	10.697.531	9.143.678
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000
<b>Total</b>	<b>31.808.129</b>	<b>30.254.276</b>

(e) Despesas com recursos de emissões de títulos e valores mobiliários

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, o valor apresentado referente ao item “Títulos e valores mobiliários no exterior” reflete a reclassificação para “Outras receitas operacionais – Nota 28” da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório do componente de remuneração registrado na conta de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

INDIVIDUAL				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Recursos de emissões de Letras</b>	<b>(683.701)</b>	<b>(1.609.163)</b>	<b>(1.458.630)</b>	<b>(3.227.392)</b>
Letras de crédito imobiliário	(356.487)	(1.068.351)	(1.231.452)	(2.681.364)
Letras hipotecárias	(205.725)	(286.172)	(65.831)	(140.192)
Letras financeiras	(119.250)	(249.051)	(161.312)	(397.210)
Com subordinação	(46.532)	(106.928)	(57.884)	(111.201)
Sem subordinação	(72.718)	(142.123)	(103.428)	(286.009)
Letras de crédito do agronegócio	(2.239)	(5.589)	(35)	(8.626)
<b>Títulos e valores mobiliários no exterior</b>	<b>-</b>	<b>(872.762)</b>	<b>(62.013)</b>	<b>(487.531)</b>
<b>Instrumentos híbridos de capital e dívida</b>	<b>(1.379.217)</b>	<b>(2.295.519)</b>	<b>(3.478.348)</b>	<b>(5.675.523)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.062.918)</b>	<b>(4.777.444)</b>	<b>(4.998.991)</b>	<b>(9.390.446)</b>

CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Recursos de aceites e emissões de títulos</b>	<b>(683.701)</b>	<b>(1.609.163)</b>	<b>(1.458.630)</b>	<b>(3.227.392)</b>
Letras de crédito imobiliário	(356.487)	(1.068.351)	(1.231.452)	(2.681.364)
Letras hipotecárias	(205.725)	(286.172)	(65.831)	(140.192)
Letras financeiras	(119.250)	(249.051)	(161.312)	(397.210)
Com subordinação	(46.532)	(106.928)	(57.884)	(111.201)
Sem subordinação	(72.718)	(142.123)	(103.428)	(286.009)
Letras de crédito do agronegócio	(2.239)	(5.589)	(35)	(8.626)
<b>Títulos e valores mobiliários no exterior</b>	<b>93.834</b>	<b>(778.928)</b>	<b>(62.013)</b>	<b>(487.531)</b>
<b>Instrumentos híbridos de capital e dívida</b>	<b>(1.104.272)</b>	<b>(1.760.241)</b>	<b>(1.683.267)</b>	<b>(3.281.955)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.694.139)</b>	<b>(4.148.332)</b>	<b>(3.203.910)</b>	<b>(6.996.878)</b>



## Nota 18 – Outros passivos financeiros

### (a) Composição

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recursos para destinação específica (b)	19.955.885	16.966.258
Obrigações por operações vinculadas a cessão	7.042.934	8.599.013
Receitas antecipadas (1) (2)	7.925.000	-
Recursos do FGTS para amortização	833.298	1.422.586
Carteira de câmbio	1.444.585	1.277.429
Negociação e intermediação de valores	111.928	127.534
Recursos vinculados a operações de crédito	668.609	547.065
Obrigações por transações de pagamento	140.605	213.299
<b>Total</b>	<b>38.122.844</b>	<b>29.153.184</b>
Passivo circulante	20.939.757	21.570.935
Passivo não circulante	17.183.087	7.582.249

(1) Inclui o montante de R\$ 7.000.000 correspondente à antecipação de receitas pagas à CAIXA decorrentes de transação entre a Caixa Seguridade e a CNP pelo direito de exploração do balcão, base de clientes e uso da marca, em cumprimento ao contrato de distribuição. O saldo é apropriado mensalmente pela vigência do contrato até 2045.

(2) Inclui o montante de 925.000 referente ao recebimento de bônus inicial em virtude do acordo assinado, pelo prazo de dez anos, entre a CAIXA e a VISA. O saldo é apropriado mensalmente em resultado de forma linear por 120 meses.

Os recursos vinculados a operações de crédito são recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações. As obrigações por operações vinculadas a cessão são recursos de operações de crédito de habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.

### (b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fundos e programas sociais</b>	<b>16.999.229</b>	<b>13.542.773</b>
Programas de transferência de renda (1)	1.078.398	407.709
Remuneração do AG Financeiro - FGTS	7.266.645	5.447.872
Recursos do FGTS	2.835.580	3.542.316
Remuneração do AG Financeiro - OGU	2.371.442	2.702.545
Aporte – Casa Verde Amarela	1.139.780	915.356
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	332.149	326.367
Outros fundos e programas (2)	1.975.235	200.608
<b>Fundos financeiros e de desenvolvimento</b>	<b>1.008.964</b>	<b>1.573.643</b>
FAT	796.923	942.676
PIS	210.559	629.485
FINSOCIAL	1.482	1.482
<b>Operações com loterias</b>	<b>1.947.692</b>	<b>1.849.842</b>
<b>Total</b>	<b>19.955.885</b>	<b>16.966.258</b>

(1) Inclui o saldo, em 31/12/2020, referente ao recurso destinado ao pagamento do Auxílio Emergencial Residual no montante de R\$ 195.894 e para o pagamento do Bolsa família no montante de R\$ 556.192.

(2) Inclui os saldos, em 31/12/2020, referentes aos recursos destinados ao pagamento do Auxílio Emergencial – COVID – 19, no montante de R\$ 1.306.153 e do Benefício Emergencial de Preservação de Emprego e Renda – BEm, de R\$ 473.009.





## Nota 19 - Provisões

### (a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas (c.1)	6.233.115	6.195.457	6.233.118	6.195.457
Cíveis (c.1)	2.929.586	3.030.482	2.929.586	3.030.482
Fiscais (c.1)	409.275	350.886	409.275	350.886
Pré-pagamento FGTS (d)	1.006.982	2.084.344	1.006.982	2.084.344
Bolsa família (e)	276.797	269.932	276.797	269.932
Garantias financeiras prestadas (f)	26.395	23.589	26.395	23.589
Demais	38.826	234.838	54.613	249.709
<b>Total</b>	<b>10.920.976</b>	<b>12.189.528</b>	<b>10.936.766</b>	<b>12.204.399</b>
Passivo circulante	4.399.878	7.747.679	4.415.668	7.762.550
Passivo não circulante	6.521.098	4.441.849	6.521.098	4.441.849

### (b) Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

### (c) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para suportar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como de perda provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses, multiplicado pelo total de processos provisionáveis ativos, e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

### (c.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL							
Descrição	31/12/2019	Movimentação em 2020					31/12/2020
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
<b>Trabalhistas (c.2) (1)</b>	<b>6.195.457</b>	<b>542.216</b>	<b>125.678</b>	<b>697.440</b>	<b>(542.942)</b>	<b>(784.734)</b>	<b>6.233.115</b>
<b>Cíveis (c.3)</b>	<b>3.030.482</b>	<b>351.305</b>	<b>54.729</b>	<b>352.378</b>	<b>(90.659)</b>	<b>(768.649)</b>	<b>2.929.586</b>
Feitos Diversos	878.007	227.170	20.300	98.984	(26.636)	(243.241)	954.584
Poupança - Planos Econômicos	974.819	26.761	8.858	198.760	(48.339)	(91.006)	1.069.853
Habitacional	645.918	87.727	4.876	15.725	(15.679)	(372.742)	365.825
Contingenciamento do FGTS	531.738	9.647	20.695	38.909	(5)	(61.660)	539.324
<b>Fiscais (c.4)</b>	<b>350.885</b>	<b>43.792</b>	<b>4.769</b>	<b>70.771</b>	<b>(52.581)</b>	<b>(8.361)</b>	<b>409.275</b>
INSS	39.287	14.195	717	2.735	-	(4)	56.930
IPTU	26.013	2.095	365	671	(3.472)	(2.413)	23.259
ISSQN	212.210	25.207	2.664	67.337	(46.517)	(4.960)	255.941
Outros	73.375	2.295	1.023	28	(2.592)	(984)	73.145
<b>Total</b>	<b>9.576.824</b>	<b>937.313</b>	<b>185.176</b>	<b>1.120.589</b>	<b>(686.182)</b>	<b>(1.561.744)</b>	<b>9.571.976</b>

(1) A movimentação das provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Trabalhistas" que em 31/12/2020 apresenta na demonstração consolidada o montante de R\$ 6.233.118.

### (c.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2020, constavam 55.809 processos trabalhistas provisionados, sendo 48.885 "não relevantes" e 6.924 "relevantes", cujos respectivos valores são corrigidos pelo IPCA.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

### (c.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2020, constavam 405.489 processos cíveis provisionados, sendo 403.817 "não relevantes" e 1.672 "relevantes".

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2020, foi provisionado R\$ 1.069.853 para estes processos (31/12/2019 – R\$ 974.819).

Cabe ressaltar que, pelo posicionamento jurisprudencial atual, o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por aquela Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.



No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF e a CAIXA aderiu a seus termos. Os pagamentos começaram em julho de 2018 e continuam sendo realizados em atendimento às adesões processadas no site <https://portalacordo.pagamentodapoupanca.com.br/> e mutirões de conciliação administrativos e judiciais.

O acordo teve prazo final em 12/03/2020, razão pela qual a FEBRABAN e as entidades de defesa do consumidor chegaram a bom termo para prorrogar o acordo anterior por mais 5 anos, tendo sido homologado pelo STF.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2020, para estes processos é de R\$ 539.324 (31/12/2019 – R\$ 531.738).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2020, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Até 31/12/2020, realizou 9.703 acordos processuais (41% referente a ações indenizatórias e 59% referentes a recuperações de créditos) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema.

#### **(c.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade própria de cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença-prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2020, correspondem ao total de R\$ 2.341.635 (31/12/2019 – R\$ 1.645.794), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 56.930 (31/12/2019 – R\$ 39.287).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação atuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2020, corresponde ao montante de R\$ 1.028.824 (31/12/2019 – R\$ 941.749).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2020, o valor da provisão constituída é de R\$ 255.941 (31/12/2019 – R\$ 212.210).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL, IRPJ e multa decorrentes de não homologações de PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2020, totalizam R\$ 65.143 (31/12/2019 – R\$ 64.133), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

**(d) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS**

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base na média dos fluxos de pagamentos pré-pagamento ocorridos e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA.

Em vista da alteração do comportamento observado na relação pré-pagamento/saldo de receitas por safra de contratação, decorrente da redução no volume de pré-pagamentos observada nos últimos períodos, a estimativa de provisão apresentou diminuição no exercício.

**(e) Provisão para devolução de recursos do Programa Bolsa Família**

No âmbito da prestação de serviços regida por instrumento contratual, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania (MC) apresentou à CAIXA solicitação de restituição de valores referentes ao Programa Bolsa Família.

**(f) Garantias financeiras prestadas**

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Exposição de Garantias Prestadas				
Carteira	31/12/2020		31/12/2019	
	Exposição	Provisão	Exposição	Provisão
Repasse - Entidades	1.988.382	597	2.028.215	608
FIES	300.588	25.798	370.896	22.981
Cessão de Crédito	12.183.318	-	14.902.724	-
PAR (Recursos FAR) (1)	20.784	10.586	18.464	11.683
<b>Total</b>	<b>14.493.072</b>	<b>36.981</b>	<b>17.320.299</b>	<b>35.272</b>

(1) Valor referente ao Programa de Arrendamento Residencial com recursos do FAR, classificado no ativo como perdas associadas ao risco de crédito.

Os Repasses às outras Entidades estão concentrados junto a Instituição Financeira e Entidade Pública, sendo que a CAIXA fornece do FGTS garantia de rentabilidade mínima frente aos valores repassados. Dessa forma, aplica-se o percentual de provisão frente ao VaR (Value at Risk) decorrente da garantia de rentabilidade mínima junto ao FGTS.

Para os contratos do FIES, a provisão é realizada com base na avaliação de risco de crédito da concessão e evolui conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

O subgrupo Cessão de Crédito é composto por contratos SBPE, cedidos com cláusula de Ajuste no Valor de Cessão, cujo pagamento mensal, sempre que necessário, é efetuado pela CAIXA, na qualidade de cedente. Para esse grupo a exposição é caracterizada pela obrigação assumida pela CAIXA de cobrir eventual falta de recursos para pagamento do fluxo.

O estoque remanescente da carteira do PAR com recursos do FAR é provisionado pelo *rating* tendo em vista a evolução do atraso, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.



## (g) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Demandas fiscais (g.1)	8.713.865	6.064.594
	Demandas cíveis (g.2)	1.792.905	1.710.034
	<b>Total</b>	<b>10.506.770</b>	<b>7.774.628</b>

### (g.1) Demandas fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 8.713.865 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 6.064.594), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

- Autuação de PIS/PASEP, no valor histórico de R\$ 4.053.509, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993. Para a propositura da ação, foi efetuado depósito em garantia daquele valor em 30.12.2010, o qual, atualizado pela SELIC, na forma da Lei nº 9.703/98, totaliza R\$ 7.636.407 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 7.517.639). Em 08/04/2019, o Excelentíssimo Sr. Juiz da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF julgou procedente o pedido formulado pela CAIXA para declarar a extinção do crédito tributário em destaque, tendo em vista a comprovação da suficiência dos recolhimentos à época realizados. Em 10/06/2019, a União interpôs recurso de apelação pleiteando a reforma da sentença em tela pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estando os autos com remessa ordenada para regular apreciação e julgamento;
- Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 230.992 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 229.159), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e câmputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- CSLL, no valor de R\$ 184.523 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 182.345), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 278.208 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 275.531), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

### (g.2) Demandas cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 1.792.905 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 1.710.034) refere-se a uma ação popular com probabilidade de perda possível, na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(h) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	31/12/2020	31/12/2019	
Demandas fiscais	12.635.122	12.598.601	
Demandas trabalhistas	4.493.704	4.283.816	
Demandas cíveis	923.864	1.037.308	
<b>Total</b>	<b>18.052.690</b>	<b>17.919.725</b>	

Nota 20 – Tributos

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tributos Correntes	(3.862)	-	143.284	(1.379.496)
Tributos Diferidos	2.021.047	1.550.468	916.880	2.621.672
Passivo Fiscal Diferido	586.207	(5.956)	(2.525.075)	(2.695.759)
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	614.594	54.341	26.746	(143.938)
Depósito em Garantia	(28.387)	(60.297)	(2.551.821)	(2.551.821)
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>1.434.840</b>	<b>1.556.424</b>	<b>3.441.955</b>	<b>5.317.431</b>
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(1.360.658)	(1.239.074)	3.415.305	5.663.300
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	2.795.498	2.795.498	26.650	(345.869)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>2.017.185</b>	<b>1.550.468</b>	<b>1.060.164</b>	<b>1.242.176</b>

CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tributos Correntes	(211.766)	(313.258)	(24.989)	(1.677.841)
Tributos Diferidos	1.952.325	1.540.610	913.022	2.616.124
Passivo Fiscal Diferido	580.944	(5.399)	(2.530.196)	(2.703.807)
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	614.594	54.341	26.746	(143.938)
Depósito em Garantia	(28.387)	(60.297)	(2.551.821)	(2.551.821)
Outros	(5.263)	557	(5.121)	(8.048)
<b>Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>1.371.381</b>	<b>1.546.009</b>	<b>3.443.218</b>	<b>5.319.930</b>
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(1.356.734)	(1.249.489)	3.416.568	5.665.799
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	2.728.115	2.795.498	26.650	(345.869)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social do Período</b>	<b>1.740.559</b>	<b>1.227.352</b>	<b>888.033</b>	<b>938.283</b>





(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>6.211.574</b>	<b>12.769.807</b>	<b>11.464.626</b>	<b>19.720.599</b>
Encargo IRPJ e CSLL	(2.724.369)	(5.746.389)	(4.585.839)	(7.888.216)
Efeitos tributários adições e exclusões	4.366.138	6.514.803	3.502.495	3.842.223
Juros sobre o capital próprio	718.531	1.257.037	668.677	1.328.440
Realização/Apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(2.795.498)	(2.795.498)	(26.650)	345.869
Participação dos empregados nos lucros	423.932	758.786	558.073	919.865
Outros	7.405	11.261	26.528	72.323
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes</b>	<b>(3.861)</b>	<b>-</b>	<b>143.284</b>	<b>(1.379.496)</b>

CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>6.764.165</b>	<b>13.629.962</b>	<b>13.433.452</b>	<b>22.419.674</b>
Encargo IRPJ e CSLL	(3.043.862)	(6.133.459)	(5.373.369)	(8.967.846)
Efeitos tributários adições e exclusões	1.814.718	3.555.427	3.044.744	3.003.036
Juros sobre o capital próprio	718.531	1.257.037	668.677	1.328.440
Participação em coligadas e controladas	583.942	613.303	257.395	475.055
Realização/Apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(2.795.498)	(2.795.498)	(26.650)	345.869
Participação dos empregados nos lucros	423.932	758.786	558.073	919.865
Outros	2.086.472	2.431.146	846.141	1.217.740
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes</b>	<b>(211.765)</b>	<b>(313.258)</b>	<b>(24.989)</b>	<b>(1.677.841)</b>

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ajustes a Valor de Mercado de Títulos para Negociação	703.753	733.658	703.753	733.658
Atualização Monetária de depósito em garantia	2.612.119	2.551.822	2.612.119	2.551.822
Outras	-	-	26.837	22.224
<b>Total Passivo Fiscal Diferido no Resultado</b>	<b>3.315.872</b>	<b>3.285.480</b>	<b>3.342.709</b>	<b>3.307.704</b>
Ajustes a Valor de Mercado de Títulos para Vendas	-	182.683	-	182.683
Outros	70.733	108.145	87.358	124.770
<b>Total Passivo Fiscal Diferido no PL</b>	<b>70.733</b>	<b>290.828</b>	<b>87.358</b>	<b>307.453</b>
<b>Total Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>3.386.605</b>	<b>3.576.308</b>	<b>3.430.067</b>	<b>3.615.157</b>





(d) Ativo fiscal diferido

INDIVIDUAL				
Descrição	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>39.799.006</b>	<b>16.044.375</b>	<b>(17.344.702)</b>	<b>38.498.679</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.142.358	11.972.003	(11.722.448)	23.391.913
Passivos atuariais	4.130.520	323.134	(722.698)	3.730.956
Provisões trabalhistas	2.787.956	86.290	(69.344)	2.804.902
Provisões cíveis	1.363.717	135.530	(224.700)	1.274.547
Provisões fiscais	125.467	56.629	(30.250)	151.846
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Derivativos	1.380.979	-	(626.450)	754.529
Provisão para desvalorização - bens não de uso	1.156.608	13.446	(354.809)	815.245
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.592.078	831.314	(143.853)	2.279.539
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	696.486	(696.486)	-
Outros	4.119.323	1.929.543	(2.753.664)	3.295.202
<b>Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL</b>	<b>495.652</b>	<b>2.795.498</b>	<b>-</b>	<b>3.291.150</b>
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	495.652	2.795.498	-	3.291.150
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>40.294.658</b>	<b>18.839.873</b>	<b>(17.344.702)</b>	<b>41.789.829</b>
Passivos atuariais CPC 33	6.275.253	273.267	-	6.548.520
Ajuste a valor de mercado de tít. Disponíveis p/ venda	-	120.458	-	120.458
<b>Total dos créditos com impacto no PL</b>	<b>6.275.253</b>	<b>393.725</b>	<b>-</b>	<b>6.668.978</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>46.569.911</b>	<b>19.233.598</b>	<b>(17.344.702)</b>	<b>48.458.807</b>
<b>Total dos créditos não constituídos</b>	<b>3.770.838</b>	<b>-</b>	<b>(1.027.407)</b>	<b>2.743.431</b>

CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>39.835.476</b>	<b>16.044.375</b>	<b>(17.345.179)</b>	<b>38.534.672</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.142.358	11.972.003	(11.722.448)	23.391.913
Passivos atuariais	4.130.520	323.134	(722.698)	3.730.956
Provisões trabalhistas	2.787.956	86.290	(69.344)	2.804.902
Provisões cíveis	1.363.717	135.530	(224.700)	1.274.547
Provisões fiscais	125.467	56.629	(30.250)	151.846
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Derivativos	1.380.979	-	(626.450)	754.529
Provisão para desvalorização - bens não de uso	1.156.608	13.446	(354.809)	815.245
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.592.078	831.314	(143.853)	2.279.539
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	696.486	(696.486)	-
Outros	4.155.793	1.929.543	(2.754.141)	3.331.195
<b>Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL</b>	<b>495.652</b>	<b>2.795.498</b>	<b>-</b>	<b>3.291.150</b>
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	495.652	2.795.498	-	3.291.150
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>40.331.128</b>	<b>18.839.873</b>	<b>(17.345.179)</b>	<b>41.825.822</b>
Passivos atuariais CPC 33	6.275.253	273.267	-	6.548.520
Ajuste a valor de mercado de tít. Disponíveis p/ venda	-	120.458	-	120.458
Outros	10.375	-	(10.375)	-
<b>Total dos créditos com impacto no PL</b>	<b>6.285.628</b>	<b>393.725</b>	<b>(10.375)</b>	<b>6.668.978</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>46.616.756</b>	<b>19.233.598</b>	<b>(17.355.554)</b>	<b>48.494.800</b>
<b>Total dos créditos não constituídos</b>	<b>3.770.838</b>	<b>-</b>	<b>(1.027.407)</b>	<b>2.743.431</b>



**(e) Expectativa de realização – valor contábil**

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2020, estão representados a seguir:

Ano de Realização	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	Valor Nominal	Valor Presente	Valor Nominal	Valor Presente
2021	6.119.831	6.058.039	6.301.014	6.058.039
2022	4.143.291	3.962.759	4.768.907	3.962.759
2023	5.654.198	5.174.960	4.881.751	5.174.960
2024	3.539.824	3.085.521	3.505.473	3.085.521
2025	3.312.665	2.750.014	3.312.665	2.750.014
2026	1.095.604	866.207	1.095.604	866.207
2027 a 2030	24.593.394	16.985.424	24.629.386	17.008.747
<b>Total</b>	<b>48.458.807</b>	<b>38.882.924</b>	<b>48.494.800</b>	<b>38.906.247</b>

**Nota 21 – Benefícios a empregados**

**(a) Benefícios de curto prazo**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual orçado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

**(b) Benefícios pós-emprego**

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta- alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).



(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>4.271.897</b>	<b>4.223.339</b>
Natureza salarial	3.244.221	2.803.228
Participação dos empregados no lucro	1.027.676	1.420.111
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>28.507.111</b>	<b>29.890.126</b>
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	12.066.053	12.404.759
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	2.003.798	1.844.692
<b>Planos de benefícios – Previdência Complementar</b>	<b>14.437.260</b>	<b>15.640.675</b>
REG/REPLAN	14.436.207	15.640.675
REB	-	-
Novo Plano	1.053	-
<b>Total</b>	<b>32.779.008</b>	<b>34.113.465</b>
Passivo circulante	9.759.330	9.674.749
Passivo não circulante	23.019.678	24.438.716

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa ([www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br)).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.



#### (e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência das premissas e/ou parâmetros adotadas no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, compromissando parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitalícios, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33(R1) e Deliberação CVM nº 695/12.

#### (f) Estratégia de confrontação de ativos/ passivos

Somente os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

#### (g) Planos de benefícios – detalhamento

##### (g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O estatuto da CAIXA estabeleceu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, no exercício de 2017, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).



O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

#### **(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação**

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2020 foram concedidos 277 novos benefícios (Em 2019 foram 298).

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021 o valor do auxílio-refeição/alimentação é de R\$ 831,16 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. A cesta-alimentação para o mesmo período é de R\$ 654,87 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

#### **(g.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB**

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 60 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

#### **(g.4) Planos de previdência complementar**

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, conforme definido, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Os planos de previdência administrados pela FUNCEF estão divididos em duas modalidades: Benefício Definido (REG/REPLAN) e Contribuição Variável (REB e Novo Plano).



Na modalidade de Benefício Definido (BD), são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

Na modalidade de Contribuição Variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo Contribuição Definida (CD). Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo Benefício Definido (BD), devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

#### ▪ REG/REPLAN

A CAIXA patrocina o plano de benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade benefício definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção por órgão oficial da previdência, implicando no cancelamento da contribuição normal para este plano e na adesão no caso do ativo, a outro plano de benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN modalidades saldado e não saldado, patrocinados pela CAIXA, terem registrado em 2014 e 2015, respectivamente, seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foram elaborados planos de equacionamento dos déficits. Na modalidade saldado houve déficit nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, enquanto que na modalidade não saldado, os déficits foram em 2015 e 2016. Os planos de equacionamento tem como base a Resolução CGPC nº 26/2008 com todas as suas alterações.

Os planos de equacionamento estabelecem critérios próprios para a contribuição de cada parte nos déficits, sendo paritário entre a CAIXA e os participantes e assistidos na modalidade saldado.

Déficit	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado	
	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado	Prazo de amortização	Valor do déficit atualizado
Exercício 2014	208 meses	1.135.135	-	-
Exercício 2015	211 meses	3.516.269	237 meses	493.318
Exercício 2016	221 meses	5.014.237	241 meses	319.495
		<b>9.665.641</b>		<b>812.813</b>





Em relação aos planos REG/REPLAN, a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2020 o montante de R\$ 14.436.207, calculado conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para assegurar os planos de equacionamentos dos déficits atuariais.

Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, de 01/01/2020 a 31/12/2020, montam R\$ 944.299 (31/12/2019 – R\$ 928.004).

#### ▪ REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br](http://www.funcef.com.br)).

#### ▪ Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006. É o único plano aberto às novas inscrições de funcionários CAIXA.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: [www.funcef.com.br/](http://www.funcef.com.br/)).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.





(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	31/12/2020 (1)			31/12/2019 (2)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	80.014	75.770	155.784	81.035	76.448	157.483
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	17.759	17.759	-	15.772	15.772
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	60	60	-	60	60
REG/REPLAN salgado	10.767	45.561	56.328	12.183	44.347	56.530
REG/REPLAN não salgado	1.199	4.880	6.079	1.410	4.692	6.102
REB	5.892	1.067	6.959	6.093	990	7.083
Novo Plano	75.173	8.715	83.888	75.479	8.125	83.604

(1) Conforme posições de 30/09/2020.

(2) Conforme posições de 30/09/2019.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e Cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Em relação aos passivos existentes na FUNCEF, enquadrados como perda provável e já provisionados, esses são capturados no cálculo atuarial e, respeitada a proporção de responsabilidade de 50%, compõem a reserva de provisão atuarial da CAIXA.

Quanto aos passivos classificados pela FUNCEF como perda possível, à medida em que, eventualmente, forem reclassificados para perda provável, serão provisionados nos respectivos planos, e por consequência, esses montantes comporão o cálculo atuarial da CAIXA, sendo seus impactos reconhecidos no encerramento do Balanço do primeiro semestre subsequente à reclassificação desses passivos.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2020, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.



### (i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o *Aging Factor*, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O *Aging Factor* adotado para 31/12/2020 é de 3,11%.

### (i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Taxa nominal de desconto (a.a.)	6,77%	6,97%	6,41%	6,81%	6,38%	6,75%
Taxa real de desconto (a.a.)	3,41%	3,35%	3,06%	3,20%	3,03%	3,14%
Taxa de crescimento real dos salários (a.a.)	Nulo	Nulo	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de crescimento real dos benefícios projetada (a.a.)	Nulo	Nulo	Não aplicável	Não aplicável	Nulo	Nulo
Taxa de inflação (a.a.)	3,25%	3,50%	3,25%	3,50%	3,25%	3,50%
Taxa de rotatividade	Tábua de rotatividade experiência CAIXA 2020	Experiência Saúde CAIXA 2019 (por idade)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA 2020	Tábua de entrada em aposentadoria no Saúde CAIXA 2019	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável



INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
Descrição	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Taxa nominal de desconto (a.a.)	6,72%	6,94%	6,79%	7,02%	6,94%	6,98%	7,09%	7,07%
Taxa real de desconto (a.a.)	3,36%	3,32%	3,43%	3,40%	3,57%	3,36%	3,72%	3,45%
Taxa de crescimento real dos salários (a.a.)	Não aplicável	Não aplicável	2,26%	2,26%	3,05%	3,05%	2,52%	2,52%
Taxa de crescimento real dos benefícios projetada (a.a.)	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,72%	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,86%	Não aplicável	1,86%	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,72%	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,86%	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,72%	Rubricas judiciais com ACT: 0,42% e com ACT + INSS/FUNCEF: 1,86%
Taxa de inflação (a.a.)	3,25%	3,50%	3,25%	3,50%	3,25%	3,50%	3,25%	3,50%
Taxa de rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	Nulo	Nulo	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF REB 2019	Experiência FUNCEF Novo Plano 2020	Experiência FUNCEF Novo Plano 2018
Tábua de mortalidade geral	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%	RP 2000, segregada por sexo e suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	Homens - 53 anos Mulheres - 48 anos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN saldado 2016 ambos os sexos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2020 ambos os sexos	Experiência entrada em aposentadoria REG/REPLAN não saldado 2016 ambos os sexos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA 2020	Homens - 58 anos Mulheres - 56 anos	Tábua de entrada em aposentadoria CAIXA 2020	Experiência entrada em aposentadoria Novo Plano 2016 ambos os sexos



#### (i.4) Diferenças de premissas dos planos previdenciários

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano	FUNCEF
Taxa real de desconto (a.a.)	3,36%	3,43%	3,57%	3,72%	4,5% para todos os planos
Avaliação de ativos					
Títulos públicos	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados a mercado	Marcados na curva
Participações acionárias (1)	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado	Média ponderada
Regime de capitalização	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Crédito único projetado	Método agregado

(1) Avaliação do Fundo Carteira Ativa II - Litel: CAIXA adota a precificação do Fundo com o valor da ação da Vale no dia da avaliação; FUNCEF adota a média ponderada das cotações dos três últimos meses.

#### (i.5) Mudança no valor presente da obrigação

O Valor Presente da Obrigação – VPO representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
VPO no início do período	(12.154.575)	(12.404.759)	(9.916.674)	(2.012.883)	(1.844.692)	(1.605.080)	(72.523)	(66.279)	(66.531)
Custo do serviço corrente	(96.175)	(204.073)	(290.625)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros sobre VPO	(429.185)	(848.918)	(851.609)	(67.003)	(127.314)	(129.152)	(2.374)	(4.515)	(5.082)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	310.789	766.332	(2.004.096)	2.060	(180.799)	(251.552)	(4.581)	(11.752)	(832)
Ajuste de experiência	(1.128)	(142.528)	(376.983)	97.401	(161.154)	(6.485)	(1.346)	(10.765)	7.306
Alterações premissas demográficas	994.533	699.054	630.800	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(682.616)	209.806	(2.257.913)	(95.341)	(19.645)	(245.067)	(3.235)	(987)	(8.138)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	3.125	6.193	6.166
Benefícios pagos diretamente pela empresa	303.093	625.365	658.245	74.028	149.007	141.092	-	-	-
VPO no final do período	(12.066.053)	(12.066.053)	(12.404.759)	(2.003.798)	(2.003.798)	(1.844.692)	(76.353)	(76.353)	(66.279)



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			2º semestre 2020	REB		Novo Plano		
	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019		Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
VPO no início do período	(71.677.722)	(74.645.101)	(60.878.387)	(7.439.656)	(9.898.084)	(7.436.076)	(689.697)	(655.972)	(482.779)	(3.728.663)	(3.249.638)	(2.151.992)
Custo do serviço corrente	-	-	-	(20.427)	(55.115)	(18.730)	(5.764)	(10.503)	(2.058)	(54.744)	(116.305)	(53.833)
Custo de juros sobre VPO	(2.509.986)	(5.019.442)	(5.189.231)	(267.496)	(607.917)	(967.092)	(25.163)	(47.395)	(41.802)	(137.139)	(249.644)	(209.887)
Contribuições pagas de participantes	-	-	-	-	-	(24.547)	-	-	(3.785)	(1.019)	(1.628)	(4.268)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(4.825.116)	(1.185.268)	(12.052.586)	(562.085)	281.611	(1.768.661)	(113.040)	(138.769)	(161.322)	(605.614)	(979.918)	(951.074)
Ajuste de experiência	(707.961)	(1.696.437)	(149.120)	(79.730)	511.809	(172.090)	(16.183)	(56.812)	(67.642)	(116.276)	(341.925)	(256.200)
Alterações premissas demográficas	(8.494)	(8.494)	-	60.839	(276.558)	-	(25.643)	(104.034)	-	(143.808)	(821.428)	-
Alterações premissas financeiras	(4.108.661)	519.663	(11.903.466)	(543.194)	46.360	(1.596.571)	(71.214)	22.077	(93.680)	(345.530)	183.435	(694.874)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	1.810.795	3.647.782	3.475.103	173.941	345.509	317.022	18.738	37.713	35.774	69.185	139.139	121.416
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	-	1.818.273	-	-	-	-	-	-	-
VPO no final do período	(77.202.029)	(77.202.029)	(74.645.101)	(8.115.723)	(8.115.723)	(9.898.084)	(814.926)	(814.926)	(655.972)	(4.457.994)	(4.457.994)	(3.249.638)

(1) Alteração no regulamento do plano, realizada em atendimento à Resolução nº 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

A Resolução nº 25, da CGPAR, estabeleceu que as empresas estatais federais que patrocinem planos de benefícios de previdência complementar estruturados na modalidade de benefício definido devem promover alteração desses planos. Entre os itens definidos pela resolução, destacamos: o fechamento do plano a novas adesões; a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; a adoção da média de, no mínimo, os últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; a adoção de teto para salário de participação não superior à maior remuneração de cargo não estatutário da empresa patrocinadora; a vinculação do reajuste dos benefícios dos assistidos ao índice do plano; a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo RGPS; e a vinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias a valor de RGPS hipotético.

#### (i.6) Mudança no valor justo dos ativos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos – VJA:



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO								
	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
VJA no início do período	72.523	66.279	66.531	44.425.894	47.157.101	40.334.225	5.588.674	6.104.733	5.018.291
Receitas de juros	2.374	4.515	5.082	1.560.476	3.150.797	3.342.899	202.906	413.836	638.748
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	4.581	11.752	832	5.050.348	1.666.091	5.284.361	623.705	(28.061)	592.020
Contribuições do empregador	-	-	-	441.437	891.881	843.800	36.191	71.731	68.829
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	438.393	887.665	826.919	62.049	122.854	103.867
Benefícios pagos pelo plano	(3.125)	(6.193)	(6.166)	(1.810.795)	(3.647.782)	(3.475.103)	(173.941)	(345.509)	(317.022)
<b>VJA no final do período</b>	<b>76.353</b>	<b>76.353</b>	<b>66.279</b>	<b>50.105.753</b>	<b>50.105.753</b>	<b>47.157.101</b>	<b>6.339.584</b>	<b>6.339.584</b>	<b>6.104.733</b>

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
VJA no início do período	717.234	780.235	446.928	3.753.527	4.096.505	1.662.367
Receitas de juros	26.309	52.984	44.813	140.110	283.323	202.838
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	82.218	8.503	316.699	560.148	121.724	2.299.692
Contribuições do empregador	3.940	5.440	3.784	70.270	91.848	48.755
Contribuições de participantes do plano	4.047	5.561	3.785	1.019	1.628	4.268
Benefícios pagos pelo plano	(18.738)	(37.713)	(35.774)	(69.185)	(139.139)	(121.415)
<b>VJA no final do período</b>	<b>815.010</b>	<b>815.010</b>	<b>780.235</b>	<b>4.455.889</b>	<b>4.455.889</b>	<b>4.096.505</b>

#### (i.7) Conciliação do ativo/ (passivo) dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/ passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados ao valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente à obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo). Para os planos de previdência complementar observa-se o efeito da restrição sobre a obrigação atuarial, ou seja, os riscos são compartilhados com os participantes e assistidos de cada plano, a fim de limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.





INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
VPO no final do período	(12.066.053)	(12.066.053)	(12.404.759)	(2.003.798)	(2.003.798)	(1.844.692)	(76.353)	(76.353)	(66.279)
VJA no final do período	-	-	-	-	-	-	76.353	76.353	66.279
<b>Superávit/ (déficit) do plano</b>	<b>(12.066.053)</b>	<b>(12.066.053)</b>	<b>(12.404.759)</b>	<b>(2.003.798)</b>	<b>(2.003.798)</b>	<b>(1.844.692)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(12.066.053)</b>	<b>(12.066.053)</b>	<b>(12.404.759)</b>	<b>(2.003.798)</b>	<b>(2.003.798)</b>	<b>(1.844.692)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO												
Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
VPO no final do período	(77.202.029)	(77.202.029)	(74.645.101)	(8.115.723)	(8.115.723)	(9.898.084)	(814.926)	(814.926)	(655.972)	(4.457.994)	(4.457.994)	(3.249.638)
VJA no final do período	50.105.753	50.105.753	47.157.101	6.339.584	6.339.584	6.104.733	815.010	815.010	780.235	4.455.889	4.455.889	4.096.505
<b>Superávit/ (déficit) do plano</b>	<b>(27.096.276)</b>	<b>(27.096.276)</b>	<b>(27.488.000)</b>	<b>(1.776.139)</b>	<b>(1.776.139)</b>	<b>(3.793.351)</b>	<b>84</b>	<b>84</b>	<b>124.263</b>	<b>(2.105)</b>	<b>(2.105)</b>	<b>846.867</b>
Efeito do limite de ativo	-	-	-	-	-	-	(84)	(84)	(124.263)	2.105	2.105	(846.867)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (Risk Sharing)	13.548.138	13.548.138	13.744.000	888.070	888.070	1.896.675	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(13.548.138)</b>	<b>(13.548.138)</b>	<b>(13.744.000)</b>	<b>(888.069)</b>	<b>(888.069)</b>	<b>(1.896.676)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### (i.8) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta - alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2021	616.619	137.255	5.650	4.195.605	362.880	35.877	139.197
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2022	674.219	144.327	5.860	4.438.963	400.912	38.052	155.385
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2023	661.353	136.314	5.558	4.260.265	400.338	36.729	155.426
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2024	645.165	128.568	5.255	4.084.419	396.022	35.440	154.764
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2025 ou posterior	9.468.697	1.457.334	54.030	60.222.777	6.555.571	668.828	3.853.222
<b>Total</b>	<b>12.066.053</b>	<b>2.003.798</b>	<b>76.353</b>	<b>77.202.029</b>	<b>8.115.723</b>	<b>814.926</b>	<b>4.457.994</b>
<i>Duration do passivo atuarial na data-base de 31/12/2020</i>	13,36 anos	10,58 anos	9,97 anos	12,81 anos	13,64 anos	15,39 anos	17,62 anos





(i.9) Custo de benefício definido reconhecido no resultado

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/ Cesta-alimentação			REG/REPLAN Saldado		
	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Custo do serviço corrente	(96.175)	(204.073)	(164.500)	-	-	-	-	-	-
Juros líquidos sobre Passivo/ (Ativo) líquido	(429.185)	(848.918)	(430.922)	67.003	127.314	62.658	474.755	934.322	473.148
<b>Custo reconhecido no resultado</b>	<b>(525.360)</b>	<b>(1.052.991)</b>	<b>(595.422)</b>	<b>67.003</b>	<b>127.314</b>	<b>62.658</b>	<b>474.755</b>	<b>934.322</b>	<b>473.148</b>

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO									
Descrição	REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Custo do serviço corrente	2.159	19.003	9.906	1.717	4.942	1.480	54.744	116.304	32.480
Custo do serviço passado (1)	-	(909.137)	-	-	-	-	-	-	-
Juros líquidos sobre Passivo/ (Ativo) líquido	32.295	97.041	57.179	-	-	-	-	-	-
<b>Custo reconhecido no resultado</b>	<b>34.454</b>	<b>(793.093)</b>	<b>67.085</b>	<b>1.717</b>	<b>4.942</b>	<b>1.480</b>	<b>54.744</b>	<b>116.304</b>	<b>32.480</b>

(1) Reversão de provisão atuarial para plano de benefício REG/REPLAN não saldado (custo do serviço passado), tendo em vista a alteração no regulamento do plano, realizada em atendimento à Resolução nº 25 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

(i.10) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes (PL)

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/ Cesta-alimentação	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(5.059.028)	(3.054.931)	(1.180.543)	(928.991)
Ajustes de avaliação patrimonial	766.332	(1.627.445)	(236.079)	(150.696)
Efeitos fiscais	-	(376.652)	55.281	(100.856)
<b>Saldo final</b>	<b>(4.292.696)</b>	<b>(5.059.028)</b>	<b>(1.361.341)</b>	<b>(1.180.543)</b>



Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO					
	REG/REPLAN Consolidado		REB		Novo Plano	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo inicial</b>	(14.209.858)	(10.224.038)	26.378	9.493	54.035	(208.425)
Ajustes de avaliação patrimonial	164.098	(5.900.717)	(498)	16.885	23.404	345.830
Efeitos fiscais	217.986	1.914.897	-	-	-	(83.370)
<b>Saldo final</b>	<b>(13.827.774)</b>	<b>(14.209.858)</b>	<b>25.880</b>	<b>26.378</b>	<b>77.439</b>	<b>54.035</b>

#### (i.11) Composição dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são administrados diretamente pela CAIXA e não possuem ativos. Os ativos do plano de benefício Assistidos PREVHAB são compostos, exclusivamente, por aplicações financeiras em renda fixa.

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<b>Renda fixa</b>	<b>29.104.566</b>	<b>28.731.154</b>	<b>3.649.372</b>	<b>3.568.279</b>	<b>503.346</b>	<b>463.977</b>	<b>3.010.244</b>	<b>2.714.956</b>
<b>Renda variável (1)</b>	<b>14.331.073</b>	<b>11.181.365</b>	<b>1.997.826</b>	<b>1.779.323</b>	<b>253.628</b>	<b>250.212</b>	<b>1.180.687</b>	<b>1.107.990</b>
<b>Imóveis</b>	<b>4.803.068</b>	<b>4.967.294</b>	<b>536.345</b>	<b>557.560</b>	<b>19.884</b>	<b>20.725</b>	<b>16.868</b>	<b>16.056</b>
<b>Outros</b>	<b>1.867.046</b>	<b>2.277.289</b>	<b>156.042</b>	<b>199.571</b>	<b>38.152</b>	<b>45.321</b>	<b>248.091</b>	<b>257.502</b>
Investimentos estruturados	626.415	952.265	82.459	118.025	8.720	12.377	34.944	44.246
Operações com participantes	1.240.631	1.325.024	73.583	81.546	29.432	32.944	213.147	213.256
<b>Total</b>	<b>50.105.753</b>	<b>47.157.102</b>	<b>6.339.585</b>	<b>6.104.733</b>	<b>815.010</b>	<b>780.235</b>	<b>4.455.890</b>	<b>4.096.504</b>
(1) Participações diretas - ativos não cotados em mercado ativo	1.306.007	2.204.264	172.969	272.919	15.728	25.021	47.496	88.639

#### (i.12) Imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis - Locados à CAIXA	483.669	549.383	53.903	62.558	1.899	492	1.223	610
<b>Total</b>	<b>483.669</b>	<b>549.383</b>	<b>53.903</b>	<b>62.558</b>	<b>1.899</b>	<b>492</b>	<b>1.223</b>	<b>610</b>

A FUNCEF não possui em seus ativos, instrumentos financeiros de emissão da CAIXA (CPC 33 (R1), item 143).



(i.13) (Despesas)/ Receitas e Pagamentos esperados para o semestre

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021
Custo do serviço corrente	(90.614)	-	-	(5.628)	(4.211)	71.885
Custo de juros sobre o VPOA	(397.341)	(61.876)	(2.518.466)	(269.009)	(27.597)	(155.413)
Receita de juros sobre os ativos do plano	-	-	1.638.409	211.935	27.825	157.323
Juros sobre o teto do ativo	-	-	-	-	(228)	(1.910)
Juros sobre o efeito do <i>Risk Sharing</i>	-	-	440.028	28.537	-	-
<b>Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período</b>	<b>(487.955)</b>	<b>(61.876)</b>	<b>(440.029)</b>	<b>(34.165)</b>	<b>4.211</b>	<b>71.885</b>

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO						
Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021	30/06/2021
Benefícios	329.185	73.026	-	-	3.197	55.849
Contribuições de risco	-	-	-	4.363	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	449.118	29.726	-	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>329.185</b>	<b>73.026</b>	<b>449.118</b>	<b>34.089</b>	<b>3.197</b>	<b>55.849</b>



#### (i.14) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO							
Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Aging Factor		Exercício 2020
	+ 10%	- 10%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 1%	- 1%	
Saúde CAIXA							
Custo de juros	(399.620)	(427.090)	(414.400)	(410.304)	(502.761)	(342.386)	(429.185)
Valor presente da obrigação	(11.700.026)	(12.481.606)	(11.701.939)	(12.450.137)	(14.634.593)	(10.071.580)	(12.066.053)
Auxílio/Cesta-alimentação							
Custo de juros	(61.811)	(67.279)	(65.201)	(63.456)	Não aplicável	Não aplicável	(67.003)
Valor presente da obrigação	(1.927.420)	(2.091.443)	(1.956.042)	(2.053.631)	Não aplicável	Não aplicável	(2.003.798)
PREVHAB							
Custo de juros	(2.617)	(2.888)	(2.784)	(2.699.023)	Não aplicável	Não aplicável	(2.374)
Valor presente da obrigação	(81.879)	(90.053)	(83.759)	(87.658)	Não aplicável	Não aplicável	(76.353)
REG/REPLAN saldado							
Custo de juros	(2.543.943)	(2.695.655)	(2.631.318)	(2.597.011)	Não aplicável	Não aplicável	(2.509.986)
Valor presente da obrigação	(75.161.203)	(79.510.138)	(74.969.197)	(79.549.398)	Não aplicável	Não aplicável	(77.202.029)
REG/REPLAN não saldado							
Custo do serviço corrente	(21.622)	(22.639)	(21.259)	(22.992)	Não aplicável	Não aplicável	(20.427)
Custo de juros	(272.140)	(287.246)	(280.340)	(277.935)	Não aplicável	Não aplicável	(267.496)
Valor presente da obrigação	(7.914.464)	(8.342.985)	(7.865.523)	(8.379.268)	Não aplicável	Não aplicável	(8.115.723)
REB							
Custo do serviço corrente	(7.248)	(7.084)	(6.618)	(7.754)	Não aplicável	Não aplicável	(5.764)
Custo de juros	(28.145)	(29.191)	(28.381)	(28.859)	Não aplicável	Não aplicável	(25.163)
Valor presente da obrigação	(801.584)	(830.666)	(780.755)	(851.345)	Não aplicável	Não aplicável	(814.926)
Novo Plano							
Custo do serviço corrente	(70.693)	(68.244)	(63.775)	(75.663)	Não aplicável	Não aplicável	(54.744)
Custo de juros	(160.550)	(161.871)	(158.165)	(164.030)	Não aplicável	Não aplicável	(137.139)
Valor presente da obrigação	(4.443.313)	(4.479.256)	(4.232.061)	(4.700.839)	Não aplicável	Não aplicável	(4.457.994)



(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
REB	23.792	49.034	44.171
Novo Plano	490.628	1.006.863	891.393
<b>Total</b>	<b>514.420</b>	<b>1.055.897</b>	<b>935.564</b>

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	2º semestre 2020	Exercício 2020	Exercício 2019
Causas judiciais	10.272	22.435	23.635
<b>Total</b>	<b>10.272</b>	<b>22.435</b>	<b>23.635</b>

## Nota 22 – Outros passivos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Relações Interfinanceiras e Interdependências	10.466.871	10.311.436	10.466.871	10.311.436
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	309.635	351.474	309.635	351.474
Sociais e estatutárias	3.688.738	2.451.171	4.010.510	2.606.118
Credores por recursos a liberar	6.328.688	4.194.735	6.328.688	4.194.735
Provisão para pagamentos a efetuar	3.429.721	3.353.588	3.444.541	3.469.788
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.011.534	2.391.645	2.030.646	2.413.401
Credores diversos - país	6.970.640	7.003.370	7.067.535	7.126.375
Prestação de serviços de pagamentos	456.733	420.211	456.733	420.211
Outras obrigações diversas	600.876	348.217	600.876	348.219
<b>Total</b>	<b>34.263.436</b>	<b>30.825.847</b>	<b>34.716.035</b>	<b>31.241.757</b>
Passivo circulante	34.263.436	30.825.847	34.716.035	31.241.757
Passivo não circulante	-	-	-	-

## Nota 23 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Discriminação	31/12/2020	31/12/2019
<b>Patrimônio Líquido - INDIVIDUAL</b>	<b>61.013.005</b>	<b>50.399.483</b>
IHCD – Elegíveis a Capital	31.808.129	30.254.276
<b>Patrimônio Líquido - CONSOLIDADO</b>	<b>92.821.134</b>	<b>80.653.759</b>

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

#### (b) Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 2020, foi aprovada a alteração do Capital Social de R\$ 36.418.525 para R\$ 45.000.000. A alteração do Capital Social foi publicada no Diário Oficial nº 94, de 19 de maio de 2020, Seção 3, página 25.

#### (c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/12/2020 índice de 17,62% (31/12/2019 – 18,96%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

#### (d) Reservas de reavaliação e de lucros

Em dezembro de 2020, foram realizadas em resultado, reservas no montante de R\$ 46.193 (31/12/2019 – R\$ 16.022) decorrentes de baixa e depreciação em imobilizado de uso (Nota 12) e outros bens não de uso (Nota 14), líquido de impostos. O saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização de acordo com a Resolução CMN n.º 3.565/2008. O valor residual da Reserva de Reavaliação em 31/12/2020 totalizou o montante de R\$ 274.150 (31/12/2019 – R\$ 320.343).

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas pelo resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido.

A reserva de margem operacional é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Reservas de reavaliação</b>	<b>274.150</b>	<b>320.343</b>
<b>Reservas de lucros</b>	<b>28.495.635</b>	<b>27.300.856</b>
Reserva legal	4.173.687	3.515.219
Reserva estatutária – loterias	737.539	746.440
Reservas estatutária - margem operacional	23.584.409	23.039.197

#### (e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,50% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).





De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado, conforme definido no Estatuto Social da CAIXA.

A distribuição de resultado do exercício é aprovada pela Assembleia Geral, após deliberação do Conselho de Administração, por proposta do Conselho Diretor e observado o opinamento do Conselho Fiscal, levando em consideração as previsões legais, as condições da Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e o Estatuto Social da CAIXA.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio em 31/12/2020 perfaz um montante de R\$ 2.793.416 (31/12/2019 - R\$ 3.321.101).

## Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

Por delegação do Governo Federal, a CAIXA exerce o papel de agente operador de fundos e programas, destacando-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e em regime de exclusividade, as Loterias Federais.

Como principal parceira do Governo Federal na execução dos programas sociais, a CAIXA recebe tarifas decorrentes da prestação do serviço de pagamento dos programas de transferência de renda, destacando-se o Programa Bolsa Família, Seguro Desemprego, FGTS, Abono Salarial, Auxílio Emergencial – Covid-19 e BEm – benefício emergencial de preservação do emprego e renda.

Os itens de Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Cartões de débito e crédito" que apresenta na demonstração consolidada no 2º semestre/2020 - R\$ 1.575.977 e no exercício o montante de R\$ 2.795.628 (2º semestre/2019 – R\$ 1.441.266 e exercício de 2019 - R\$ 2.643.190).

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Serviços de Governo:	4.347.944	7.961.329	5.172.720	10.103.081
Administração de Entidades e Programas:	3.226.267	6.163.062	4.545.907	8.902.831
FGTS	1.319.301	2.649.187	2.700.393	5.403.498
Loterias	1.092.279	1.855.817	868.222	1.659.917
Outros fundos e programas (1)	814.687	1.658.058	977.292	1.839.416
Transferência de renda	921.963	1.410.740	436.727	819.994
Garantias Prestadas - Agente Operador	199.714	387.527	190.086	380.256
Conta corrente e tarifas bancárias	2.831.465	5.497.891	2.968.266	6.037.616
Convênio e cobrança	1.469.466	3.128.276	1.839.893	3.688.368
Cartões de débito e crédito	1.529.694	2.717.203	1.441.267	2.643.192
Fundos de investimento	1.042.082	2.128.356	1.249.667	2.466.138
Operações de crédito	807.750	1.586.806	798.162	1.505.120
Seguros, capitalização, previdência e consórcios	156.704	224.693	201.941	292.758
Outros	86.211	179.467	155.112	266.517
<b>Total</b>	<b>12.271.316</b>	<b>23.424.021</b>	<b>13.827.028</b>	<b>27.002.790</b>

(1) Inclui as rendas recebidas pela operação e administração do Financiamento Estudantil (FIES), Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Programa de Integração Social (PIS).



## Nota 25 – Despesas com pessoal

INDIVIDUAL				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários e vantagens	(7.585.203)	(13.872.919)	(6.257.485)	(13.126.318)
Indenizações trabalhistas (1)	(103.795)	(284.561)	(180.759)	(124.500)
Benefícios	(1.528.928)	(2.940.476)	(1.557.458)	(2.928.961)
Outros	(42.889)	(81.290)	(59.499)	(107.505)
Encargos sociais:	(2.770.677)	(5.465.296)	(2.683.713)	(5.199.713)
FGTS	(530.872)	(1.031.901)	(497.671)	(971.496)
Previdência social	(1.634.731)	(3.180.748)	(1.531.945)	(2.980.624)
Previdência complementar	(458.416)	(965.616)	(516.518)	(976.127)
Outros encargos	(146.658)	(287.031)	(137.579)	(271.466)
<b>Total</b>	<b>(12.031.492)</b>	<b>(22.644.542)</b>	<b>(10.738.914)</b>	<b>(21.486.997)</b>

(1) Inclui a reclassificação da provisão para contingência do fundo de reserva do Saúde CAIXA em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022, anteriormente classificada como provisão operacional.

CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários e vantagens	(7.615.821)	(13.927.583)	(6.275.358)	(13.161.610)
Indenizações trabalhistas (1)	(103.795)	(284.561)	(180.759)	(124.500)
Benefícios	(1.533.342)	(2.949.230)	(1.560.211)	(2.934.225)
Outros	(43.522)	(82.126)	(60.524)	(108.808)
Encargos sociais:	<b>(2.782.442)</b>	<b>(5.486.782)</b>	<b>(2.691.361)</b>	<b>(5.214.058)</b>
FGTS	(533.090)	(1.035.984)	(499.110)	(974.194)
Previdência social	(1.641.409)	(3.192.887)	(1.536.301)	(2.988.932)
Previdência complementar	(460.678)	(969.787)	(517.993)	(978.763)
Outros encargos	(147.265)	(288.124)	(137.957)	(272.169)
<b>Total</b>	<b>(12.078.922)</b>	<b>(22.730.282)</b>	<b>(10.768.213)</b>	<b>(21.543.201)</b>

(1) Inclui a reclassificação da provisão para contingência do fundo de reserva do Saúde CAIXA em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022, anteriormente classificada como provisão operacional.



## Nota 26 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(312.083)	(580.703)	(239.276)	(476.631)
Manutenção e conservação de bens	(499.795)	(1.038.693)	(506.279)	(958.039)
Água e energia	(208.818)	(447.564)	(273.707)	(524.478)
Aluguéis e arrendamento de bens	(744.112)	(1.490.154)	(751.448)	(1.509.094)
Material	(63.645)	(118.291)	(42.161)	(102.767)
Processamento de dados	(1.017.982)	(1.880.093)	(787.860)	(1.690.494)
Promoções e relações públicas	(56.632)	(99.683)	(80.375)	(92.242)
Propaganda e publicidade	(164.870)	(178.818)	(115.677)	(121.077)
Serviços de transporte (1)	(685.165)	(1.102.452)	(426.066)	(798.120)
Serviços do sistema financeiro	(274.942)	(549.247)	(276.035)	(553.254)
Serviços de terceiros (1)	(499.353)	(991.234)	(538.890)	(1.049.679)
Serviços especializados	(354.843)	(628.527)	(333.246)	(590.615)
Serviços de vigilância e segurança	(580.879)	(1.035.828)	(468.978)	(921.150)
Amortização/ Impairment (Nota 13 (b))	(472.014)	(854.164)	(367.910)	(779.820)
Depreciação/ Impairment (Nota 12 (b))	(418.672)	(736.759)	(372.523)	(771.518)
Outras administrativas	(140.733)	(278.874)	(395.466)	(560.189)
<b>Total</b>	<b>(6.494.538)</b>	<b>(12.011.084)</b>	<b>(5.975.897)</b>	<b>(11.499.167)</b>

(1) Valores referentes ao transporte de valores anteriormente classificados como Serviços de terceiros.

Descrição	CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(312.083)	(580.703)	(239.276)	(476.631)
Manutenção e conservação de bens	(500.040)	(1.039.467)	(506.700)	(958.729)
Água e energia	(208.818)	(447.564)	(273.715)	(524.489)
Aluguéis e arrendamento de bens	(744.535)	(1.491.009)	(751.545)	(1.509.252)
Material	(63.644)	(118.291)	(42.161)	(102.767)
Processamento de dados	(1.018.202)	(1.880.621)	(788.306)	(1.690.940)
Promoções e relações públicas	(56.632)	(99.683)	(80.375)	(92.242)
Propaganda e publicidade	(164.870)	(178.818)	(115.677)	(121.077)
Serviços de transporte (1)	(685.165)	(1.102.451)	(426.066)	(798.120)
Serviços do sistema financeiro	(287.956)	(563.116)	(292.431)	(569.656)
Serviços de terceiros (1)	(499.407)	(991.402)	(539.006)	(1.049.854)
Serviços especializados	(359.367)	(638.324)	(335.505)	(597.677)
Serviços de vigilância e segurança	(580.941)	(1.035.961)	(469.074)	(921.314)
Amortização/Impairment (Nota 13 (b))	(472.014)	(854.164)	(367.910)	(779.820)
Depreciação/Impairment (Nota 12 (b))	(418.677)	(736.769)	(372.527)	(771.527)
Outras administrativas	(141.599)	(281.047)	(397.699)	(563.396)
<b>Total</b>	<b>(6.513.950)</b>	<b>(12.039.390)</b>	<b>(5.997.973)</b>	<b>(11.527.491)</b>

(1) Valores referentes ao transporte de valores anteriormente classificados como Serviços de terceiros.



## Nota 27 – Despesas tributárias

INDIVIDUAL				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
COFINS	(1.184.942)	(2.333.637)	(1.479.856)	(2.843.602)
PIS/PASEP	(191.355)	(387.509)	(231.328)	(451.799)
ISS	(399.545)	(775.492)	(408.209)	(799.291)
IPTU	(8.734)	(87.056)	(11.012)	(86.251)
Outras	(3.026)	(80.766)	43.264	20.466
<b>Total</b>	<b>(1.787.602)</b>	<b>(3.664.460)</b>	<b>(2.087.141)</b>	<b>(4.160.477)</b>

CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
COFINS	(1.235.678)	(2.415.444)	(1.510.028)	(2.907.584)
PIS/PASEP	(202.320)	(405.152)	(237.758)	(465.447)
ISS	(401.859)	(779.413)	(408.209)	(799.291)
IPTU	(8.734)	(87.056)	(11.012)	(86.251)
Outras	(3.056)	(80.865)	43.257	20.412
<b>Total</b>	<b>(1.851.647)</b>	<b>(3.767.930)</b>	<b>(2.123.750)</b>	<b>(4.238.161)</b>

## Nota 28 – Outras receitas operacionais

Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados referente ao item “Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas” refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

Descrição	INDIVIDUAL			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.564.606	2.775.201	1.424.081	2.775.894
Recuperação de despesas	948.870	1.771.597	913.281	1.676.876
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	744.317	1.405.865	602.372	1.167.645
Reversão provisões atuariais - custo de serviços passados	-	909.137	-	-
Recuperação de perdas operacionais (2)	220.945	318.288	-	-
Atualização monetária sobre operações diversas (3)	52.098	277.986	372.902	802.756
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	3.713	189.178	4.196	8.684
Variações cambiais de natureza inversa - operações passivas	134.360	134.360	-	-
Receita de deságio na aquisição de royalties	38.812	77.955	39.302	79.490
Comissões e taxas sobre operações	35.598	65.953	32.302	60.814
Rendas de créditos específicos	17.404	41.208	31.830	65.984
Outras receitas operacionais	283.737	752.540	176.029	343.872
<b>Total</b>	<b>4.044.460</b>	<b>8.719.268</b>	<b>3.596.295</b>	<b>6.982.015</b>

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2020 os custos foram de R\$ 8.570,46 (R\$ 4.879,39 indiretos e R\$ 3.691,07 diretos). Foram realizadas 323.810 contratações no exercício de 2020 (303.524 contratações no exercício de 2019).

(2) Recuperação de despesas relacionadas às perdas operacionais de produtos e serviços.

(3) Inclui a atualização monetária de depósitos em garantia.

Descrição	CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas à vista – ag. financeiro FGTS (1)	1.564.606	2.775.201	1.424.081	2.775.894
Recuperação de despesas	947.655	1.765.605	905.081	1.664.641
Comissões e taxas cota mensal diferida – ag. financ. FGTS	744.317	1.405.865	602.372	1.167.645
Reversão provisões atuariais - custo de serviços passados	-	909.137	-	-
Recuperação de perdas operacionais (2)	220.945	318.288	-	-
Atualização monetária sobre operações diversas (3)	52.098	277.986	372.902	802.756
Outras rendas sobre operações de crédito comercial	3.713	189.178	4.196	8.684
Receita de deságio na aquisição de royalties	38.812	77.955	39.302	79.490
Comissões e taxas sobre operações	600.141	960.643	312.311	707.147
Rendas de créditos específicos	17.404	41.208	31.830	65.984
Outras receitas operacionais	311.584	789.257	208.237	386.053
<b>Total</b>	<b>4.501.275</b>	<b>9.510.323</b>	<b>3.900.312</b>	<b>7.658.294</b>

(1) Para as operações de crédito habitacional pessoa física com subsídios do FGTS, a CAIXA reconhece as receitas até o limite dos custos relacionados a cada contrato. Em 2020 os custos foram de R\$ 8.570,46 (R\$ 4.879,39 indiretos e R\$ 3.691,07 diretos). Foram realizadas 323.810 contratações no exercício de 2020 (303.524 contratações no exercício de 2019).

(2) Recuperação de despesas relacionadas às perdas operacionais de produtos e serviços.

(3) Inclui a atualização monetária de depósitos em garantia.



## Nota 29 – Outras despesas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.922.426)	(3.619.951)	(1.803.054)	(3.413.816)
Benefício pós-emprego	(1.003.238)	(2.007.595)	(1.023.907)	(2.061.728)
Perdas de risco operacional (1)	(723.401)	(1.268.002)	(10.609)	(10.609)
Despesas com cartão	(612.895)	(1.155.697)	(625.411)	(1.156.737)
Operações de crédito comerciais	(481.210)	(729.269)	(828.700)	(1.323.655)
Serviços automatizados	(341.501)	(661.633)	(311.683)	(594.033)
Obrigações com fundos e programas	(261.188)	(625.897)	(368.260)	(706.253)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(301.750)	(591.630)	(276.117)	(558.337)
Operações de financiamentos imobiliários	(353.884)	(473.503)	(187.191)	(416.266)
Alavancagem de negócios	(200.386)	(390.597)	(362.742)	(750.117)
Descontos de operações de crédito	(241.821)	(383.611)	(457.581)	(711.315)
FGTS - arrecadação/pagamento	(126.306)	(317.179)	(236.619)	(435.360)
Despesas com loterias	(116.383)	(276.853)	(175.789)	(323.903)
Benefícios sociais	(169.694)	(257.002)	(61.902)	(123.759)
FCVS a receber – perdas	(84.258)	(169.449)	(71.622)	(174.148)
Condenações judiciais	(11.564)	(13.312)	(20.452)	(4.641)
Outras	(436.879)	(984.444)	(674.077)	(1.133.000)
<b>Total</b>	<b>(7.388.784)</b>	<b>(13.925.624)</b>	<b>(7.495.716)</b>	<b>(13.897.677)</b>

(1) Em 2019, os valores decorrentes de fraudes e perdas operacionais estavam reconhecidos em diversas linhas da demonstração do resultado, perfazendo o montante de R\$ 177.607 no 2º semestre de 2019 e R\$ 506.613 no exercício de 2019.

Descrição	CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.922.426)	(3.619.951)	(1.803.054)	(3.413.816)
Benefício pós-emprego	(1.003.238)	(2.007.595)	(1.023.907)	(2.061.728)
Perdas de risco operacional (1)	(723.401)	(1.268.002)	(10.609)	(10.609)
Despesas com cartão	(614.631)	(1.159.235)	(625.411)	(1.156.737)
Operações de crédito comerciais	(481.210)	(729.269)	(828.700)	(1.323.656)
Serviços automatizados	(341.501)	(661.633)	(311.683)	(594.033)
Obrigações com fundos e programas	(261.188)	(625.897)	(368.260)	(706.253)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(301.750)	(591.630)	(276.117)	(558.337)
Operações de financiamentos imobiliários	(353.884)	(473.503)	(187.191)	(416.266)
Alavancagem de negócios	(200.386)	(390.597)	(362.742)	(750.117)
Descontos de operações de crédito	(241.821)	(383.611)	(457.581)	(711.315)
FGTS - arrecadação/pagamento	(126.306)	(317.179)	(236.619)	(435.360)
Despesas com loterias	(116.383)	(276.853)	(175.789)	(323.903)
Benefícios sociais	(169.694)	(257.002)	(61.902)	(123.759)
FCVS a receber - perdas	(84.258)	(169.449)	(71.622)	(174.148)
Condenações judiciais	(11.564)	(13.312)	(20.452)	(4.641)
Outras	(414.645)	(964.615)	(674.125)	(1.133.555)
<b>Total</b>	<b>(7.368.286)</b>	<b>(13.909.333)</b>	<b>(7.495.764)</b>	<b>(13.898.233)</b>

(1) Em 2019, os valores decorrentes de fraudes e perdas operacionais estavam reconhecidos em diversas linhas da demonstração do resultado, perfazendo o montante de R\$ 177.607 no 2º semestre de 2019 e R\$ 506.613 no exercício de 2019.

## Nota 30 – Constituição e reversão de provisões

Descrição	INDIVIDUAL			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contingências Judiciais:	(1.548.277)	(2.939.280)	(2.238.439)	(4.531.393)
Trabalhistas	(1.171.316)	(2.048.228)	(2.442.976)	(3.860.698)
Cíveis	(354.876)	(819.472)	234.576	(584.982)
Fiscais	(22.085)	(71.580)	(30.039)	(85.713)
Taxa Performance das carteiras adquiridas	(304.395)	(643.292)	(543.164)	(1.095.762)
Fundo de compensação de variações salariais - FCVS	(157.468)	(226.935)	(394.954)	(299.021)
Pré-pagamento – FGTS (1)	(68.680)	1.081.078	(87.002)	(116.579)
Garantia financeira prestada	(4.940)	(13.711)	73	2.454
Outras operacionais (2)	113.437	424.561	(644.263)	(349.613)
<b>Total</b>	<b>(1.970.323)</b>	<b>(2.317.579)</b>	<b>(3.907.749)</b>	<b>(6.389.914)</b>

(1) Reversão da provisão decorrente da revisão do cálculo para o risco de devolução de receitas ao FGTS no 2º trimestre de 2020. Nota 19 (d).

(2) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar, custos relativos a manutenção de imóveis e a reversão da provisão para contingência do fundo de reserva do Saúde CAIXA em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022.

Descrição	CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contingências Judiciais:	(1.548.279)	(2.939.282)	(2.238.436)	(4.531.393)
Trabalhistas	(1.171.318)	(2.048.230)	(2.442.973)	(3.860.698)
Cíveis	(354.876)	(819.472)	234.576	(584.982)
Fiscais	(22.085)	(71.580)	(30.039)	(85.713)
Taxa Performance - carteiras adquiridas	(304.395)	(643.292)	(543.164)	(1.095.762)
Fundo de compensação de variações salariais - FCVS	(157.468)	(226.935)	(394.954)	(299.021)
Pré-pagamento FGTS (1)	(68.680)	1.081.078	(87.002)	(116.579)
Garantia financeira prestada	(4.940)	(13.711)	73	2.454
Outras operacionais (2)	104.743	476.072	(646.553)	(353.355)
<b>Total</b>	<b>(1.979.019)</b>	<b>(2.266.070)</b>	<b>(3.910.036)</b>	<b>(6.393.656)</b>

(1) Reversão da provisão decorrente da revisão do cálculo para o risco de devolução de receitas ao FGTS no 2º trimestre de 2020. Nota 19 (d).

(2) Inclui a reversão de provisão administrativa, restos à pagar, custos relativos a manutenção de imóveis e a reversão da provisão para contingência do fundo de reserva do Saúde CAIXA em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020/2022.



## Nota 31 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado na alienação e baixa de investimentos, valores e bens	(23.010)	(261.988)	(239.328)	(347.600)
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	416.451	721.875	267.618	480.354
Outros	(84.884)	(154.048)	(217.750)	(376.693)
<b>Total</b>	<b>308.557</b>	<b>305.839</b>	<b>(189.460)</b>	<b>(243.939)</b>

CONSOLIDADO				
Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado na alienação e baixa de investimentos, valores e bens	345.537	159.009	71.604	(36.668)
Constituição/Reversão de provisões não operacionais	416.451	721.875	267.618	480.354
Ganhos de capital por variação de participação relativa (1)	4.199.322	4.199.322	-	-
Outros	(84.884)	(154.048)	(217.750)	(376.693)
<b>Total</b>	<b>4.876.426</b>	<b>4.926.158</b>	<b>121.472</b>	<b>66.993</b>

(1) Ganho de capital auferido por alteração no percentual de participação relativa do investimento da Caixa Seguridade na Holding XS1 S.A. decorrente da subscrição de aumento de capital pela CNP (Nota 11 (a.2))

## Nota 32 – Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes a estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

De acordo com legislação vigente, no que se aplica à CAIXA como empresa pública e suas partes relacionadas, é permitida a realização de operações de empréstimos ou adiantamentos nas mesmas condições às apresentadas ao mercado, especialmente quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias, bem como critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas e baixas para prejuízo, não existindo benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações realizadas com os demais clientes de mesmo perfil na empresa.

### (a) Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União. Os saldos com a controladora estão representados pelas transações com a União, seus respectivos ministérios, autarquias, secretarias de governo e demais órgãos.

Os títulos públicos federais estão relacionados na Nota 7. Já as informações sobre dividendos e JCP a serem pagos ao Tesouro Nacional são apresentados na Nota 22. Por outro lado, os tributos com a União são apresentados na Nota 20.



No curso de suas operações, a CAIXA reconhece valores a receber de seu relacionamento com a União (Controlador e Fundos de Governo) em operações de crédito e prestação de serviços que, em 31/12/2020, totalizavam R\$ 2.333.813 (31/12/2019 – R\$ 2.391.776). Do montante apresentado em 31/12/2020, R\$ 1.789.195 (31/12/2019 – R\$ 1.735.789) está constituído por saldos relativos a operações antigas, para as quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos – Nota 14 (d).

#### **(b) Controladas**

Considerando o período coberto pelas demonstrações contábeis, a CAIXA realiza negócios por meio de suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Seguridade, CAIXA Loterias e CAIXA Cartões. Concomitantemente, detém o controle de forma indireta da Caixa Holding Securitária e Caixa Corretagem, por meio da CAIXA Seguridade.

#### **(c) Controladas em Conjunto**

Se enquadram como partes relacionadas as entidades nas quais a CAIXA participa em regime de controle conjunto por meio de suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Cartões.

Por meio da CAIXAPAR são controladas em conjunto: Banco PAN, Caixa Crescer, Tecban, Caixa Imóveis e Quod.

Por meio da CAIXA Seguridade são controladas em conjunto: PAN Corretora, Too Seguros, XS3 Seguros, XS4 Capitalização e XS6 Participações.

A Elo Serviços, que presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento, passou a integrar a carteira de investimentos da CAIXA Cartões (Nota 11 (a.3)).

A Galgo Sistemas de Informações S.A. se enquadra como *joint venture* diretamente na CAIXA.

A CAIXA mantém com a Tecban contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2020, o montante dos numerários da CAIXA em poder da Tecban era de R\$ 2.577.234 (31/12/2019 – R\$ 2.707.167).

A operação de alienação das ações da Capgemini, de titularidade da CAIXAPAR, foi concluída no 2º trimestre de 2020 mediante a efetivação da ordem de transferência das ações - Nota 11.

Dentre as operações do grupo, destacam-se os acordos com o Banco PAN, formalizados através de Acordos de Cooperação Operacional. Em 18 de dezembro de 2019, a CAIXA firmou um Acordo de Funding com o Banco PAN que prevê a obrigação irrevogável e irretroatável da CAIXA, por si ou por meio de suas Afiliadas, de realizar aquisição de Depósitos Interfinanceiros ("Operações de DI") do Banco PAN com garantia, na modalidade reutilizável, em um montante final de R\$ 7,8 bi, sendo tal acordo será encerrado em 31 de agosto de 2022. Em abril de 2020 foi firmado Instrumento particular de cessão de créditos entre CAIXA e PAN com o intuito de adquirir exclusivamente carteiras de crédito consignado dos convenientes INSS e Público Federal. O Instrumento particular possui vigência até 31/12/2020 e prevê um limite de aquisições na ordem de R\$ 7 bilhões.

#### **(d) Coligadas**

A Caixa Seguros Holding S.A. é uma entidade coligada constituída com o objetivo de participar nas empresas do Grupo Caixa Seguros e apresenta a seguinte composição: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Administradora de Consórcios S.A., Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A., Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda, Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A., Youse Seguradora S.A., Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda, e Previsul Companhia de Seguros e Previdência do Sul.

Por meio da CAIXA Seguridade é coligada a entidade XS1 Holding S.A., que possui a XS2 Vida e Previdência S.A. e a Caixa Vida e Previdência S.A. em sua composição.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguridade, incluindo suas investidas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.



**(e) Pessoal Chave da Administração**

Enquadram-se como pessoal chave da Administração as pessoas que detêm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, direta ou indiretamente. Consideram-se também os membros familiares de até 2º grau e entidades jurídicas aos quais esperam-se que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios com a entidade.

Na CAIXA se enquadram como pessoal chave aqueles com responsabilidade direta e/ou indireta em suas atividades, tais como: membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos.

**(f) Outras entidades**

As entidades que são controladas ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União estão classificadas no item “Outras entidades”. Esse item é composto por transações com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo, tais como Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Banco do Nordeste e Emgea; além dos fundos de investimento e fundos de governo operados e/ou administrados pela CAIXA, como o FAT, FAR, FMM, FCVS e FIES.

As transações com o FGTS estão demonstradas de acordo com a característica da operação, classificadas nas Notas explicativas: Nota 8 – Instrumentos financeiros derivativos, 15 (b) – Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas, 16 (b) – Obrigações por empréstimos e repasses, 18 – Outros passivos financeiros, 24 – Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, 28 – Outras receitas operacionais e 29 – Outras despesas operacionais. Os ativos com o FCVS são demonstrados na Nota explicativa 14 – Outros ativos e as garantias financeiras prestadas são demonstradas na Nota Explicativa 19 (f) – Garantias financeiras prestadas.

A Funcef, entidade que administra plano de benefícios pós emprego dos empregados da CAIXA, mantém com a CAIXA contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da Funcef.

Os quadros a seguir apresentam os saldos patrimoniais e de resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.



Descrição	INDIVIDUAL											
	31/12/2020						31/12/2019					
	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal-chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal-chave da administração	Outras entidades
<b>ATIVO</b>	<b>2.261.727</b>	<b>665.981</b>	<b>10.542.373</b>	<b>26.407</b>	<b>1.835.305</b>	<b>7.544.906</b>	<b>2.334.269</b>	<b>262.145</b>	<b>10.351.209</b>	<b>2.879.288</b>	<b>16.022</b>	<b>6.589.769</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4)	-	-	7.813.856	-	-	-	-	-	7.763.056	-	-	-
Títulos e valores mobiliários (5)	-	-	-	-	-	70.221	-	-	-	2.450.810	-	204.273
Rendas a receber (6)	508.763	633.821	-	22.474	-	108.707	628.119	253.793	-	119.611	-	109.655
Operações de crédito (7)	20.791	-	1	-	2.568.463	6.432.284	29.517	-	12.398	9	17.265	5.114.099
Provisões para operações de crédito	-	-	-	-	(733.158)	(2.769)	-	-	(189)	-	(1.243)	(1.514)
Outros créditos (8)	1.732.173	32.160	2.536.046	3.933	-	409.699	1.676.633	8.352	2.226.479	308.858	-	377.988
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	-	(251.944)	-	-	-	-	-	(71.917)
Outros valores e bens (9)	-	-	192.470	-	-	8.908	-	-	349.465	-	-	86.039
Outros investimentos (10)	-	-	-	-	-	769.800	-	-	-	-	-	771.146
<b>PASSIVO:</b>	<b>7.294.591</b>	<b>463</b>	<b>2.319.011</b>	<b>1.162.810</b>	<b>27.162</b>	<b>153.075.127</b>	<b>6.076.606</b>	<b>942.529</b>	<b>3.132.114</b>	<b>7.351.727</b>	<b>13.702</b>	<b>35.520.773</b>
Depósitos à vista	292.092	463	2.682	188.529	2.007	117.926	130.625	237	39.913	34.101	1.001	263.974
Depósitos poupança	506.709	-	25	4.033	3.216	21.480	36.155	-	31	9.926	4.760	255.279
Depósitos à prazo	641.544	-	194.050	-	21.939	756.123	259.415	942.005	87.089	-	7.941	91.715
Depósitos especiais de fundos e programas	209.114	-	-	-	-	3.232.171	552.401	-	-	-	-	2.717.353
Captações no mercado aberto (11)	-	-	3.798	970.248	-	120.159.242	-	287	450.000	1.462.744	-	1.557.246
Repasse do país - instituições oficiais (12)	14.795	-	-	-	-	27.097.811	467.999	-	-	-	-	28.592.403
Obrigações de operações com loterias	454.384	-	-	-	-	-	431.851	-	-	-	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais (13)	4.827.100	-	-	-	-	574.579	3.860.713	-	-	-	-	337.101
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento (14)	1.481	-	-	-	-	1.007.482	1.481	-	-	-	-	1.572.161
Obrigações diversas (15)	347.372	-	2.118.456	-	-	108.313	335.966	-	2.555.081	5.844.956	-	133.541
<b>Garantias recebidas (16)</b>	<b>97.126</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.107.192</b>	<b>10.296.469</b>	<b>107.896</b>	<b>-</b>	<b>1.123</b>	<b>-</b>	<b>27.644</b>	<b>10.293.829</b>

(1) Composto principalmente pelas transações com Banco Pan, Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Composto principalmente por transações com BNDES, FAT, FGS, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 14.

(4) O saldo em controlada em conjunto refere-se ao acordo de operações DI com o Banco Pan.

(5) O montante em outras entidades corresponde a ações da Paranapanema. Os saldos com a União são apresentados na Nota 7. A variação em coligada decorre da baixa da Cibrasec.

(6) O montante em controladora refere-se a rendas de tarifas recebidos na operacionalização de programas da União. A variação em controlada decorre de valores a receber provenientes de dividendos e bonificações.

(7) Do montante em outras entidades, R\$ 3.115.440 corresponde a operações com a Eletrobrás.

(8) O saldo de controlada em conjunto refere-se a prêmios em operações de aquisição de carteiras com o Banco Pan.

(9) O saldo em controlada em conjunto refere-se à antecipação do pagamento da taxa de performance com o Banco PAN.

(10) Refere-se a ações e cotas adquiridas de interesse estratégico.

(11) O saldo em coligada refere-se a operações com a CAIXA Consórcios. A variação em outras entidades decorre da inclusão das cotas de fundos de investimento.

(12) Em outras entidades, R\$ 24.642.970 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 16).

(13) O saldo em Controladora refere-se principalmente a obrigações com o programa emergencial de combate ao COVID-19 e remuneração do agente financeiro com operações FGTS.

(14) O saldo em outras entidades refere-se a obrigações com o PIS e o FAT.

(15) Em controladora, R\$ 276.797 refere-se a obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19 (e)). Do saldo de controlada em conjunto, R\$ 2.003.066 correspondem a taxa de performance na aquisição de carteiras com o Banco Pan.

(16) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo federal, notas promissórias, penhor e garantia fidejussória.



Descrição	CONSOLIDADO									
	31/12/2020					31/12/2019				
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Pessoal-chave da administração	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Pessoal-chave da administração	Outras entidades
<b>ATIVO</b>	<b>2.261.727</b>	<b>10.686.124</b>	<b>102.090</b>	<b>1.835.305</b>	<b>7.544.906</b>	<b>2.334.269</b>	<b>10.351.209</b>	<b>2.879.288</b>	<b>16.022</b>	<b>6.589.769</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (4)	-	7.813.856	-	-	-	-	7.763.056	-	-	-
Títulos e valores mobiliários (5)	-	-	-	-	70.221	-	-	2.450.810	-	204.273
Rendas a receber (6)	508.763	66.059	98.157	-	108.707	628.119	-	119.611	-	109.655
Operações de crédito (7)	20.791	1	-	2.568.463	6.432.284	29.517	12.398	9	17.265	5.114.099
Provisões para operações de crédito	-	-	-	(733.158)	(2.769)	-	(189)	-	(1.243)	(1.514)
Outros créditos (8)	1.732.173	2.613.738	3.933	-	409.699	1.676.633	2.226.479	308.858	-	377.988
Provisões para outros créditos	-	-	-	-	(251.944)	-	-	-	-	(71.917)
Outros valores e bens (9)	-	192.470	-	-	8.908	-	349.465	-	-	86.039
Outros investimentos (10)	-	-	-	-	769.800	-	-	-	-	771.146
<b>PASSIVO:</b>	<b>7.294.591</b>	<b>2.418.768</b>	<b>1.162.810</b>	<b>27.162</b>	<b>153.075.127</b>	<b>6.076.606</b>	<b>3.133.086</b>	<b>7.351.727</b>	<b>13.702</b>	<b>35.520.773</b>
Depósitos à vista	292.092	2.682	188.529	2.007	117.926	130.625	39.913	34.101	1.001	263.974
Depósitos poupança	506.709	25	4.033	3.216	21.480	36.155	31	9.926	4.760	255.279
Depósitos à prazo	641.544	194.050	-	21.939	756.123	259.415	87.089	-	7.941	91.715
Depósitos especiais de fundos e programas	209.114	-	-	-	3.232.171	552.401	-	-	-	2.717.353
Captações no mercado aberto (11)	-	3.798	970.248	-	120.159.242	-	450.000	1.462.744	-	1.557.246
Repasse do país - instituições oficiais (12)	14.795	-	-	-	27.097.811	467.999	-	-	-	28.592.403
Obrigações de operações com loterias	454.384	-	-	-	-	431.851	-	-	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais (13)	4.827.100	-	-	-	574.579	3.860.713	-	-	-	337.101
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento (14)	1.481	-	-	-	1.007.482	1.481	-	-	-	1.572.161
Obrigações diversas (15)	347.372	2.218.213	-	-	108.313	335.966	2.556.053	5.844.956	-	133.541
<b>Garantias recebidas (16)</b>	<b>97.126</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.107.192</b>	<b>10.296.469</b>	<b>107.896</b>	<b>1.123</b>	<b>-</b>	<b>27.644</b>	<b>10.293.829</b>

(1) Composto principalmente pelas transações com Banco Pan, Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Composto principalmente por transações com BNDES, FAT, FGS, Fundos de investimento e Fundo Marinha Mercante. O ativo referente ao FCVS é apresentado na Nota 14.

(4) O saldo em controlada em conjunto refere-se ao acordo de operações DI com o Banco Pan.

(5) O montante em outras entidades corresponde a ações da Parapanema. Os saldos com a União são apresentados na Nota 7. A variação em coligada decorre da baixa da Cibrasec.

(6) O montante em controladora refere-se a rendas de tarifas recebidos na operacionalização de programas da União. A variação em controlada decorre de valores a receber provenientes de dividendos e bonificações.

(7) Do montante em outras entidades, R\$ 3.115.440 corresponde a operações com a Eletrobrás.

(8) O saldo de controlada em conjunto refere-se a prêmios em operações de aquisição de carteiras com o Banco Pan.

(9) O saldo em controlada em conjunto refere-se à antecipação do pagamento da taxa de performance com o Banco PAN.

(10) Refere-se a ações e cotas adquiridas de interesse estratégico.

(11) O saldo em coligada refere-se a operações com a CAIXA Consórcios. A variação em outras entidades decorre da inclusão das cotas de fundos de investimento.

(12) Em outras entidades, R\$ 24.642.970 decorrem de operações de repasses do BNDES (Nota 15).

(13) O saldo em Controladora refere-se principalmente a obrigações com o programa emergencial de combate ao COVID-19 e remuneração do agente financeiro com operações FGTS.

(14) O saldo em outras entidades refere-se a obrigações com o PIS e o FAT.

(15) Em controladora, R\$ 276.797 refere-se a obrigações sobre o programa Bolsa Família (Nota 19 (e)). Do saldo de controlada em conjunto, R\$ 2.003.066 correspondem a taxa de performance na aquisição de carteiras com o Banco Pan.

(16) Referem-se principalmente a operações garantidas pelo governo federal, notas promissórias, penhor e garantia fidejussória.



Descrição	INDIVIDUAL									
	2º semestre - 2020					2º semestre - 2019				
	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada	Controlada em conjunto	Coligadas	Outras entidades
<b>RECEITAS</b>	<b>1.084.584</b>	<b>25.647</b>	<b>749.979</b>	<b>160.009</b>	<b>2.397.607</b>	<b>558.298</b>	<b>9.868</b>	<b>780.344</b>	<b>204.443</b>	<b>2.766.420</b>
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	85.270	-	18.759	-	-	186.740	-	39
Rendas com prestação de serviços (5)	925.366	-	666.245	160.009	382.059	421.056	1	335.595	204.443	499.822
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	943.483	-	155	-	-	1.061.673
Outras receitas operacionais (6)	159.218	25.647	(1.536)	-	1.053.306	137.242	9.712	258.009	-	1.204.886
<b>DESPESAS</b>	<b>(13.499)</b>	<b>(5.359)</b>	<b>(1.261.727)</b>	<b>(1.859)</b>	<b>(1.384.230)</b>	<b>(315.325)</b>	<b>(30.100)</b>	<b>(1.264.563)</b>	<b>(242.958)</b>	<b>(1.992.240)</b>
Captação no mercado	(6.029)	(5.359)	(1.226)	-	(24.210)	(15.670)	(30.100)	(1.604)	-	(93.968)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(458.416)	-	-	-	-	(516.518)
Administrativas (8)	-	-	-	-	(27.147)	-	-	-	-	(32.679)
Venda ou transferência de ativos financeiros (9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(236.580)	-
Outras despesas operacionais (10)	(7.470)	-	(1.260.501)	(1.859)	(874.457)	(299.655)	-	(1.262.959)	(6.378)	(1.349.075)
<b>Exercício - 2020</b>										
<b>RECEITAS</b>	<b>1.705.359</b>	<b>36.306</b>	<b>1.392.885</b>	<b>231.340</b>	<b>4.884.346</b>	<b>1.091.636</b>	<b>15.996</b>	<b>1.525.803</b>	<b>297.751</b>	<b>5.380.275</b>
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	-	234.918	-	18.759	-	-	417.701	-	15
Rendas com prestação de serviços (5)	1.385.386	1	991.236	231.340	836.421	812.324	2	576.784	297.751	979.100
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	-	1.930.067	-	305	-	-	2.091.429
Outras receitas operacionais (6)	319.973	36.305	166.731	-	2.099.099	279.312	15.689	531.318	-	2.309.731
<b>DESPESAS</b>	<b>(44.985)</b>	<b>(23.276)</b>	<b>(2.386.870)</b>	<b>(6.184)</b>	<b>(3.235.595)</b>	<b>(340.150)</b>	<b>(63.336)</b>	<b>(2.522.519)</b>	<b>(633.953)</b>	<b>(3.653.296)</b>
Captação no mercado	(17.878)	(23.276)	(3.155)	-	(84.121)	(32.477)	(63.336)	(2.854)	-	(170.483)
Pessoal (7)	-	-	-	-	(965.616)	-	-	-	-	(976.127)
Administrativas (8)	-	-	-	-	(57.077)	-	-	-	-	(68.841)
Venda ou transferência de ativos financeiros (9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(624.499)	-
Outras despesas operacionais (10)	(27.107)	-	(2.383.715)	(6.184)	(2.128.781)	(307.673)	-	(2.519.665)	(9.454)	(2.437.845)

(1) Refere-se às transações com o Banco Pan, Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Emgea, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.

(4) O saldo em controladas em conjunto refere-se à renda de aplicações interfinanceiras no Banco PAN.

(5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU, com destaque ao programa emergencial de combate à COVID-19. O saldo de controlada em conjunto decorre de receitas por serviços de intercâmbio de transações da Elo.

(6) O saldo em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais.

(7) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).

(8) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.

(9) Variação decorre da baixa da Cibrasec divulgada em Dez/2019.

(10) O saldo em controlada em conjunto é composto em maioria por taxa de performance sobre aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN. Em outras entidades, há destaque para despesas em operações de repasses ao BNDES.





Descrição	CONSOLIDADO							
	2º semestre - 2020				2º semestre - 2019			
	Controladora	Controlada em conjunto (1)	Coligada (2)	Outras entidades (3)	Controladora	Controlada em conjunto	Coligada	Outras entidades
<b>RECEITAS</b>	<b>1.084.584</b>	<b>749.979</b>	<b>724.552</b>	<b>2.397.607</b>	<b>558.298</b>	<b>780.344</b>	<b>484.109</b>	<b>2.766.420</b>
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	85.270	-	18.759	-	186.740	-	39
Rendas com prestação de serviços (5)	925.366	666.245	724.552	382.059	421.056	335.595	484.109	499.822
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	943.483	-	-	-	1.061.673
Outras receitas operacionais (6)	159.218	(1.536)	-	1.053.306	137.242	258.009	-	1.204.886
<b>DESPESAS</b>	<b>(13.499)</b>	<b>(1.261.727)</b>	<b>(1.859)</b>	<b>(1.386.492)</b>	<b>(315.325)</b>	<b>(1.264.563)</b>	<b>(242.958)</b>	<b>(1.993.715)</b>
Captação no mercado	(6.029)	(1.226)	-	(24.210)	(15.670)	(1.604)	-	(93.968)
Pessoal (7)	-	-	-	(460.678)	-	-	-	(517.993)
Administrativas (8)	-	-	-	(27.147)	-	-	-	(32.679)
Venda ou transferência de ativos financeiros (9)	-	-	-	-	-	-	(236.580)	-
Outras despesas operacionais (10)	(7.470)	(1.260.501)	(1.859)	(874.457)	(299.655)	(1.262.959)	(6.378)	(1.349.075)
<b>Exercício - 2020</b>								
<b>RECEITAS</b>	<b>1.705.359</b>	<b>1.392.885</b>	<b>1.124.075</b>	<b>4.884.346</b>	<b>1.091.636</b>	<b>1.522.803</b>	<b>943.458</b>	<b>5.380.275</b>
Resultado com títulos e valores mobiliários (4)	-	234.918	-	18.759	-	417.701	-	15
Rendas com prestação de serviços (5)	1.385.386	991.236	1.124.075	836.421	812.324	573.784	943.458	979.100
Rendas com administração de fundos de investimento	-	-	-	1.930.067	-	-	-	2.091.429
Outras receitas operacionais (6)	319.973	166.731	-	2.099.099	279.312	531.318	-	2.309.731
<b>DESPESAS</b>	<b>(44.985)</b>	<b>(2.386.870)</b>	<b>(6.184)</b>	<b>(3.239.766)</b>	<b>(340.150)</b>	<b>(2.522.519)</b>	<b>(633.953)</b>	<b>(3.655.932)</b>
Captação no mercado	(17.878)	(3.155)	-	(84.121)	(32.477)	(2.854)	-	(170.483)
Pessoal (7)	-	-	-	(969.787)	-	-	-	(978.763)
Administrativas (8)	-	-	-	(57.077)	-	-	-	(68.841)
Venda ou transferência de ativos financeiros (9)	-	-	-	-	-	-	(624.499)	-
Outras despesas operacionais (10)	(27.107)	(2.383.715)	(6.184)	(2.128.781)	(307.673)	(2.519.665)	(9.454)	(2.437.845)

(1) Refere-se às transações com o Banco Pan, Elo Serviços e Tecban.

(2) Referem-se principalmente às transações com o grupo CAIXA Seguros.

(3) Referem-se principalmente às transações com BNDES, Emgea, Funcef, FAR, FCVS e Fundos de investimento.

(4) O saldo em controladas em conjunto refere-se à renda de aplicações interfinanceiras no Banco PAN.

(5) O montante em controladora refere-se à renda de prestação de serviços em programas sociais e operações de repasses do OGU, com destaque ao programa emergencial de combate à COVID-19. O saldo de controlada em conjunto decorre de receitas por serviços de intercâmbio de transações da Elo.

(6) O saldo em outras entidades decorre principalmente de rendas de juros sobre valores a receber do FCVS em contratos habitacionais.

(7) Transações com a Funcef. Os ativos e passivos atuariais com essa entidade são apresentados semestralmente na nota explicativa de Benefícios a empregados (Nota 21).

(8) Refere-se a despesas de aluguel com a Funcef.

(9) Variação decorre da baixa da Cibrasec divulgada em Dez/2019.

(10) O saldo em controlada em conjunto é composto em maioria por taxa de performance sobre aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN. Em outras entidades, há destaque para despesas em operações de repasses ao BNDES.



(g) Média salarial (valores em R\$)

Descrição (1)	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.197	58.833	56.197	49.341
Salário médio	45.148	10.961	45.148	10.317
Menor salário	41.868	3.000	41.868	2.955
Benefícios	7.509	3.191	6.888	3.125

(1) Valores em R\$.

(h) Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante da remuneração global dos administradores e conselheiros fiscais da CAIXA é submetido anualmente pelo Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral da CAIXA.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor, Comitê de Auditoria e Comitê Independente de Riscos) são apresentados como segue:

Descrição	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Benefícios de curto prazo</b>	<b>12.904</b>	<b>36.125</b>	<b>17.073</b>	<b>36.819</b>
<b>Proventos</b>	<b>9.629</b>	<b>18.804</b>	<b>10.977</b>	<b>19.703</b>
Diretoria	8.291	15.795	9.585	16.880
Conselho de Administração	161	333	245	455
Conselho Fiscal	108	250	93	259
Comitê de Auditoria	854	1.608	653	1.306
Comitê Independente de Risco	215	818	401	803
<b>Remuneração variável</b>	<b>-</b>	<b>8.427</b>	<b>1.804</b>	<b>7.812</b>
Diretoria	-	8.427	1.804	7.812
<b>Benefícios</b>	<b>348</b>	<b>727</b>	<b>424</b>	<b>862</b>
Diretoria	348	727	424	862
<b>Treinamento</b>	<b>36</b>	<b>61</b>	<b>51</b>	<b>118</b>
<b>Encargos sociais</b>	<b>2.891</b>	<b>8.106</b>	<b>3.817</b>	<b>8.324</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>665</b>
<b>Benefícios pós emprego</b>	<b>691</b>	<b>1.286</b>	<b>700</b>	<b>1.280</b>
Previdência complementar	691	1.286	700	1.280

Os benefícios incluem auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio moradia, plano de saúde e seguro de vida aos membros da diretoria.

No item Previdência Complementar, os benefícios pós-emprego são restritos aos membros da diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da CAIXA.

A CAIXA não possui remuneração baseada em ações ou benefícios de longo prazo a seus funcionários e pessoal chave da administração.



## Nota 33 – Gerenciamento de riscos e de capital

Na CAIXA, o gerenciamento de riscos e de capital é percebido como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação de sua solvência, liquidez e rentabilidade.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

Os riscos considerados como relevantes são: Risco de Crédito; Risco de Mercado; Risco de Liquidez; Risco Operacional; Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação; Risco de Estratégia; Risco de Reputação, Risco Socioambiental, Risco de Contágio, Risco Atuarial, Risco de Concentração, Risco Cibernético e Risco de TI.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, bem como do Plano de Recuperação está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Relações com Investidores, Relatórios e Documentos, Informações Financeiras, Gerenciamento de Riscos, Relatórios, Gerenciamento de Riscos e Capital Caixa.

### (a) Cálculo da exigência de capital regulamentar

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>101.855.830</b>	<b>96.095.699</b>
Nível I	72.474.900	63.427.031
Capital Principal – CP	70.761.659	62.312.231
Patrimônio líquido prudencial (1)	92.719.210	80.653.758
Ajustes prudenciais	(21.957.551)	(18.341.527)
Capital Complementar – CC	1.713.241	1.114.800
Nível II	29.380.930	32.668.669
<b>Ativos ponderados pelo risco – RWA</b>	<b>578.084.749</b>	<b>506.821.305</b>
Risco de crédito – RWACPAD	482.125.149	423.300.877
Risco de mercado – RWAMPAD	18.689.672	4.009.878
Risco operacional – RWAOPAD	77.269.928	79.510.550
<b>Adicional de Capital Principal - ACP</b>	<b>13.006.907</b>	<b>17.738.746</b>
<b>Patrim. de Referência Mínimo Requerido - PRMR (RWA*Fator F) + ACP</b>	<b>59.253.687</b>	<b>58.284.450</b>
Risco de mercado – carteira de não negociação - RBAN	1.265.379	2.823.345
<b>Margem de capital (PR - PRMR - RBAN)</b>	<b>41.336.764</b>	<b>34.987.904</b>
Índice de capital principal (CP / RWA)	12,24%	12,29%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	12,54%	12,51%
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,62%	18,96%
<b>Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>

(1) Patrimônio Líquido considera os instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.



## Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2020 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(92.268)	(2.260.086)	(4.426.593)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(975)	(22.681)	(42.274)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(9.764)	(218.046)	(391.096)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(92.268)	(2.260.086)	(4.426.593)

## Nota 34 – Resultado recorrente e não recorrente

Conforme Resolução BCB nº 2/2020 destacamos a seguir o resultado recorrente e não recorrente, líquido dos efeitos fiscais:

Evento	INDIVIDUAL			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Lucro Líquido Contábil (a)</b>	<b>7.286.688</b>	<b>12.634.085</b>	<b>11.129.609</b>	<b>18.663.112</b>
Eventos não recorrentes (b)	3.442.550	4.466.780	10.365.671	11.500.136
Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros (1)	4.334.413	5.358.643	10.273.282	12.009.015
Outras despesas não recorrentes (2)	(891.863)	(891.863)	92.389	(508.879)
Despesas impactadas pelos eventos (3) (c)	15.383	(483.344)	(4.570.814)	(5.175.813)
<b>Resultado não recorrente (d = b + c)</b>	<b>3.457.933</b>	<b>3.983.436</b>	<b>5.794.857</b>	<b>6.324.323</b>
<b>Resultado recorrente regulatório (e = a - d)</b>	<b>3.828.755</b>	<b>8.650.649</b>	<b>5.334.752</b>	<b>12.338.789</b>
Efeito redução tarifas - FGTS (4) (f)	-	-	1.193.739	2.362.880
<b>Resultado recorrente ajustado (g = e - f)</b>	<b>3.828.755</b>	<b>8.650.649</b>	<b>4.141.013</b>	<b>9.975.909</b>



Evento	CONSOLIDADO			
	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<b>Lucro Líquido Contábil (a)</b>	<b>7.561.633</b>	<b>13.169.364</b>	<b>12.924.691</b>	<b>21.056.681</b>
Eventos não recorrentes (b)	3.442.550	4.466.780	10.365.671	11.500.136
Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros (1)	4.334.413	5.358.643	10.273.282	12.009.015
Outras despesas não recorrentes (2)	(891.863)	(891.863)	92.389	(508.879)
Despesas impactadas pelos eventos (3) (c)	15.383	(483.344)	(4.570.814)	(5.175.813)
<b>Resultado não recorrente (d = b + c)</b>	<b>3.457.933</b>	<b>3.983.436</b>	<b>5.794.857</b>	<b>6.324.323</b>
<b>Resultado recorrente regulatório (e = a - d)</b>	<b>4.103.700</b>	<b>9.185.928</b>	<b>7.129.833</b>	<b>14.732.358</b>
Efeito redução tarifas - FGTS (4) (f)	-	-	1.193.738	2.362.880
<b>Resultado recorrente ajustado (g = e - f)</b>	<b>4.103.700</b>	<b>9.185.928</b>	<b>5.936.095</b>	<b>12.369.478</b>

#### ▪ Exercício de 2020

##### (1) Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros incluem:

- (i) Perda de ativos ao valor recuperável (R\$ 154.154);
- (ii) Baixas de tarifas relacionadas a Programas e Serviços de Governo (R\$ 138.264);
- (iii) Receita de equivalência patrimonial apurada sobre investimentos da CAIXA Seguridade R\$ 4.199.322 (Nota explicativa 11 individual e 31 consolidada);
- (iv) Lucro na alienação de investimento de coligadas/controladas R\$ 542.601;
- (v) Reversão de provisão referente a passivo atuarial, conforme CGPAR 25 R\$ 909.137.

##### (2) Outras despesas não recorrentes incluem:

- (i) Despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados (R\$ 602.807);
- (ii) Aporte excepcional no fundo de reserva do Saúde CAIXA, definido em Acordo Coletivo de Trabalho - ACT (R\$ 122.944);
- (iii) Despesa decorrente de abono único, conforme firmado Acordo Coletivo de Trabalho - ACT (R\$ 166.112).

##### (3) Despesas impactadas pelos eventos incluem:

- (i) Efeitos tributários, de PLR e IHCD sobre os itens não recorrentes.

#### ▪ Exercício de 2019

##### (1) Ganhos/perdas de ativos financeiros e não financeiros incluem:

- (i) Perda de ativos ao valor recuperável, após avaliação da área de risco (R\$ 599.471);
- (ii) Baixas de tarifas relacionadas a Programas e Serviços de Governo (R\$ 685.963);
- (iii) Lucro na venda de NTN-B em virtude do desfazimento da estrutura de hedge relacionado a contratos amortizados e liquidados de IHCD, além da venda de títulos de ações R\$ 11.236.987;
- (iv) Lucro na alienação de investimento de coligadas/controladas R\$ 202.175;
- (v) Incremento no ativo fiscal diferido relativo à alteração de alíquota da CSLL em 5% aplicada sobre os tributos diferidos e constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de remuneração de depósito em garantia, com impacto negativo no resultado tributário do período R\$ 1.855.287.

##### (2) Outras despesas não recorrentes incluem:

- (i) Despesas relacionadas a programas de incentivo ao desligamento de empregados (R\$ 508.879).

##### (3) Despesas impactadas pelos eventos incluem:

- (i) Efeitos tributários, de PLR e IHCD sobre os itens não recorrentes.



#### (4) Efeito redução de tarifas – FGTS:

(i) Para fins de comparabilidade, exclui parte das receitas devidas ao agente operador do fundo em razão da vigência da Lei nº 13.932/2019 e da Resolução 956 do Conselho Curador do FGTS, através da qual se fixou a taxa em R\$ 2.643.000 ao ano em 2020.

### Nota 35 – Outras informações

#### (a) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição (1)	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de ações	34.547.834	27.008.725
Fundos de investimento financeiro	338.891.000	242.785.552
Fundos de investimento em cotas - FIC (2)	241.412.000	206.430.524
<b>Total</b>	<b>614.850.834</b>	<b>476.224.801</b>

(1) A informação apresentada não é auditada pela auditoria independente.

(2) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

#### (b) Programa de Desligamento Voluntário

A CAIXA anunciou em 06/11/2020 a abertura do Programa de Desligamento Voluntário – PDV aos empregados que manifestarem interesse em se desligar da empresa. O prazo para adesão ocorreu entre os dias 09 e 20 de novembro de 2020. Em 01/12/2020 houve a reabertura do PDV, com exceção do prazo de adesão permaneceram vigentes todas as disposições previstas no PDV anterior. O prazo de adesão ocorreu entre os dias 02 a 11 de dezembro de 2020. O Programa e sua reabertura tiveram uma adesão total de 2.113 empregados.

#### (c) Processo de seleção de Vice-presidentes

A seleção para vice-presidentes na CAIXA ocorre desde 2018 e é operacionalizada por empresa externa contratada, reconhecida em recrutamento e seleção de CEO (*Chief Executive Officer*) de grandes empresas. As etapas são acompanhadas pelo Comitê de Pessoas, Indicação, Remuneração e Elegibilidade com aprovação final pelo Conselho de Administração da Caixa. O processo atende à legislação vigente e ao Estatuto da CAIXA.

Foram selecionados e tomaram posse em 2020 a Vice-Presidente de Pessoas, o Vice-Presidente de Negócios de Varejo, o Vice-Presidente de Atacado, a Vice-Presidente de Governo e o Vice-Presidente de Logística e Operações.

#### (d) Pandemia COVID – 19

Desde o início do ano de 2020 o mundo vem enfrentando uma pandemia com forte impacto negativo na economia. O surto causado pelo novo coronavírus (Covid – 19) trouxe muitos desafios a serem administrados pelos países e populações.





## Clientes e sociedade

A CAIXA vem adotando diversas medidas com o objetivo de minimizar o impacto na vida das pessoas e das empresas, especialmente os micro e pequenos empresários. Dentre as várias ações em andamento, destacamos algumas medidas mencionadas no relatório de administração:

- O Auxílio Emergencial é uma das principais medidas adotadas pelo Governo Federal, com papel decisivo para a população mais humilde, tendo como objetivo fornecer proteção emergencial enquanto perdurar o período de enfrentamento à pandemia. Desde o início do programa até setembro, foram alcançados 67,9 milhões de beneficiários, totalizando 535,6 milhões de benefícios pagos e um montante de R\$ 292,9 bilhões injetados na economia, representando a maior ação de transferência de renda já realizada no Brasil.
- A MPV 1000/20 instituiu o Auxílio Emergencial Extensão com o intuito de manter o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), as parcelas do novo benefício foram pagas até 31 de dezembro de 2020. Em setembro foram 14 milhões de benefícios pagos e um montante de R\$ 5 bilhões injetados na economia.
- A Lei nº 14.020/20 instituiu o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - BEm aos trabalhadores que tiveram redução de jornada de trabalho e de salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho em função da pandemia. Durante o ano de 2020, o programa alcançou cerca de 4,7 milhões de pessoas, totalizando 18,9 milhões de parcelas pagas, com um montante de 16,4 bilhões injetados na economia.
- O Governo Federal, com vistas a minimizar os efeitos da COVID-19 na economia, editou a MPV 946/20, autorizando Saque Emergencial do FGTS, no valor de até R\$ 1.045 por trabalhador, a todos os trabalhadores com saldo em conta vinculada. O saque emergencial do FGTS esteve disponível aos trabalhadores até o dia 31/12/2020, sendo disponibilizados 36,5 bilhões para mais de 51,1 milhões de trabalhadores.
- Antecipação do calendário do Abono Salarial beneficiou cerca de 6 milhões de pessoas totalizando 4,6 bilhões injetados na economia.
- Reduções de juros dos seus principais produtos. A medida visa proporcionar alívio financeiro às pessoas e auxiliar as empresas a recompor seu fluxo de caixa.
- Concessão para a pausa de até 6 meses, no pagamento de parcelas de diversas linhas. Além disso, alongou-se o prazo de amortização de contratos e foi concedida carência para contratos novos e renovações.
- A CAIXA aumentou o volume de empréstimos para os Estados e Municípios através do Financiamento à Infraestrutura e Saneamento Ambiental (FINISA) e os financiamentos com recursos do FGTS.

## Atendimento

Para efetuar o pagamento do auxílio emergencial aos cidadãos, a CAIXA ampliou o horário de funcionamento das agências de 8h às 13h e, também, a abertura no final de semana para algumas unidades. Todas as pessoas que chegarem nas agências durante o horário de funcionamento, mesmo com as unidades fechando às 13h, serão atendidas.

## Impactos Contábeis e de Capital relacionados à Covid-19

Em relação às demonstrações contábeis, a CAIXA tem pautado seu julgamento com cautela e ponderação dada a atipicidade do cenário que estamos enfrentando. A CAIXA continuará acompanhando os desdobramentos da pandemia COVID – 19 e seus reflexos na economia, sobretudo em relação aos seguintes destaques:

- **Valor justo dos instrumentos financeiros**

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros identificadas até o momento em decorrência da pandemia, já impactaram as presentes demonstrações contábeis. E, em cumprimento a Circular Bacen 3.068/2001, para os títulos mantidos até o vencimento, a Administração afirma que não houve alteração na intenção de manter ou negociar os referidos títulos e valores mobiliários.



O mercado de ações sofreu uma variação expressiva e cabe ressaltar que a maioria das empresas que compõem o índice Ibovespa, formado pelas ações com maior volume negociado nos últimos meses, passa por um momento de grande volatilidade no período. Tal volatilidade evidencia uma reação generalizada do mercado que, por conta da pandemia do COVID-19, gerou um elevado nível de incerteza relacionado ao cenário atual e para os próximos meses.

A CAIXA continua acompanhando a necessidade de reavaliação de cálculo de valor justo dos instrumentos financeiros em virtude da pandemia. A volatilidade do valor de mercado dos títulos, especialmente nas ações e debêntures, pode impactar a carteira de títulos e valores mobiliários.

- **Tributos a pagar**

Não houve postergação de recolhimento dos tributos do Conglomerado, em que pese a faculdade concedida pela Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia.

- **Provisão de Risco de Crédito**

No período, não houveram alterações no processo de apuração da provisão de risco de crédito, bem como a constituição de provisão prudencial, considerando as características das operações da CAIXA que são concentradas em operações de longo prazo, com garantias reais e com mais de 90% das operações classificadas em níveis de riscos entre AA a C. Todavia a CAIXA realiza acompanhamento/monitoração contínua da carteira de crédito decorrente das operações constituídas com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia

## **Funcionários e colaboradores**

Com objetivo de resguardar seus funcionários e colaboradores a CAIXA adotou diversas medidas na mitigação dos impactos da COVID-19, sobretudo destacamos as seguintes:

- Criação de Protocolos para atuação dos Gestores e ocupação das edificações, quando da identificação de casos de COVID na unidade, incluindo teste para empregados contatantes, sendo, até dia 30/dez/2020, realizados 10.996 testes em 8.340 empregados;
- Compra centralizada de álcool gel e máscaras (A CAIXA foi o 1º banco a adquirir máscaras para seus empregados);
- Proteção Facial (faceshield), além de máscaras para os empregados que atuam no autoatendimento;
- Ampliação do Trabalho Remoto (home office) com a Criação do Grupo de Prevenção Ampliada CAIXA
- Contratação de mais de 2.800 vigilantes para atuação fora da agência, para orientação e organização de filas;
- Oferta de testagem laboratorial para COVID-19 para todos os empregados CAIXA durante o mês de outubro/2020, 100% custeada pela CAIXA



#### (e) Investigações em curso na Caixa Seguros Holding S.A.

A Caixa Seguros Holding S.A. (“CSH”) é uma parceria firmada entre a CAIXA Seguridade e o grupo francês CNP Assurances, que detém 51,75% do capital e a CAIXA indiretamente por meio da CAIXA Seguridade detém 48,25% do capital da referida empresa. Conforme divulgado em notas explicativas pela CAIXA Seguridade, em função das notícias divulgadas pela imprensa, a partir de 30 de novembro de 2020, sobre a 13ª fase da chamada Operação Descarte – Canal Seguro, a Administração da CSH determinou a adoção de uma série de medidas acautelatórias de seus interesses e de seus acionistas. Nesse sentido, dentre outras medidas, o Conselho de Administração da CSH determinou a instalação de Comitê Independente, formado por representantes da CAIXA Seguridade e dos demais acionistas e, que conta também, com o assessoramento de empresas especializadas, para examinar as transações da companhia e, na extensão legalmente permitida, de suas empresas controladas, cujos resultados serão apresentados aos seus órgãos de administração e controle para a tomada das devidas providências que forem requeridas nas circunstâncias, bem como para o aprimoramento dos seus controles internos e dos seus órgãos de governança. Conforme indicado pela CSH em notas explicativas às suas demonstrações contábeis, a investigação independente encontra-se em andamento e, até o momento, os fatos reportados pelas autoridades como transações alegadamente indevidas, cujas consequências ou necessidades de eventuais ajustes não são capazes de gerar impacto material nas demonstrações contábeis da investida. Dessa forma, a CAIXA Seguridade continuará acompanhando e apoiando o referido processo de investigação e todos os trabalhos vinculados, bem como continuará a avaliar e monitorar, sistematicamente, quaisquer novas informações ou evidências que indiquem a existência de atos ou fatos em desconformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

### Nota 36 – Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes descritos a seguir não originaram ajustes nas Demonstrações Contábeis na data-base de 31/12/2020.

#### Acordo Tokio Marine

Conforme fato relevante divulgado em 04/01/2021, a Caixa Seguridade concluiu a operação e a implementação do acordo com a Tokio Marine para a formação de uma nova sociedade que explorará conjuntamente, pelo prazo de 20 anos, os ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição da CAIXA. Para tanto, todas as condições precedentes ao fechamento da operação foram cumpridas, incluindo as aprovações regulatórias necessárias e a constituição da nova seguradora (“XS3”). A Tokio Marine subscreveu um aumento de capital na XS3 no valor total de R\$ 1.520 bilhões, valor este que foi pago à CAIXA, conforme previsto no contrato de outorga.

#### Acordo Tempo Assist

Conforme fato relevante divulgado em 05/01/2021, a Caixa Seguridade e a Tempo Assist concluíram o acordo para exploração de Serviços Assistenciais com a criação da nova companhia XS6, houve o aumento de capital com o pagamento de R\$ 30 milhões à CAIXA. O acordo contempla ainda mecanismo de incentivo atrelado ao desempenho e lucratividade (Earn-out) limitado ao valor de R\$ 40 milhões em até três anos.

#### Novas Parcerias CAIXA Cartões

Conforme fato relevante divulgado em 22/01/2021, a Caixa Econômica Federal comunicou à sociedade brasileira, aos seus clientes, empregados, e ao mercado em geral que, sua subsidiária integral CAIXA Cartões Holding S.A. (“CAIXA Cartões”) reabriu o processo de Seleção de Parceria Estratégica para a vertical de Adquirência, conforme Comunicado CAIXA divulgado em 2 de agosto de 2019, buscando fortalecer sua atuação no mercado de meios de pagamentos eletrônicos, com um novo formato, em virtude de reposicionamento na estratégia da Companhia, ocorrido devido às mudanças do segmento de Adquirência e às atualizações do cenário macroeconômico.



## CAIXA Seguridade

Conforme fato relevante divulgado em 27/01/2021, a Caixa Econômica Federal, comunicou à sociedade brasileira, aos seus clientes, empregados, e ao mercado em geral que nesta data, retomou as discussões e análises referentes ao pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Caixa Seguridade e à admissão e listagem da Companhia no segmento de negociação da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado.

## Wiz Seguros

Conforme fato relevante divulgado em 03/02/2021, a Caixa Econômica Federal comunicou à sociedade brasileira, aos seus clientes e empregados, e ao mercado em geral que, sua subsidiária integral Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade”) assinou o 1º Termo Aditivo ao Acordo Comercial firmado com a Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz”), conforme Fato Relevante divulgado em 29 de agosto de 2018, que tem por objetivo estabelecer as condições para prestação de serviços de corretagem ou co-corretagem na Rede de Distribuição da CAIXA, com vigência até 14 de fevereiro de 2021.

## Novas Parcerias da CAIXA Seguridade

Conforme fato relevante divulgado em 12/02/2021, a Caixa Econômica Federal comunicou à sociedade brasileira, aos seus clientes e empregados, e ao mercado em geral que, sua subsidiária integral Caixa Seguridade Participações S.A. (“Caixa Seguridade”) finalizou o Processo Competitivo para seleção de co-corretora(s) para atuação em linhas de negócios em parceria com a corretora própria da Caixa Seguridade, conforme Fato Relevante divulgado pela Caixa Seguridade em 23 de dezembro de 2020. Para cada um dos 4 (quatro) Blocos de Oferta foram selecionadas as seguintes empresas: (i)Produtos Seguridade: MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.; (ii)Automóvel: MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.; (iii)Saúde e Odonto: Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A.; e (iv)Grandes Riscos e Corporate: Willis Affinity Corretores de Seguros Ltda. As parcerias deverão ser implementadas por meio de Acordos Operacionais a serem oportunamente assinados.

## CAIXAPAR – Oferta pública de ações do Banco PAN

Conforme fato relevante divulgado em 03/03/2021, a Caixa Econômica Federal comunicou à sociedade brasileira, aos seus clientes e empregados, e ao mercado em geral que, sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. (“CAIXAPAR”), em cumprimento ao disposto no artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, protocolou pedido de registro de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do Banco PAN S.A. de titularidade exclusiva da CAIXAPAR, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400 e demais disposições legais aplicáveis, incluindo esforços de colocação das ações no exterior.



Pedro Duarte Guimarães  
Presidente

Celso Leonardo Derziê de Jesus Barbosa  
Vice-presidente

Claudio Salituro  
Vice-presidente

Gabriel Dutra Cardozo Vieira de Góes  
Vice-presidente

Gilson Costa de Santana  
Vice-presidente

Girlana Granja Peixoto  
Vice-presidente

Jair Luis Mahl  
Vice-presidente

Messias dos Santos Esteves  
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza  
Vice-presidente

Rafael de Oliveira Morais  
Vice-presidente

Tatiana Thomé de Oliveira  
Vice-presidente

Marcos Brasiliano Rosa  
Diretor de Controladoria

Juliana Grigol Fonsechi  
Superintendente Nacional  
Contadora CRC 020734/O-3-DF

## **RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

### **1. Introdução**

O Comitê de Auditoria da Caixa Econômica Federal (COAUD ou Comitê), órgão estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração (CA), exerce suas funções de forma unificada para a Instituição Financeira CAIXA (Caixa) e para as subsidiárias que adotaram o regime de COAUD único, Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, Caixa Loterias S.A. e Caixa Cartões Holding (CCH). O COAUD tem como principais responsabilidades o monitoramento do processo de elaboração e da qualidade das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos e da efetividade e independência das auditorias interna e independente. Atua de forma permanente, com autonomia e independência, como órgão de assessoramento sem poder decisório ou funções executivas. Suas atribuições são definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 3.198/2004, Estatuto Social da CAIXA, e por seu Regimento Interno, disponível no site <http://www.caixa.gov.br>.

### **2. Responsabilidades**

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade. A Administração também é responsável por gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao CA, inclui, entre seus trabalhos regulares, a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações contábeis.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da CAIXA, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da instituição, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O Comitê Independente de Riscos (CORIS) assessora o CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de acordo com as atribuições da Resolução CMN nº 4.557/17.



O processo de supervisão efetuado pelo COAUD baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações realizadas pelas diversas áreas de negócio e de suporte, no resultado do trabalho dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, gerenciamento de riscos, corregedoria, controles internos e conformidade, além das próprias análises decorrentes da atuação direta de supervisão e monitoramento do Comitê.

### **3. Atividades do período**

O Regimento Interno prevê que o Comitê se reúna, ordinariamente, no mínimo 4 vezes por mês, conforme calendário anual aprovado e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente. Em cumprimento ao Plano Anual de Trabalho de 2020, aprovado pelo CA, o Comitê reuniu-se em 58 ocasiões entre 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Nas diversas reuniões mantidas nestas oportunidades abrangeu, entre outras, as seguintes atividades:

#### **I - Órgãos reguladores e de controle**

O COAUD tomou conhecimento do resultado das inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e de controle, das respectivas providências adotadas pela Administração para seu atendimento, interagindo com a Auditoria Interna e a área de Riscos e Controles Internos sobre o *follow-up* desses apontamentos. Também manteve reuniões com representantes dos Departamentos de Supervisão Bancária (DESUP) e de Supervisão de Conduta (DECON) do BACEN.

#### **II - Auditoria interna**

Com a equipe de Auditoria Interna, realizou diversas reuniões para acompanhamento do Plano de Trabalho (PAINT) de 2020 recomendando sua aprovação pelo CA, dos resultados dos principais trabalhos executados, conclusões, relatórios emitidos e respectivas recomendações e follow-ups.

#### **III - Auditoria independente**

Durante o período, o Comitê manteve um canal regular de comunicação com os auditores e realizou reuniões para conhecimento do planejamento dos trabalhos para o exercício de 2020 e acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, com destaque para a implementação das recomendações para o aprimoramento de controles internos, e para aspectos contábeis relevantes com impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os principais assuntos de auditoria (PAA) foram relacionados a provisão para créditos de liquidação duvidosa, crédito tributário, provisões para passivos contingentes, plano de benefício pós-emprego, e ambiente de tecnologia da informação; e a ênfase relacionada a créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

#### IV - Controles internos, conformidade e gerenciamento de riscos

O Comitê realizou reuniões com as áreas responsáveis com o objetivo de acompanhar os aspectos relativos à qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes, e os processos de verificação do cumprimento, pela Administração, dos dispositivos legais e regulamentares e das normas internas, assim como a evolução da cultura de risco e do Programa de Integridade da CAIXA.

#### V - Ouvidoria

Durante o período, o Comitê manteve reuniões com a Ouvidoria da instituição para acompanhamento da efetividade dos canais de atendimento e do Relatório Semestral da Ouvidoria, elaborado em consonância com o artigo 12 da Resolução nº 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional.

#### VI - Corregedoria

Com a Corregedoria vem acompanhando suas atividades, e mudanças e aprimoramentos em processos.

#### VII – Outras Demonstrações

Revisamos as Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial e os Relatórios dos Auditores Independentes, PwC, emitidos sem ressalva, das datas-bases 30/06/2020 e 31/12/2020, com o propósito específico de atender às determinações da Resolução CMN nº 4.280/2013 e da Circular BACEN n.º 3.701/2014.

Revisamos as Demonstrações Contábeis base 31/12/2020 da CAIXAPAR, emitidas sem ressalva e as Demonstrações Contábeis base 31/12/2020 da CAIXA Cartões, emitidas sem ressalva.

#### VIII - Outras atividades

Em complemento às atividades descritas anteriormente, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê também esteve envolvido no acompanhamento, junto às áreas responsáveis, dos seguintes assuntos durante o exercício 2020: (i) a proposta de revisão dos processos e alçadas referentes a Partes Relacionadas; (ii) os processos relativos à avaliação da coerência das premissas e cálculos atuariais dos planos de previdência e de cobertura dos planos de saúde da CAIXA; (iii) as provisões para os passivos contingentes trabalhistas, tributários e cíveis e a (iv) a carteira de crédito, quanto à inadimplência e à Provisão para Devedores Duvidos (PDD), assunto acompanhado em conjunto com o CORIS

Durante o período, os membros do Comitê participaram de atividades em temas relacionados às suas responsabilidades/atuações.

#### **4. Conclusão**

O Comitê de Auditoria, em razão das atividades desenvolvidas no período e considerando o escopo de sua atuação, concluiu que todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis da CAIXA, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, PwC, emitido sem ressalva, e do Relatório Semestral da Administração, e recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração da CAIXA.

Brasília, DF, 11 de março de 2021.

ALBERTO EMMANUEL CARVALHO  
WHITAKER

BRENO DO CARMO MOREIRA  
VIEIRA

JOÃO PAULO CATÃO MENDES  
CARNEIRO

CARLOS ROBERTO  
DE ALBUQUERQUE SÁ  
Presidente

## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas***

Aos Administradores e Acionista  
Caixa Econômica Federal - CAIXA

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

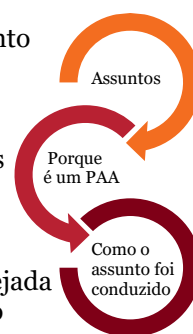
## Créditos com o FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 10(b) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2020, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 31.490 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 13.451 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA possui metodologia para cálculo da provisão dos contratos a serem ressarcidos pelo FCVS para estimar o risco vinculado ao recebimento de tais ativos, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 5.066 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 23.105 milhões, em 31 de dezembro de 2020, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da CAIXA e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



---

## Porque é um PAA

### Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h) e 9)

A estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos alinhados com a Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 2.682, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo.

Adicionalmente, a Administração avaliou o impacto da COVID-19 no processo de apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa, levando em consideração as características das operações de sua carteira.

Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes na mensuração e reconhecimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: aprovação da política de crédito; análise de crédito; concessão de crédito e operações renegociadas; atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; processamento e contabilização das provisões; reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e elaboração das notas explicativas.

Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis e as informações

divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela Administração para considerar os impactos da Covid-19 na mensuração da perda esperada de crédito adicional, avaliando a razoabilidade das premissas e dados utilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação ao previsto nas normas regulamentares e nas políticas internas para a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

---



---

**Porque é um PAA**

---

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Crédito tributário (Notas 3(i) e 20)**

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para sua realização.

A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA e de suas investidas, incluindo utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização dos créditos tributários, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Realizamos o entendimento do processo de apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como do estudo de realização dos créditos tributários de acordo as projeções de lucros tributáveis elaborados pela Administração.

Analisamos premissas críticas incluídas nas projeções de lucros tributáveis e, comparamos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas da CAIXA e de suas investidas em seus aspectos mais relevantes.

Testamos a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.

Discutimos com a Administração e inspecionamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelo Conselho Diretor e apreciação pelo Conselho de Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e manutenção dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

---

---

**Porque é um PAA**

---

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 19)**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da CAIXA. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram dentre outros:

O entendimento dos controles relacionados a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, bem como os modelos de cálculo adotados para a constituição das provisões de natureza tributária, cível e trabalhistas, que consideram a análise individualizada para as ações relevantes e o valor médio histórico de condenação pago para as demais ações.

Efetuamos testes em relação aos valores provisionados das ações relevantes, bem como, com o apoio de nossos especialistas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas as demais contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os advogados que são responsáveis pela análise dos processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

---

---

**Porque é um PAA**

---

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Plano de benefício pós-emprego (Notas 3(r) e 21)**

A CAIXA tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados, da aplicação das características de cada plano quanto a responsabilidade da CAIXA como patrocinadora, incluindo a paridade contributiva, bem como a determinação de premissas por parte da administração com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, de evolução de custos médicos e de mortalidade.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Procedemos ao entendimento dos processos que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego.

Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à totalidade e base de dados consideradas nos cálculos atuariais, além da paridade contributiva do déficit.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários procedemos a reperformance de cálculos em base de testes e discutimos as metodologias e os julgamentos relevantes utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado. Realizamos o confronto do saldo contábil com o saldo apresentado nos pareceres atuariais.

Realizamos determinados testes sobre os estudos e análises feitos pela Administração quanto ao reconhecimento contábil das alterações de premissas dos planos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para os planos de benefícios pós emprego são, em todos os seus aspectos relevantes, razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

---

---

## Porque é um PAA

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

### Ambiente de Tecnologia da informação

A CAIXA opera em um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a processos e controles que suportam o

processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos principais controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a

combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores sobre a infraestrutura que suportam as informações relevantes no processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes e segregação de função.

Por meio dos resultados dos trabalhos mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

---

## Outros assuntos

---

### Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da CAIXA e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

---

A administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 15 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva  
Contador CRC 1SP197007/O-2



**Parecer nº 19/2021, da Ata nº 809, de 16/03/2021**

**Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, Distribuição dos Resultados e Incorporação das Reservas de Loterias ao Capital Social, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto nos Incisos III e XVII do Artigo 53 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o artigo 163, inciso VII, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, **examinou** as seguintes matérias aprovadas pela Resolução do Conselho de Administração nº 1007/2021, da Ata nº 694, de 15/03/2021: **a)** Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020; **b)** a distribuição dos resultados referentes ao exercício de 2020 proposta pela administração; e **c)** incorporação das Reservas de Loterias, no valor de R\$ 737.538.530,82 (setecentos e trinta e sete milhões quinhentos e trinta e oito mil quinhentos e trinta reais e oitenta e dois centavos), ao Capital Social. O Conselho, tomando por base a manifestação da PriceWaterhouseCoopers (PwC) e o Parecer nº 017/2021, da Ata nº 318, do Comitê de Auditoria, de 11/03/2021, **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA, as ênfases da Auditoria Independente relativas aos créditos com FCVS, conforme Nota 10b. Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.**

Brasília, 16 de março de 2021.

FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO  
Conselheiro Titular

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ  
Conselheiro Titular

LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA  
Conselheiro Suplente

JULIANA NATRIELLI MEDEIROS RIBEIRO  
DOS SANTOS  
Presidente

**PARECER nº 0001/2021**

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 25, inciso XVI, alínea “d”, do Estatuto Social da CAIXA, considerando o Relatório da PricewaterhouseCoopers (PwC) Auditores Independentes e o Parecer nº 017/2021, da Ata nº 318, de 11/03/2021, do Comitê de Auditoria, **aprovou: (i)** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal referentes ao exercício findo em 31/12/2020; **(ii)** a Distribuição dos Resultados; e **(iii)** a incorporação das Reservas de Loterias, no valor de R\$ 737.538.530,82 (setecentos e trinta e sete milhões quinhentos e trinta e oito mil quinhentos e trinta reais e oitenta e dois centavos), ao Capital Social.

Brasília, 15 de março de 2021.

ANDRÉ FERNANDES BERENGUER

CARLOS ROBERTO DE  
ALBUQUERQUE SÁ

PEDRO DUARTE GUIMARÃES

ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI

MARIA RITA SERRANO

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS  
Presidente em exercício